



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Câmpus de São José do Rio Preto

Júlia Vilar Diogo

Ideologia e poder no léxico do discurso midiático:
representações do gênero feminino em traduções de *webnotícias*

São José do Rio Preto
2023

Júlia Vilar Diogo

Ideologia e poder no léxico do discurso midiático:
representações do gênero feminino em traduções de *webnotícias*

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Estudos Linguísticos, junto ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Câmpus de São José do Rio Preto.

Financiadora: FAPESP – Proc. 2021/03895-5

BEPE 2022/07506-6

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Angélica Karim Garcia Simão

São José do Rio Preto
2023

D591i Diogo, Júlia Vilar
Ideologia e poder no léxico do discurso midiático : representações do gênero feminino em traduções de webnotícias / Júlia Vilar Diogo.
-- São José do Rio Preto, 2023
115 f. : tabs.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Instituto de Biociências Letras e Ciências Exatas, São José do Rio Preto

Orientadora: Angélica Karim Garcia Simão

1. Webnotícias. 2. Representações de gênero. 3. Léxico. 4. Tradução jornalística. 5. Português e Espanhol. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca do Instituto de Biociências Letras e Ciências Exatas, São José do Rio Preto. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

Júlia Vilar Diogo

Ideologia e poder no léxico do discurso midiático:
representações do gênero feminino em traduções de *webnotícias*

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Estudos Linguísticos, junto ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Câmpus de São José do Rio Preto.

Financiadora: FAPESP – Proc. 2021/03895-5

BEPE 2022/07506-6

Comissão Examinadora

Prof^a. Dr^a. Angélica Karim Garcia Simão
UNESP – Câmpus de São José do Rio Preto
Orientadora

Prof^a. Dr^a. Heloisa Pezza Cintrão
USP – Universidade de São Paulo

Prof^a. Dr^a. Maria Cristina Parreira
UNESP – Câmpus de São José do Rio Preto

São José do Rio Preto
27 de novembro de 2023

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa (FAPESP) – Número do processo 2021/03895-5, BEPE 2022/07506-6, à qual agradeço pelo apoio ao desenvolvimento desta pesquisa e pela contribuição à valorização da pesquisa científica brasileira.

Agradeço aos meus pais Cristiane e Macário que, pela luta diária, deram condições objetivas que me possibilitaram, desde a Educação Básica, acesso ao ensino, sou muito grata por tudo que fazem e fizeram por mim em toda minha trajetória, pessoal e acadêmica.

À minha família por sempre acreditarem e me incentivarem, em especial minha bisavó Maria Henrique do Nascimento (*in memoriam*), Maria Helena Vilar, Mariangela Vilar, Valfredo Marcolino, Piedade Rosa Diogo, Danilo Vilar, Emília Marques, e ao meu primo Davi Marques que me incentiva todos os dias a criar um mundo melhor para ele.

Aos meus padrinhos Rafael Reis e Sueli Teixeira bem como Miguel dos Reis e Clarissa dos Reis que acompanham minha jornada desde o início do meu letramento até o título de mestre, por todo apoio, incentivo, cuidado e carinho.

À minha orientadora, Angélica Karim, por todos ensinamentos, suporte, compreensão e paciência. Obrigada por estar na minha vida me guiando em diversos âmbitos desde 2018, na iniciação científica até hoje. Encerramos nossa jornada acadêmica aqui, mas a jornada da vida seguimos para além do Lattes. Obrigada por contribuir na minha vida enquanto pesquisadora, mas também enquanto ser humano, sou uma pessoa, e pesquisadora muito melhor graças a você. Obrigada por me acolher, nas ideias e também nas vivências, que privilégio é poder ter tido você como exemplo e orientadora durante esses seis anos.

À minha tutora Maria José Hernández Guerrero que me acolheu e orientou durante o desenvolvimento da minha pesquisa na Universidade de Málaga.

Aos meus professores Moisés Fraga e Livia Polichiso do Ensino Básico que tanto me apoiaram, incentivaram e acreditaram em mim, não teria chegado até aqui sem vocês. E as minhas professoras da Graduação Melissa Baffi Bonvino, Marize Hattner, entre tantas outras, por todo apoio e confiança no meu trabalho.

À minha amiga Denise Bordin por ser minha parceira, minha irmã do mundo acadêmico, dos trabalhos, e da vida, por sempre me incentivar, me apoiar, acreditar em mim, mostrar o caminho e me ensinar a “pescar” e não a dar o “peixe” antes. Obrigada por me ajudar a trilhar meus próprios caminhos, tampouco conseguiria sem sua ajuda, dentro e fora do mundo da academia. Obrigada pela leitura e escuta atenta, essa vitória é nossa. Sou tão grata a você, mas nenhum idioma daria conta de tamanha demonstração.

À minha amiga Laís Bolognani que me acompanha desde o ensino fundamental, em muitas versões minhas, mas que sempre trouxe um olhar de afeto em tudo que me propus a fazer, estou aqui hoje porque tive ao meu lado você.

À Karina Oliveira, por todo amor, cuidado, paciência e apoio, desde o início dessa jornada no Mestrado, por sempre enxergar meu potencial e valorizar meu trabalho enquanto pesquisadora. Obrigada por sempre me fazer enxergar o lado bom da vida.

Às minhas amigas Isabella Ludimila e Malu Santana por serem minha fortaleza e um porto seguro no qual meu barco pôde atracar durante nossa jornada na Espanha na Universidad de Málaga. Obrigada por serem família, minhas hermanas, por tudo que fizeram por mim desde a península Ibérica e até hoje já em terras tupiniquins.

À minha amiga Amanda Dourador por sempre incentivar minha jornada no mundo acadêmico, acreditando em mim e em meu potencial e também por estar comigo na minha jornada pessoal, sendo uma grande amiga e também inspiração.

Aos meus amigos de graduação do grupo “creuds” Bruna Veríssimo, Eduarda Gomes, Gabriella Figueiredo, Juliana Sborgi, Lorena Ferrari, Paola Curcio, Mariana Rezende, Roberta Stefany, Victor Hugo, Vinícius Damiani, Wallace Rodrigues, pelo apoio, compreensão e paciência mesmo eu abdicando de momentos juntos para escrever relatórios.

Às minhas amigas Jacqueline Robaina, Luma Cavalcanti, Yanka Menezes, Carolina Iaquito por todo suporte, apoio e escuta atenta nos momentos bons e ruins dessa caminhada.

Às minhas amigas Bruna Sales, Julia Chaves, Fayola Campos, Luísa Camacho, Camila Calvo, Natalia de Grande, pela acolhida, apoio e incentivo desde nossos anos de IBILCE e até hoje.

Ao meu amigo e professor de espanhol, Lucas Marques por todos ensinamentos e pela amizade que desenvolvemos nesse processo de preparação para a ida à Málaga.

A minha amiga Fernanda Carraro, pela leitura e escuta atenta, pela amizade e por compartilhar o amor pela linguística e pelo idioma de Cervantes.

A minha amiga Naira Maltoni por me ajudar nessa jornada desafiadora que é a vida adulta, me ajudando a entender mais do mundo, sobre amor e mais sobre a vida.

Ao meu amigo e irmão de jornada acadêmica João Vitor Souza, por toda ajuda e partilha.

A Adriana Andrade por me incentivar e ser inspiração na jornada acadêmica.

A todas as professoras integrantes da banca, por quem tenho muito respeito e consideração, por aceitarem o convite.

Nós escolhemos umas às outras
e o limite das batalhas de umas e outras
a guerra é a mesma
se perdemos
um dia o sangue das mulheres irá coagular
sobre um planeta morto
se vencermos
não há como saber
buscamos além da história
por um novo e mais possível encontro.

Audre Lorde (1984, *Sister Outsider*, Tradução de Léa Sússekind Viveiros de Castro)

RESUMO

Neste trabalho objetiva-se a análise do léxico em textos jornalísticos no par linguístico português-espanhol, entendendo a tradução como um fenômeno de representação cultural. O foco do presente trabalho é observar como os procedimentos utilizados por tradutores para representar o gênero feminino revelam escolhas lexicais que refletem vieses ideológicos específicos. Tais escolhas podem indicar como algumas instituições sociais, no caso, a mídia, desempenham um papel de poder e influência sobre a opinião pública, perpetuando discursos hegemônicos, como o machismo e o falocentrismo etc. Parte-se do entendimento de que o jornalismo visa noticiar o fato, o que distingue o papel desempenhado por tradutores e jornalistas no que tange às suas matérias-primas; nessa relação discursiva (tradutor/jornalista) há a manifestação de duas vozes em um mesmo texto, o texto traduzido. Tal produto, e consequentemente seu processo, revelam por meio do léxico, as ideologias subjacentes aos diferentes discursos, sejam as lexicais que podem se observar no discurso do jornalista, autor da notícia, ou as que podem ser observadas no discurso do tradutor. Motivadas pela hipótese de que os movimentos feministas, em suas dimensões social e política, influenciaram a atividade tradutória em alguns momentos da história, a exemplo das feministas canadenses do final do século XX, reconhece-se também que possam influenciar a produção das traduções jornalísticas no contexto contemporâneo como um fator ideológico que incide sobre os sujeitos nas produções dos discursos. Dessa forma se busca refletir, a partir da perspectiva dos estudos lexicais, sobre os componentes ideológicos presentes em traduções feministas e traduções falocêntricas (HENITIUK, 1999) produzidas na contemporaneidade. O *corpus* de análise constitui-se de artigos publicados em português e espanhol na versão digital de jornais (*El País*, *Folha de São Paulo*), as *webnotícias*, o levantamento deste *corpus* foi feito a partir de textos que abordam a temática do feminismo, tanto na direção espanhol-português como na direção inversa. Os resultados evidenciam mais manipulação de manchetes e linhas finas no jornal *Folha de São Paulo* que no jornal *El País*. Tal fato evidencia que houve mais visibilização de questões acerca da representação do gênero feminino nas traduções feitas para o jornal *Folha de São Paulo* para a língua espanhola. Isso significa também que houve mais visibilizações nas traduções dos textos do português para o espanhol, ou nos textos de partida em espanhol, seja nos textos traduzidos para o português no jornal *El País* ou nos textos de partida do jornal *Folha de São Paulo*.

Palavras-chave: *webnotícias*; representações de gênero; léxico; tradução jornalística; português e espanhol.

ABSTRACT

In this research, we aim to analyze the lexicon in journalistic texts in the Portuguese-Spanish language pair, considering translation as a phenomenon of cultural representation. The focus of this work is to observe how the procedures used by translators to represent the female gender reveal lexical choices that reflect specific ideological biases, such choices can give indications of how some social institutions, in this case, the media, play a role of power and influence over public opinion, perpetuating hegemonic discourses, such as machismo and phallocentrism, etc. We understand that journalism itself is associated with the reports of facts, hence, what distinguishes the role of translators from journalists are their raw materials; in this discursive relationship (translator/journalist) there is the manifestation of two voices in the same text, the translated text. This product, and consequently its process, reveal, through the lexicon, the ideologies underlying the different discourses, whether the lexicon that can be observed in the journalist discourse, author of the news, or those that can be observed in the translator discourse. Motivated by the hypothesis that feminist movements, in their social and political dimensions, influenced the translation activity at some moments in history, like Canadian feminists at the end of the 20th century, we also believe that it can influence the production of journalistic translations in the contemporary context as an ideological factor that affects the subjects in the production of discourses. In this manner, we intend to reflect upon, from the perspective of lexical studies, on the ideological components present in feminist translations and phallocentric translations (HENITIUK, 1999) produced in the contemporaneity. The analysis corpus consists of articles published in Portuguese and Spanish in the digital version of newspapers (El País, Folha de São Paulo), web news, the survey of this corpus was made from texts that address the theme of feminism, both in the Spanish- Portuguese and in the opposite direction. The results demonstrate more manipulation of headlines and lead-ins in the newspaper Folha de São Paulo than in the newspaper El País. This fact highlights that there was more visibility of queries regarding the representation of the female gender in the translations made by the Folha de São Paulo newspaper into Spanish. This also means that there was more visibility in the translations of the texts from Portuguese to Spanish, or in the source texts in Spanish, either in the texts translated into Portuguese in the El País newspaper or in the source texts of Folha de São Paulo newspaper.

Keywords: *web news; gender representations; lexicon; journalistic translation, Portuguese and Spanish.*

RESUMEN

En este trabajo nos proponemos analizar el léxico en textos periodísticos en el par lingüístico portugués-español, entendiendo la traducción como un fenómeno de representación cultural. El enfoque de este trabajo es observar cómo los procedimientos que utilizan los traductores para representar el género femenino revelan elecciones léxicas que reflejan sesgos ideológicos específicos, tales elecciones pueden dar indicios de cómo algunas instituciones sociales, en este caso, los medios de comunicación desempeñan un papel de poder e influencia en la opinión pública, perpetuando discursos hegemónicos, como el machismo y el falocentrismo, etc. Partimos del entendimiento de que el periodismo presupone el hecho a informar, lo que diferencia el papel que desempeñan los traductores y los periodistas con respecto a sus materias primas; en esta relación discursiva (traductor/periodista) se manifiestan dos voces en un mismo texto, el texto traducido. Tal producto, y en consecuencia su proceso, revelan, por medio del léxico, las ideologías que subyacen a los diferentes discursos ya sean las lexías que se observan en el discurso del periodista, autor de la noticia, o las que se pueden observar en el discurso del traductor. Motivadas por la hipótesis de que los movimientos feministas, en su dimensión social y política, influyeron en la actividad traductora en algunos momentos de la historia, como las feministas canadienses a finales del siglo XX, creemos también que pueden influir en la producción de traducciones periodísticas en la actualidad como un factor ideológico que incide en los sujetos en la producción de los discursos. De esta manera, buscamos reflexionar, desde la perspectiva de los estudios léxicos, sobre los componentes ideológicos presentes en las traducciones feministas y traducciones falocéntricas (HENITIUK, 1999) producidas en la contemporaneidad. El corpus de análisis consta de artículos publicados en portugués y español en la versión digital de los periódicos (El País, Folha de São Paulo), las webnoticias, este corpus fue recogido a partir de textos que abordan la temática del feminismo, tanto en la dirección español-portugués como en la dirección inversa. Los resultados muestran más manipulación de titulares y líneas finas en el periódico Folha de São Paulo que en el periódico El País. Este hecho resalta que hubo una mayor visibilidad de cuestiones sobre la representación del género femenino en las traducciones realizadas por el periódico Folha de São Paulo al español. Esto también significa que hubo más visibilidad en las traducciones de los textos del portugués al español, o en los textos de partida en español, ya sea en los textos traducidos al portugués en El País o en los textos fuente de Folha de São Paulo.

Palabras clave: webnoticias; representaciones de género; léxico; traducción periodística, portugués y español.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Principais técnicas de Tradução - Hurtado Albir	32
Figura 2 – Nó opressões de gênero	51
Figura 3 – Perfil do leitor	73
Figura 4 – Detalhamento da análise	77
Quadro 1 – Dados comparativos jornais	68
Quadro 2 – Dados comparativos da coleta do <i>corpus</i>	69
Quadro 3 – Demonstração da análise	75
Gráfico 1 – Folha de São Paulo – Apagamentos X Visibilizações	99
Gráfico 2 – El País – Apagamentos X Visibilizações	99
Gráfico 3 – Frequência técnicas – Apagamentos – Folha de São Paulo	100
Gráfico 4 – Frequência técnicas – Apagamentos – El País	101
Gráfico 5 – Frequência técnicas – Visibilizações – Folha de São Paulo	102
Gráfico 6 – Frequência técnicas – Visibilizações – El País	103

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

FSP *Folha de São Paulo*

EP *El País*

TC Texto de chegada

TP Texto de partida

M Manchete

LF Linha fina

LGBTQIA+ Lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, queer, intersexo e assexuais

CT Corpo do texto

ACD Análise Crítica do Discurso

OMS Organização Mundial da Saúde

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
Capítulo 1 – ESTUDOS DO LÉXICO	15
1.1 Conceitos e definições	15
1.2 Léxico, cultura e identidade	17
1.3 Discurso, identidade e representação via léxico	19
1.4 A tradução como atividade discursiva: as escolhas lexicais	22
Capítulo 2 - TRADUÇÃO E WEB NOTÍCIAS	25
2.1 Tradução jornalística	25
2.1.1 Técnicas de tradução	31
2.2 Especificidades do gênero notícia	32
2.3 Notícia, discurso e poder	35
2.4 Tradução como contrapoder	45
Capítulo 3 – REPRESENTAÇÃO DE GÊNERO	47
3.1 Gênero: poder e patriarcado	47
3.2 Representações do gênero feminino na mídia	53
3.3 As propostas de traduções feministas	59
Capítulo 4 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	66
4.1 O <i>corpus</i> de pesquisa: levantamento de dados	66
4.2 Perfis editoriais	69
4.2.1 El País	70
4.2.2 Folha de São Paulo	71
Capítulo 5 - ANÁLISE DOS DADOS	75
5.1 Análise do jornal El País	76
5.2 Análise do jornal Folha de São Paulo	87
CONCLUSÕES	105
REFERÊNCIAS	108

INTRODUÇÃO

Conhecer uma língua significa muito mais do que dominar um código linguístico composto por regras e padrões gramaticais. Inserido na área da Lexicologia, o presente trabalho parte da noção de léxico como representação social. Assim, entendemos que a escolha por determinadas unidades lexicais pode refletir ideologias. Nesta instância, compreende-se que o léxico envolve questões e padrões de ordem cultural, social e histórica que se relacionam com os indivíduos e com os contextos de suas respectivas comunidades interpretativas. Mais do que um objeto de comunicação, as unidades lexicais são utilizadas com intenções e objetivos variados, constituindo-se, assim, como um instrumento de manipulação e poder no qual são refletidos os valores de uma sociedade.

A compreensão do texto jornalístico, tido como reprodutor de fatos sociais e como produto e produtor de significados nesse processo, pressupõe o reconhecimento de aspectos culturais presentes nas interações dos falantes envolvidos em diferentes contextos. Cada vez mais percebe-se a influência e a relevância de tais conhecimentos para a compreensão dos textos e para a realização da atividade tradutória.

No que tange à relação entre cultura e tradução, a esfera da tradução jornalística é uma das que mais expressivamente destaca essa relação e, dessa perspectiva, baseamo-nos, principalmente, em autoras como Zipser e Polchlopek (2006), que entendem “a tradução como representação cultural”, e Hernández Guerrero (2012), que explora, nos Estudos da Tradução, a tradução jornalística como transmissão de ideologias, destacando o importante papel que desempenha na formação de identidades e discursos por meio da circulação midiática.

Este trabalho tem como objetivo realizar uma análise das unidades lexicais empregadas na tradução de *webnotícias* entre as línguas espanhola e portuguesa a fim de examinar como o gênero feminino é representado em textos jornalísticos e em suas traduções. Para tanto, pretende-se sistematizar os procedimentos de tradução na esfera do léxico, denominados “técnicas” de tradução por Amparo Hurtado Albir. A análise de tais procedimentos, nesses textos, pretende ser alcançada orientando-se pelas seguintes perguntas de pesquisa:

- (i) Quais técnicas de tradução podem ser percebidas no nível lexical ao se traduzir textos jornalísticos?
- (ii) Como se dá a representação do gênero feminino na esfera lexical considerando essa modalidade de tradução?

Com isso busca-se enfocar os mecanismos que regulam o funcionamento e as técnicas utilizadas pelos tradutores, entendendo que, no campo da tradução jornalística, as escolhas linguísticas, sobretudo no âmbito lexical, refletem ideologias que contribuem para a formação da opinião pública. Esta pesquisa se justifica pela crescente produção de *webnotícias* e, por conseguinte, de tradução jornalística nos meios *on-line* de comunicação, e em razão dos escassos trabalhos envolvendo o par linguístico espanhol-português, sobretudo na esfera da tradução jornalística.

Este trabalho está organizado em cinco capítulos. O primeiro capítulo trata de aspectos conceituais acerca do léxico, bem como de sua relação com os conceitos de cultura, identidade e representação, da intersecção que o léxico possui com o discurso e a tradução, e da relação que se estabelece entre a representação e o léxico. O segundo capítulo discute a tradução e, mais especificamente, a tradução jornalística, *corpus* deste trabalho, assim como discutem-se as relações de poder implicadas nesses textos midiáticos, as notícias. O terceiro capítulo aborda questões centrais dos Estudos de Gênero, como o poder e o patriarcado, eixos desses estudos, as representações que são feitas do gênero feminino na mídia e, estabelecendo um paralelo entre Estudos de Gênero e Estudos da Tradução, as propostas de traduções feministas. No quarto capítulo, estabelecem-se os procedimentos metodológicos sobre o levantamento dos dados do *corpus* desta pesquisa e os perfis editoriais dos jornais analisados (*Folha de São Paulo* e *El País*). O quinto e último capítulo constitui-se da análise de dados dos jornais supracitados.

1 ESTUDOS DO LÉXICO

Neste primeiro capítulo, tratamos de algumas definições fundamentais para a Lexicologia. Inicialmente são apresentadas, a partir de uma perspectiva mais ampla, algumas definições possíveis de léxico, bem como as relações existentes entre léxico, cultura e identidade. Em seguida, discorre-se acerca do léxico enquanto um componente do discurso e, conseqüentemente, da representação. O capítulo se encerra com a caracterização da tradução como uma atividade discursiva, discurso este constituído a partir das escolhas lexicais.

1.1 Conceitos e definições

A definição de léxico não se dá de maneira fácil, pois não existe uma definição unívoca. Estabelecem-se, a seguir, algumas definições possíveis nos estudos do léxico. A Lexicologia é o enfoque científico que, conforme aponta Henriques (2018, p. 13), “estuda o léxico e a sua organização a partir de pontos de vista diversos. [...] Cabe à Lexicologia dizer cientificamente em seus variados níveis o que diz o léxico, ou seja, a sua significação”. O autor define léxico como “o conjunto de palavras de uma língua, também chamadas de lexias. As lexias são unidades de características complexas cuja organização enunciativa é interdependente, ou seja, a sua textualização no tempo e no espaço obedece a certas combinações”.

Já para Villalva e Silvestre (2014, p. 20), o léxico “é um repertório das unidades lexicais de uma língua”, porém, os autores apontam que a identificação do léxico de uma língua depende do entendimento que se tem de língua, sendo que esse entendimento pode estar mais associado a critérios ideológicos do que a linguísticos, o que justifica, assim, a multiplicidade de definições existentes sobre esse conceito. Feitas tais reflexões, os autores definem, por fim, léxico como

uma entidade abstrata que se obtém por acumulação: às palavras em uso por cada falante, no seio de uma dada comunidade de falantes, juntam-se as palavras em uso por outras comunidades linguísticas falantes da mesma língua: às palavras em uso na contemporaneidade, somam-se as que estiveram em uso em sincronias passadas, de que temos notícias pela documentação escrita e que, por vezes, ressurgem (Villalva & Silvestre, 2014, p. 23).

Henriques (2018, p. 13) identifica dois tipos de léxico, o primeiro, “léxico comum”, como aquele “composto pelas palavras que são compartilhadas por todos os usuários, parecendo uma espécie de interseção dos usos cotidianos”; e “léxico total”, como aquele que “comporta

todas as palavras empregadas pelos usuários de determinada língua, independentemente de serem compartilhadas entre eles.”

Biderman (2001), por sua vez, define léxico como “um vasto universo de limites imprecisos e indefinidos. Abrange todo o universo conceptual dessa língua. Qualquer sistema léxico é a somatória de toda a experiência acumulada de uma sociedade e do acervo da sua cultura através das idades” (Biderman, 2001, p. 179).

A essas definições, podemos acrescentar a ideia de que o léxico de uma língua é, além do conjunto de palavras existentes nesse repertório, também os recursos disponíveis na língua para a formação de palavras novas, como afirma Trask (2011).

A Lexicologia, a fim de melhor delimitar seu objeto de pesquisa, ou seja, a palavra ou o conjunto de palavras de uma língua, desenvolveu alguns debates em torno desse conceito. As considerações provenientes dessa discussão identificam também conceituação diversa.

Polguère (2018) aponta que o emprego de “palavra” é arriscado na área da Lexicologia. O autor discorre que “quando se trata do léxico, seria preciso ao menos, como sugere Aristóteles [...], ter cuidado de especificar em que sentido estamos empregando *palavra* - o que seria no mínimo fastidioso”, e, por esse motivo, sugere que, em vias de evitar qualquer confusão, não utilizemos jamais *palavra* como termo linguístico técnico, preferindo recorrer a um sistema bastante rico, mas indispensável, de termos específicos: *lexia*, forma de palavra, *lexema*, locução e *vocabulo* (Polguère, 2018, p. 51).

Pelos motivos destacados anteriormente, destaca-se para este trabalho a visão de Biderman (1998):

as palavras podem ser consideradas como etiquetas para o processo de categorização. Por conseguinte, as palavras que constituem aquilo que seria o “dicionário” de uma língua natural são uma lista e uma amostragem das etiquetas de categorias naturais com que a espécie humana processa o conhecimento: contudo as palavras não são meros rótulos de objetos específicos existentes no mundo real. Podemos afirmar que a maioria das palavras designam campos de conceitos em vez de coisas físicas (Biderman, 1998, p. 88-89).

Dessa forma, podemos compreender que, do ponto de vista da autora, o léxico pode ser entendido como “uma forma de registrar o conhecimento do universo. Ao dar nomes aos referentes, o homem os classifica simultaneamente” (Biderman, 1998, p. 91).

Notamos, na proposição de Polguère (2018), que o uso de “palavra”, por ser genérico e polissêmico, gera imprecisão nas ciências lexicais, sugerindo, em seu lugar, o termo *lexia*:

“também chamada de unidade lexical, pode ser tanto um lexema como uma locução” (Polguère, 2018, p. 67).

Dando prosseguimento a outra definição central nas Ciências do Léxico, discorre-se, a seguir, acerca da definição de “locução” feita pelo mesmo autor: “é uma entidade da língua aparentada ao lexema que é estruturada em torno de um sentido exprimível por meio de um conjunto de sintagmas congelados, semanticamente composicionais, que se distinguem somente pela flexão” (Polguère, 2018, p. 62). A partir dessas definições, podemos abstrair que o léxico de uma língua é amplo e ilimitado.

As considerações anteriores, por sua diversidade e indicação de diferentes formas de abordagem do fenômeno, evidenciam a complexidade do assunto, abordando seus múltiplos aspectos. A partir dessas considerações, optamos por utilizar, no presente trabalho, a nomenclatura “lexia” ou “unidade lexical” para designar as diferentes acepções que uma palavra pode adquirir no discurso. Para nos remetermos à atualização dessas unidades nos textos que foram analisados, utilizou-se “vocábulo” e, para assinalar os significados que estão cristalizados a respeito desses vocábulos no sistema, recorreremos, quando necessário, aos seus “lexemas” dicionarizados.

1.2 Léxico, cultura e identidade

Para Biderman (1998, p. 88), “é a partir da palavra que as entidades da realidade podem ser nomeadas e identificadas”. Um exemplo de nomeação é o termo “feminicídio”, cuja origem, segundo Juárez Rodríguez (2017), vem do inglês *feminicide*, vocábulo que conseguiram, a muito custo, emplacar as pesquisadoras Diana Russell e Jane Caputi na década de 1980. Esse gesto surgiu como uma intenção política de denunciar e visibilizar o componente misógino que subjaz a todos esses crimes, ignorado por meio do emprego de palavras consideradas neutras como “homicídio” ou “assassinato” (Juárez Rodríguez, 2017, p. 21).

Safiotti (2015) aborda que, considerando a força que as palavras possuem, é pertinente disseminar o uso de feminicídio, uma vez que homicídio carrega o prefixo de homem. “Como a língua é um fenômeno social, e, portanto, sujeito permanentemente a mudanças, é interessante criar novas palavras, que expurem o sexismo (Safiotti, 2015, p. 50-51).

Zavaglia (2019) argumenta que o lexema “feminicídio” não é encontrado nos dicionários brasileiros mais importantes de veiculação nacional, como *Houaiss*, *Aurélio* e *Michaelis*, em suas versões *on-line*. Levando em conta que “uma língua é empregada para legitimar e evidenciar ou negligenciar e falsear atitudes, importâncias e concepções sobre

diferentes facetas da humanidade” (Zavaglia, 2019, p. 3), a não dicionarização do lexema, contribuiria, em certa medida, para a invisibilização de tal fenômeno social, entendendo que “as unidades lexicais [...] determinam um olhar próprio do universo e uma série de traços culturais, **ideológicos**, institucionais, morais etc.” (Lane, 2006 *apud* Zavaglia, 2019, p. 3, grifo nosso).

Em Biderman (1981, p. 132) constatamos a afirmação de que “o léxico é apenas uma testemunha de uma sociedade, de uma época”. A autora considera a língua em sua dimensão social, e que no léxico podemos ver o reflexo desse patrimônio, ou seja, o léxico se configura, nessa concepção, como um “símbolo da herança cultural”. Nosso trabalho se apoiará, principalmente, nessa perspectiva de Biderman, da relação do léxico com a sociedade, bem como na relação do léxico com a cultura: “O vocabulário é o domínio, por excelência, em que estão codificados os símbolos da cultura” (1981, p. 133).

Essa visão que aproxima o componente lexical do cultural presente nas sociedades também encontra reverberação em Lara (2006), quando aponta que:

a unidade *palavra* tem um papel privilegiado na percepção e na reflexão social sobre as línguas, devido a sua característica central de nomear objetos, ações e relações. [...] as palavras se tornam facilmente símbolos sociais; ou seja, transcendem sua natureza de signos linguísticos e se transformam em representantes de concepções, valores e tabus sociais, aos quais são atribuídos desde propriedades mágicas até funções morais e ideológicas (Lara, 2006, p. 213).¹

Lara (2006), por sua vez, aponta que tanto as ideologias linguísticas como as sociais “basculam sobre valores ideológicos mais amplos, como a defesa da identidade social própria, o racismo, o nacionalismo [...]; hoje podemos acrescentar o etnicismo, o **feminismo**” (p. 228, grifo nosso)², numa visão do léxico como símbolo social.

¹ São da autora esta e as demais traduções de citações em línguas estrangeiras, para textos que não têm tradução publicada em língua portuguesa.

la unidad palabra tiene un papel privilegiado en la percepción y la reflexión social acerca de las lenguas, debido a su característica central de nombrar objetos, acciones y relaciones. Precisamente por esa característica y ese papel, las palabras se convierten fácilmente en símbolos sociales; es decir, trascienden su naturaleza de signos lingüísticos y se convierten en representantes de concepciones, valores y tabúes sociales, a los que se les atribuyen desde propiedades mágicas hasta funciones morales o ideológicas.

² *basculan (un galicismo) sobre valores ideológicos más amplios, como la defensa de la identidad social propia, el racismo, el nacionalismo, la moralidad definida por ciertos valores sociales e incluso la defensa de intereses de clase; hoy podemos agregar el etnicismo, el feminismo.*

1.3 Discurso, identidade e representação via léxico

Para Borba (2006), dado que “o léxico caracteriza a cultura” (p. 84), cada cultura, vai representar, por meio do léxico, o universo material a sua maneira. Ao tratar da relação intrínseca entre léxico e cultura, Charaudeau (2015, p. 17) afirma que a cultura “não preexiste aos indivíduos”, “que são eles que, vivendo em grupos, criam um ‘enraizamento social’”, assim como acontece com os processos de formação do léxico, que surgem à medida da necessidade de representar o universo material. O autor aponta então, tratando agora da identidade cultural, que esta “é, ao mesmo tempo, estável e movediça”.

Nota-se que a construção das identidades se assenta em um paradoxo: enquanto precisamos do outro na sua diferença para o reconhecimento da nossa existência, este outro também representa uma ameaça, ao ponto de sentirmos a necessidade de rejeitá-lo ou de assimilá-lo. Para a construção identitária do grupo, esse movimento acontece em outras instâncias. O autor aponta esse movimento em quatro ordens “a inclinação do grupo para si mesmo; a abertura do grupo para os outros; a dominação de um grupo pelo outro; a mescla do grupo” (Charaudeau, 2015, p. 20-21). O pesquisador ressalta que este encontro com o outro também se dá através de **representações**. “Essas representações evidenciam imaginários coletivos que são produzidos pelos indivíduos que vivem em sociedade”, dessa forma, em toda e qualquer ação ou pensamento concretizados há, necessariamente, a marca de nossa afiliação ao coletivo. Nas palavras do autor:

o pertencimento a um grupo é, em primeiro lugar, o não pertencimento a um outro grupo, e a busca do grupo, enquanto entidade coletiva, é igualmente a busca do “não outro”. A identidade é uma questão de construção permanente sobre uma base histórica (Charaudeau, 2015, p. 18).

No tocante a relação do léxico com a identidade, Silva (2000) pondera que a identidade e a diferença são resultado de atos de criação linguística, ou seja, “que não são ‘elementos’ da natureza, que não são essenciais, que não são coisas que estejam simplesmente aí, à espera de serem reveladas ou descobertas, respeitadas ou toleradas” (Silva, 2000, p. 76). São assim criadas por meio de atos de linguagem. “A identidade e a diferença têm que ser nomeadas. É apenas **por meio de atos de fala que instituímos a identidade e a diferença como tais**” (Silva, 2000, p. 77, grifo nosso).

A identidade e a diferença têm que ser ativamente produzidas. Elas não são criaturas do mundo natural ou de um mundo transcendental, **mas do mundo cultural e social**.

Somos nós que as fabricamos, no contexto de relações culturais e sociais. **A identidade e a diferença são criações sociais e culturais** (Silva, 2000, p. 76, grifo nosso).

Dessa forma, a identidade e a diferença adquirem sentido nos sistemas de significação e, por esse motivo, é nesse marco que devem ser compreendidas. Sendo a linguagem um sistema de significação, é uma estrutura instável, dado que é caracterizada pela indeterminação e instabilidade.

A identidade, tal como a diferença, é uma relação social. Isso significa que sua definição - discursiva e linguística - está sujeita a vetores de força e **relações de poder**. Elas não são simplesmente definidas; elas são impostas. Elas não convivem harmoniosamente, lado a lado, em um campo sem hierarquias; elas são disputadas (Silva, 2000, p. 81, grifo nosso).

A identidade está, pois, diretamente ligada às relações de poder, razão essa pela qual a identidade e a diferença não são nunca neutras. Não há simetria, portanto, nas classes nas quais o mundo social é dividido, dado que dividir e classificar significa, necessariamente, hierarquizar, a partir do privilégio de atribuir diferentes valores aos grupos assim classificados.

Para o mesmo autor, uma das formas privilegiadas de hierarquização das identidades e das diferenças é postular como norma uma determinada identidade, sendo essa normalização um dos processos mais sutis pelo qual, no campo na identidade e da diferença, o poder vai se manifestar. A norma, dessa forma, vai então deter todas as características positivas em relação às outras identidades, as quais, conseqüentemente, serão negativamente avaliadas.

Basear a **inferiorização das mulheres** ou de certos grupos 'raciais' ou étnicos em alguma suposta característica natural ou biológica não é simplesmente um erro 'científico', mas a demonstração da imposição de uma eloquente grade cultural sobre a natureza que, em si mesma, é - culturalmente falando - silenciosa (Silva, 2000, p. 86, grifo nosso).

Assim sendo, para a teoria cultural contemporânea, os sistemas de representação estão diretamente associados à identidade e à diferença. Segundo Silva (2000), o conceito de representação tem uma longa história, o que lhe confere uma multiplicidade de significados:

Na história da filosofia ocidental, a ideia de representação está ligada à busca de formas apropriadas de tornar o 'real' presente - de apreendê-lo o mais fielmente possível por meio de sistemas de significação. Nessa história, a representação tem-se apresentado em suas duas dimensões - a representação externa, por meio de sistemas de signos como a pintura, por exemplo, ou a própria linguagem; e a representação interna ou mental - a representação do 'real' na consciência (Silva, 2000, p. 90).

No presente trabalho, no entanto, não compreendemos a representação enquanto sinônimo da presença do real ou do significado, e sim, como qualquer sistema de significação, enquanto “uma forma de atribuição de sentido. Como tal, a representação é um sistema linguístico e cultural, arbitrário, indeterminado e estreitamente ligado a relações de poder” (Silva, 2000, p. 90). A identidade e a diferença se ligam a sistemas de poder por meio da representação, e assim, “quem tem o poder de representar tem o poder de definir e determinar a identidade” (Silva, 2000, p. 91). E essa representação não será neutra, dado que está sempre associada ao sujeito que a produz, sendo, assim, interligada a uma narrativa.

Dessa forma, no cerne do questionamento da identidade e da diferença está, portanto, o questionamento aos sistemas de representação, que, por sua vez, vão dar sustentação a essas primeiras. A crítica à identidade e à diferença, é, dessa maneira, a crítica às suas formas de representação.

Segundo Charaudeau (2015), há diversos imaginários socioculturais. O discurso jornalístico, objeto de estudo deste trabalho, que se enquadra nos imaginários de crença que “são elaborados por **discursos de representação** e transmitidos em lugares de inculcação, tais como as instituições (a escola, a família, etc.), os locais de trabalhos, os escritos, as mídias” (Charaudeau, 2015 p. 23, grifo nosso). Um elemento que o autor destaca como constituinte da identidade coletiva é a língua, porque “garante a coesão social de uma comunidade”, constituindo seu alicerce, e que “é por meio dela que se dá a integração social e que se forja a simbólica identitária” (Charaudeau, 2015, p. 26).

Charaudeau (2015) introduz o discurso como forma de concretização do pensamento, “o discurso é a língua empregada socialmente, segundo os hábitos culturais do grupo ao qual pertence aquele que fala” (Charaudeau, 2015, p. 27). Ao entendermos o léxico, ao lado da gramática, como elemento fundamental para a construção das ações de linguagem dos grupos em determinada cultura, passamos a vislumbrar também o papel fundamental que ele desempenha na construção das representações que tecemos da realidade. Essas representações, que podem ser analisadas em suas manifestações discursivas, nos revelam o caráter ideológico que fundamenta as relações de dominação e de poder:

O poder, ao que parece, tem que ser entendido aqui não apenas em termos de exploração econômica e coerção física, mas também em termos simbólicos ou culturais mais amplos, incluindo o poder de representar alguém ou alguma coisa de certa maneira – dentro de um determinado ‘regime de representação’. Ele inclui o exercício do poder simbólico através das práticas representacionais e a estereotipagem é um elemento-chave deste exercício de violência simbólica (Hall, 2016, p. 193).

Dessa forma, entendemos, neste trabalho, que o léxico, sendo um símbolo social e cultural, é um componente fundamental para a construção do discurso midiático, pois veicula representações sociais acerca das questões de gênero que serão abordadas adiante.

1.4 A tradução como atividade discursiva: as escolhas lexicais

Ao longo da história da tradução, teorias e práticas tradutórias passaram por transformações, tendo cada época sua teoria. Segundo Godard (1989), em seu texto *Theorizing Feminist Discourse / Translation*, a teoria dominante até aquele momento era a teoria da tradução como equivalência, que estava fundamentada em uma poética da transparência. “[Tal teoria] afirma que uma mensagem pode ser transposta de uma língua para outra de forma que o significado da mensagem seja preservado e haja uma identidade de conteúdo nos dois textos” (Godard, 1989, p. 47).³

Esta tradução como equivalência caracteriza-se pela eliminação de certos traços culturais e certos elementos autorreflexivos, privando, assim, da origem dos eventos, o que resulta não apenas na “supressão de sinais da função-autor, mas também da função-tradutor, uma vez que seu trabalho manipulador sobre esses elementos se torna invisível na resultante fusão dos dois textos” (Godard, 1989, p. 47).⁴

São apagadas, assim, as atividades de leitura e (re)escrita duplas do tradutor: o tradutor era entendido como – e, ainda na contemporaneidade, é esperado que seja – “um servo, uma mão invisível transformando mecanicamente as palavras de uma língua para outra. A tradução é considerada uma cópia e não um enunciado criativo” (Godard, 1989, p. 47).⁵ Coracini (2007) aponta que, para muitos leitores e especialistas na área, o bom tradutor é aquele que não se nota, que não se deixa perceber. Paradoxalmente, o bom tradutor, nessa visão, é aquele que desaparece e torna-se transparente.

A fidelidade do tradutor, nesse cenário, é sempre questionada, o tradutor invariável e inevitavelmente vai modificar o texto que traduz produzindo novos sentidos e significados (Venuti, 2008). Como afirmam Simão & Stupiello (2017), o trabalho do tradutor é invisível, mesmo quando este torna possível a compreensão em outras línguas. Isso ocorre porque os

³ It maintains that a message may be transposed from one language to another so that the meaning of the message is preserved and there is an identity of content in the two texts.

⁴ The elimination of self-reflexive elements results in the suppression of signs of the author-function but also in those of the translator-function since her manipulative work on these elements is rendered invisible in the resulting conflation of the two texts.

⁵ a servant, an invisible hand mechanically turning the words of one language into another. The translation is considered to be a copy and not a creative utterance.

leitores não possuem ciência dos processos de transformação pelos quais a notícia com que está tendo contato teve que passar, como “a seleção e a síntese das informações a serem traduzidas e a adaptação do contexto informativo para novos públicos” (Simão & Stupiello, 2017, p. 202). As autoras tratam do papel transformador, que, segundo Bielsa e Bassnett (2009), está no poder de modificar, com a finalidade de produzir um material que possa funcionar melhor como notícia para o que é agora um novo público, isto é, trata-se de uma adaptação cultural.

Traduzir é, então, transformar, produzir um texto (Martins e Frota, 1997; Brezolin 1997) que não será nem totalmente novo/ diferente, porque toma como ponto de partida o texto-base, nem totalmente o mesmo, porque toda interpretação gera inevitavelmente outro texto e todo texto é tecido, é textura que, por se encontrar dissimulada, escondida, pode levar séculos para desfazer seu pano (Coracini, 2007, p. 175).

O que a perspectiva anterior ignora, no entanto, é a extrema dificuldade em traduzir o significado, devido à importância das relações co-textuais (formais) e contextuais. Dessa forma, segundo Godard (1989), a tradução é “a escrita de uma leitura / escrita, a aventura histórica de um sujeito. Não é transparente em relação ao original, mas como 'transformação' trabalha sobre o original para descentralizá-lo” (Godard, 1989, p. 49). “Como um corolário, há uma reavaliação do *status* do texto-fonte, supervalorizado em teorias da tradução que são cegas para as implicações ideológicas de suas manipulações textuais” (Meschonnic, p. 307-308 *apud* Godard, 1989, p. 49).⁶

Dessa forma, compreendemos o tradutor e a tradução conforme Mittmann (1999), para quem o tradutor não é um intermediador, por estar envolvido no processo da mesma forma que estão autor e leitor. Nessa perspectiva, considerada discursiva, o tradutor ocupa uma posição ao lado do autor no novo dizer que é materializado pela tradução. Desse modo, os sentidos são recriados na tradução e negociados entre os interlocutores (autor-tradutor-leitor).

Consideramos a tradução conforme a perspectiva da autora, ou seja, enquanto uma atividade discursiva. “O processo tradutório é um processo de produção do discurso da tradução, que se materializará no texto da tradução. É um processo em que se estabelecem relações de sentido com outros discursos, dentre eles o discurso dito ‘original’”. Dessa forma, “o processo tradutório, portanto, ‘não começa, nem termina no tradutor’, mas é ‘um processo

⁶ *it is writing of a reading / writing, the historical adventure of a subject. It is not transparent with respect to the original' but as 'transformation' works upon the original to decenter it. As a corollary, there is a reassessment of the status of the source text overvalued in theories of translation which are blind to the ideological implications of their textual manipulations.*

de relação de sentidos e de produção de discursos” (Mittmann, 1999, p. 128). Tais discursos são formados a partir de unidades lexicais, foco do presente trabalho.

Na teoria da tradução ocidental, esta foi tomada em termos espaciais, devido ao significado e a história das palavras usadas para designar a tradução em certas línguas ocidentais. Tal razão é, portanto, ontogênica. Segundo Tymoczko (2013, p. 126), “a origem da palavra inglesa *translation* é a palavra latina *translatio*, que significa ‘carregar’”, originalmente “utilizada no sentido concreto de mover coisas dentro de um espaço, incluindo tanto objetos como as relíquias dos santos quanto fenômenos culturais como aprendizagem e poder”.

Seu significado foi se expandindo relativamente tarde, durante o século XIV, quando foi aplicada à atividade de tradução interlingual para o inglês. Esse significado foi utilizado primeiramente pelos tradutores bíblicos, no que parece ser uma extensão metafórica de significações semânticas mais centrais, que incluíam o movimento da terra ao paraíso, bem como a transferência de coisas de um ponto a outro da terra (Tymoczko, 2013, p. 127).

Já no século XIV, quando o termo *translation* começa a ser utilizado, “parece estar associado a uma nova estética de tradução, mais baseada no texto, mais orientada ao texto-fonte, mais literal e menos associada aos padrões informais da literatura vernácula medieval, interpretação oral e outros tipos de refração” (Tymoczko, 2013, p. 127).

Está implícita na palavra inglesa *translation*, assim como nas palavras utilizadas para tradução nas línguas latinas, a raiz latina *trans-ducere* “conduzir” (como por exemplo, o francês *traduction* e o espanhol *traducción*) que dá a ideia de entre espaço, e tal ato mediador irá transpor ou servir de ponte (Tymoczko, 2013, p. 128).

A mesma autora disserta que, no significado histórico da palavra *translation*, há similitudes com a lexia *metaporein* do grego, que resulta no termo em inglês *metaphor* (metáfora), pois ambas envolvem o sentido etimológico “de carregar”, ou seja, “levar uma ideia ou relação de um campo de referência para outro” (Tymoczko, 2013, p. 128), assim como envolvem “extensões de um conceito conhecido (especificamente o ato físico de levar) utilizado para novas ideias: respectivamente a transposição de textos de uma língua para outra e a transposição de uma ideia ou relação de um campo conceitual para outro” (Tymoczko, 2013, p. 128). Além de “carregar” o sentido, as lexias podem carregar, por exemplo, aspectos socioculturais, intrinsecamente vinculados às noções de identidade e representação.

2 TRADUÇÃO E WEBNOTÍCIAS

Neste capítulo, é detalhada a relação entre tradução e jornalismo, a tradução de *webnotícias*. Trabalha-se a caracterização desse tipo específico de tradução, a tradução jornalística, aspectos do mundo globalizado e da tecnologia do século XXI e a influência que estes últimos exercem sobre a esfera midiática e, conseqüentemente, sobre a tradução. Aborda-se também o papel que os grandes meios de comunicação têm na formação de opiniões, mais especificamente a opinião pública, e a importância que esta tem no tecido social. Em seguida se explana acerca da importância da manchete, elemento esse que inicia as notícias. Ao término do capítulo, discute-se como as questões do discurso e do poder se articulam nas notícias.

2.1 Tradução Jornalística

Observa-se, na atual conjuntura, um grande desenvolvimento tecnológico digital, que viabiliza e amplifica a globalização. O avanço nesse campo atinge e tem influência em diversas esferas. A da informação é uma delas. A velocidade na qual a sociedade atual opera exige, na mesma medida, uma aceleração na transmissão de informações, afetando, assim, conseqüentemente, os meios de comunicação. No presente trabalho, tratou-se do campo jornalístico inserido na área da tradução, ou seja, a tradução jornalística.

O fluxo de informações deve respeitar a rapidez com que ocorrem os acontecimentos, dado que, no campo jornalístico, é essencial que as notícias sejam sempre atuais. Há, portanto, limitações que são impostas à tradução jornalística, como as temporais, derivadas da competição pelas notícias mais novas e que deve responder a pressões crescentes para alcançar o ideal de quase-instantaneidade (Cronin, 2003, p. 49 *apud* Bielsa, 2016, p. 18).

Ramonet (2013) discorre, no entanto, que, há alguns anos, a rapidez com que ocorrem os acontecimentos atingiu uma espécie de limite intransponível: “(é como a velocidade da luz, não se pode ir mais rápido do que ela). A ideia de prazo desapareceu na informação contemporânea: não há prazo, a informação é imediata. A velocidade máxima - e, portanto, o limite - é o imediatismo” (Ramonet, 2013, p. 56). A consequência de tal pretensão imediatismo é que, devido à velocidade máxima requerida, algumas informações são esquecidas. Os meios de comunicação estão, assim, sendo atropelados pela aceleração da informação.

A tradução é então, nesse contexto, uma atividade que propicia dinamismo à difusão de conteúdo. Hernández Guerrero (2019) caracteriza esse cenário dentro de um processo de comunicação transcultural. Para a autora, a tradução permite que o material informativo

produzido vá além das fronteiras linguísticas e nacionais. A partir de tal posicionamento, pode-se entender, com mais clareza, o papel que a tradução desempenha, dado que dispõe do poder de não só ultrapassar as barreiras das línguas, como também as físicas existentes no universo extralinguístico.

Hernández Guerrero (2019) aponta que as inovações tecnológicas vigentes no século XXI influenciam a criação de novas formas de jornalismo, atuando também no trabalho tradutório, transformando-o. Este panorama gerou mudanças no âmbito do jornalismo, em um contexto comunicativo muito diferente dos meios tradicionais. Com o jornalismo digital, as fronteiras nacionais e linguísticas se movem e se diluem, processo esse permitido graças à tradução, que possibilita ultrapassar fronteiras físicas e linguísticas, fazendo com que essas fronteiras deixem de ser estáticas para adquirirem um movimento fluido. Segundo a autora, “na engrenagem da produção jornalística, a tradução é o pilar básico que permite ampliar sua difusão e impacto. É o mecanismo de mediação, a condição *sine qua non*, que permite o decorrer incessante do fluxo informativo global⁷” (Hernández Guerrero, 2019, p. 88).

Quando tratamos de textos jornalísticos, estamos abordando um conjunto de tipologias textuais que não é uniforme. No âmbito desta pesquisa, entende-se o jornal, ou portal de notícias, como uma plataforma na qual circulam gêneros “jornalísticos” muito variados, alguns menos estereotipados, com convenções textuais menos fixas (Hernández Guerrero, 2005; 2006). O que parece ser permanente, entretanto, são as transformações que afetam tanto o conteúdo, quanto à forma desses textos, em função das diferenças entre as linhas editoriais, as convenções estilísticas e as necessidades informativas motivadas pela cultura de chegada.

Os avanços tecnológicos possibilitaram também o surgimento de um novo meio de comunicação na contemporaneidade: as edições multilíngues. Essas edições possuem uma maior repercussão e alcance, como é o caso do jornal *El País*, que possui edições em inglês, catalão e, até 2021, português. Os avanços tecnológicos, assim, transformaram a forma de fazer e de consumir informação. Alguns meios informacionais se utilizam desse suporte no seu processo de internacionalização, mediante a tradução de seus conteúdos (Hernández Guerrero, 2019).

No cenário brasileiro, podemos observar o mesmo fenômeno no jornal *Folha de São Paulo*, que também conta com traduções diárias para o espanhol e o inglês desde 2011. Há também, nesse processo, um fator econômico que influencia fortemente a escolha pela tradução,

⁷ En el engranaje de la producción periodística, la traducción es el pilar básico que permite ampliar su difusión e impacto. Es el mecanismo de mediación, la condición *sine qua non*, que permite el discurrir incesante del flujo informativo global.

movido por princípios capitalistas, como aponta Hernández Guerrero (2019), em que a tradução é mais vantajosa que a produção de novos conteúdos, pois reduz custos empresariais ao gerar informação a partir de um material já elaborado.

Para a autora, a informação caracteriza-se como um produto estratégico, global, controlado em todas suas manifestações, com fins comerciais, mas também ideológicos, que contribui para difundir e uniformizar certas correntes de pensamento entre suas audiências. Nesse contexto, a tradução é uma peça-chave na difusão mundial dos discursos midiáticos e, em especial, na construção da opinião pública global. Dessa forma, “as políticas tradutórias que os meios aplicam estão a serviço de objetivos ideológicos” (Hernández Guerrero, 2019, p. 87).⁸

Biroli (2011) disserta que

existe uma correlação direta entre o que os meios de comunicação produzem e veiculam e como pensarão as pessoas que estão expostas a eles. Em outras palavras, para uma relação de causalidade entre os conteúdos difundidos pela mídia e as formas assumidas pela **opinião pública** (Biroli, 2011, p. 87, grifo nosso).

Van Dijk (2008) destaca que os meios de comunicação jornalísticos exercem uma estratégia de controle do conhecimento por meio de dois processos: a seleção de assuntos e a reconstrução das realidades sociais e políticas. O teórico afirma que tais processos são dirigidos “por um sistema de valores e de ideologias profissionais sobre as notícias e sobre o que deve ou não ser notícia” (Van Dijk, 2008, p. 50). O autor salienta que a mídia seleciona quem irá representar na arena pública, é também porta-voz da elite e parte intrínseca da estrutura do poder social. Assim sendo, podemos perceber que esses processos de representação não são nada arbitrários.

O mesmo autor discorre que

a aquisição de conhecimento e a **formação de opiniões** sobre a maior parte dos eventos do mundo parecem basear-se largamente no discurso jornalístico presente na imprensa e na televisão compartilhado diariamente por milhões de pessoas. Provavelmente, nenhum outro tipo de discurso é tão penetrante e tão compartilhado e lido por tantas pessoas de maneira mais ou menos simultânea (Van Dijk, 2008, p. 77, grifo nosso).

Segundo Ramonet (2013, p. 95), “é preciso entender que o próprio princípio da internet é a livre circulação da informação. Porém, o fato de que isso seja teoricamente, virtualmente e materialmente possível não suprime a **dominação dos grandes meios de comunicação**” (grifo nosso). A sociedade ocidental associa a sofisticação da tecnologia com qualidade de informação

⁸ *Las políticas traductorales que aplican los medios están al servicio de objetivos ideológicos.*

e, por esse motivo, nos faz acreditar que a informação à qual temos acesso será muito boa. Porém, ainda que a tecnologia seja sofisticada, eficaz e rápida, isso não se torna uma verdade. O pesquisador aborda que os meios que estão no controle da imprensa tradicional, como o rádio e a televisão, são os mesmos que dominam a audiência na internet. Ressalta, porém, que a internet possui o poder de atingir milhares de pessoas as quais terão acesso à informação com função de contrainformação ou de coerção.

A mídia é a responsável pela criação e pelo controle da opinião pública. A opinião pública surgiu na metade do século XIX juntamente com a imprensa de massa. Ramonet (2013, p. 97) disserta que “a ideia que eu tiver do que acontece em Timor-Leste, por exemplo, só pode se basear no que li na imprensa, escutei no rádio ou vi na televisão, não na minha própria experiência. Posso ter a ideia que for – positiva, negativa, neutra –, **mas sempre em função do que eu consumi na mídia**” (grifo nosso).

Hernández Guerrero (2019, p. 76) salienta que, para elaborar nova informação a partir do material jornalístico em outras línguas, cada meio de comunicação segue fórmulas de produção próprias: “seleciona o que se traduz, estabelece com que função e transmite com o selo de sua linha editorial”⁹, essa é a razão pela qual as modificações são feitas, podendo perceber assim, o viés político-ideológico do jornal em questão. Devido à seleção do que se vai traduzir, o texto jornalístico traduzido com o qual temos contato difere do texto de partida. “Neste contexto, a tradução desempenha uma função substancial como instrumento que serve aos interesses do grupo de comunicação, utilizado para consolidar sua linha editorial” (Hernández Guerrero & López, 2020, p. 167).¹⁰

Ramonet (2013) destaca, no entanto, que, na contemporaneidade, os meios de comunicação são muito menos identificáveis política e ideologicamente e, tendo como objetivo alcançar o maior número de pessoas, tais meios dissolveram sua identidade política, pois se observa com menor frequência uma necessidade de definir-se política e ideologicamente e, por esse motivo, distorcem ou expandem sua linha editorial. A comprovação de tal fato, segundo o autor, é a de que, em muitos países, a linha editorial é mudada pelos diretores dos meios de comunicação sem que se perceba.

As traduções jornalísticas permitem, para Bielsa (2016), a difusão de uma multiplicidade de versões diferentes dos eventos, devido à reescritura dos textos, um processo de transformação textual. A autora discorre que a tradução pode ajudar a conceitualizar e

⁹ *Selecciona qué se traduce, establece con qué función y lo transmite con el sello de su línea editorial.*

¹⁰ *En este contexto, la traducción desempeña una función sustancial como instrumento que sirve a los intereses del grupo de comunicación, utilizado para consolidar su línea editorial.*

examinar as relações entre diferentes culturas e tradições, e que a capacidade cosmopolita obriga a praticar a arte de traduzir e estabelecer pontes: “isto inclui duas coisas: por um lado, localizar e relativizar a própria forma da vida no horizonte de outras possibilidades e, por outro, a faculdade de ver-se a si mesmo a partir da perspectiva do culturalmente distinto [...]” (Beck, 2005, p. 126 *apud* Bielsa, 2016, p. 18).

Dentro do campo da tradução jornalística, há uma linha muito tênue entre a tradução e o fazer jornalístico. Considera-se que há entre os dois processos uma relação intrínseca, em que não se separam, pois mantêm entre si uma concordância simbiótica. Dado o não estabelecimento de fronteiras visíveis e bem demarcadas entre os processos, Hernández Guerrero (2019) observa que o conceito de tradução utilizado, principalmente no campo jornalístico, não coincide com o conceito tradicional que se tem de tradução. Verifica-se que, com certa frequência, a finalidade da tradução jornalística não tem sido a de reproduzir o conteúdo original, mas produzir uma nova informação, entendendo que o propósito de traduzir é o de gerar informação que responda às expectativas da audiência local e aos interesses (econômicos, ideológicos) do grupo de comunicação.

Para Hernández Guerrero (2019), os profissionais que são responsáveis por traduzir um texto jornalístico não têm como foco reproduzir um texto prévio e, por esse motivo, adotam um papel mais ativo do que é esperado, filtram as informações e selecionam que elementos destas vão transmitir. Essas intervenções qualificam informações que vão além de uma transferência linguística. O foco desses profissionais está na função que a notícia deve cumprir no seu novo contexto sociocultural, ou seja, recontextualizam para o meio de comunicação local e sua audiência. Os textos traduzidos agora se dirigem a um novo público, o que implica uma transformação considerável dos textos.

Entre as modificações mais importantes e recorrentes a que se submetem, se encontram as seguintes: “mudança de título e subtítulo, alteração da ordem dos parágrafos, adição de nova informação contextual relevante para os novos leitores e eliminação de informação desnecessária ou que já não é relevante (ou se considera já conhecida) para eles” (Bielsa, 2016, p. 20).

Para Bielsa (2016), os textos traduzidos se assemelham mais a textos novos, especificamente escritos para a audiência a que se dirigem. A tradução, entendida agora como um texto novo, “pode ser vista como um tipo de autenticação de fato, em que a tradução se converte em um substituto pragmático de sua fonte e substitui o original, de forma que o fato de que seja uma tradução se torna irrelevante” (Hermans, 2007, p. 23 *apud* Bielsa, 2016).

Hernández Guerrero (2022) estabelece uma divisão do material jornalístico em: fontes estáveis para o que se considera como produto final, e se traduz sem modificações importantes, e fontes instáveis, para o material que considera a matéria-prima, ou seja, considera o texto de partida para produzir uma informação nova que vai ter modificações importantes no processo tradutório.

Esta diferença pode estar vinculada à classificação textual em gêneros jornalísticos, respectivamente argumentativos (opinião) ou informativos e interpretativos (informação). A autora caracteriza os gêneros da seguinte forma: “os textos informativos (notícias, despachos, reportagens, entrevistas) são fontes instáveis e podem sofrer modificações substanciais” e os textos argumentativos “(colunas, tribunas, artigos de opinião), em contraste, são considerados materiais acabados e sua integridade é respeitada” (Hernández Guerrero, 2022).¹¹

Ou seja, segundo Hernández Guerrero (2005, 2009, 2010), quando se considera o texto definitivo, se qualifica como uma fonte estável, e quando não é considerado o texto definitivo se considera uma fonte instável. “Os textos informativos focam em expor fatos, perdem relevância e devem ser modificados para dar conta de sua evolução. São textos inacabados (fontes instáveis) que se prestam à reescrita” (Hernández Guerrero, 2022).¹²

Esse processo envolvendo a tradução jornalística faz com que “os textos sejam encurtados ou ampliados, acrescentando ou suprimindo informações, num processo de reescrita que acaba por adaptá-los às necessidades da empresa. Os autores vão para o segundo plano e a informação prevalece sobre outras considerações” (Hernández Guerrero, 2022).¹³

Os gêneros de opinião costumam ser tratados como fontes estáveis, enquanto os gêneros informativos são considerados como instáveis (Hernández Guerrero, 2009, 2005, 2010). Estes últimos serão nosso objeto de análise.

¹¹ Aunque existen excepciones, los textos informativos (noticias, despachos, reportajes, entrevistas) son fuentes inestables y pueden ser objeto de modificaciones sustanciales. Los textos argumentativos (columnas, tribunas, artículos de opinión), por el contrario, se consideran material acabado y se respeta su integridad.

¹² Los textos informativos se centran en exponer hechos, pierden actualidad y hay que modificarlos para dar cuenta de su evolución. Son textos no acabados (fuentes inestables) que se prestan a reescritura.

¹³ En este periplo, el que hacer del periodista/traductor suele implicar que los textos se abrevien o amplíen, se añada o suprima información, en un proceso de reescritura que termina por adaptarlos a las necesidades de la empresa. Los autores pasan a un segundo plano y la información prima sobre otras consideraciones. En el proceso de traducción es frecuente manipular y transformar los textos.

2.1.1 Técnicas de tradução

As estratégias, segundo Hurtado Albir (2001), são procedimentos conscientes, ou não, e individuais utilizados na resolução de um problema de tradução, que se caracterizam por conter um elemento de planejamento, buscar certos objetivos e estarem relacionadas a uma série de ações desenvolvidas durante o processo tradutório. Podem ser verbais ou não verbais, internos (cognitivos) e externos, utilizados pelo tradutor para melhorar sua eficácia em função de suas necessidades específicas.

Já as **técnicas** de tradução são os procedimentos concretos que se manifestam na materialidade textual e podem ser observados no texto traduzido (produto). Tais técnicas, portanto, referem-se ao que pode ser observado no resultado final da tradução, em comparação com o texto de partida. Iniciamos a análise a partir da detecção das técnicas e então analisamos os efeitos de sentido produzidos a partir dessas técnicas, considerando que as técnicas revelam as escolhas lexicais feitas nessas traduções, e buscando compreender, com base nas lexias empregadas, como é feita a representação do gênero feminino nas traduções dos textos jornalísticos, principal foco e objeto deste trabalho. Neste trabalho, estabelecemos como unidade de tradução, isto é, unidades mínimas para as quais o tradutor desenvolve estratégias e emprega suas técnicas, as unidades lexicais, conforme o fazem Vinay & Dalbérnet (1995), que definem como unidade de tradução a *unidade lexicológica*.

Neste *corpus*, analisamos as seguintes técnicas: Compensação, Amplificação, Elisão, Modulação, Generalização e Particularização. Para tanto, nos pautamos nas definições de Hurtado Albir (2001, p. 269-270), que caracteriza a técnica de Compensação por introduzir “em outro lugar do texto traduzido um elemento de informação ou efeito estilístico que não foi possível representar no mesmo lugar em que aparece situado no texto original”.¹⁴ Entendemos, nessa definição, que a Compensação pode se dar no nível da informação, isto é, uma informação que aparece em determinado momento do texto passa a se localizar em outro lugar do texto, como acontece na tradução de textos jornalísticos em que informações transitam entre manchete, linha fina e corpo do texto, ou no nível estilístico, no caso de textos poéticos em que recursos estilísticos passam a ser retomados em outros momentos do texto na tradução.

¹⁴ *se introduce en otro lugar del texto traducido un elemento de información o efecto estilístico que no se ha podido reflejar en el mismo lugar en que aparece situado en el texto original.*

Quanto à Amplificação, trata-se de acrescentar “especificações não formuladas no texto original: informações, paráfrases explicativas, notas do tradutor, etc.”.¹⁵ Já a Elisão se dá quando “não se formulam elementos de informação presentes no texto original”.¹⁶ A Modulação ocorre quando se realiza “uma mudança de ponto de vista, de enfoque, ou de categoria de pensamento em relação com a formulação do texto original”.¹⁷ A Generalização “consiste em traduzir um termo por outro mais geral e a Particularização é o caso contrário”.¹⁸

Cabe ressaltar que, segundo Hernández Guerrero (2006), as três técnicas de tradução mais recorrentes na tradução jornalística são: Amplificação, Elisão e Compressão Linguística. Esta última consiste em sintetizar elementos linguísticos, dadas as novas necessidades do canal receptor e do novo formato que recebe o texto traduzido, obrigando, assim, o uso de técnicas que reduzam seu conteúdo.

Tratamos apenas das técnicas com ocorrências observadas no *corpus*, a partir das definições de Hurtado Albir (2001). Contudo, a autora, em seu livro *Traducción y Traductología: Introducción a la Traductología*, também aborda outras técnicas de tradução que considera principais e estão sistematizadas na figura que se segue:

Figura 1 — Principais técnicas de tradução - Hurtado Albir

Adaptação	Generalização vs particularização
Ampliação linguística vs compressão linguística	Modulação
Amplificação vs elisão	Empréstimo
Decalque	Substituição
Compensação	Tradução literal
Criação discursiva	Transposição
Descrição	Variação
Equivalente de uso	

2.2 Especificidades do gênero notícia

Para definição de notícia, partimos, neste trabalho, dos conceitos de notícia de Charaudeau (2006) e de Cristóvão (2012). O primeiro discorre que a notícia é a “coexistência

¹⁵ se introducen precisiones no formuladas en el texto original: informaciones, paráfrasis explicativas, notas del traductor, etc.

¹⁶ no se formulan elementos de información presentes en el texto original.

¹⁷ Se efectúa un cambio de punto de vista, de enfoque o de categoría de pensamiento en relación con la formulación del texto original.

¹⁸ La generalización consiste en traducir un término por otro más general; la particularización es el caso contrario.

do dito e do fato que cria a ilusão de um saber universal” (Charaudeau, 2006, p. 88). Cristóvão (2012) aborda que “parte sempre de um valor de verdade, um fato observado pelo jornalista ou relatado por uma fonte, ou seja, de uma relação direta com a realidade visível ou mediatizada por enunciados alheios, com a característica, sempre presente, de ser uma informação nova ou ainda desconhecida do público” (Cristóvão, 2012, p. 59).

Ainda que parta de um valor de verdade e de uma relação direta com a realidade, um texto, neste caso a notícia, composta por signos linguísticos, invariavelmente está sujeito aos critérios de avaliação ideológica:

Um signo não existe apenas como parte de uma realidade; ele também reflete e refrata uma outra. Ele pode distorcer essa realidade, ser-lhe fiel, ou apreendê-la de um ponto de vista específico etc. [...] O domínio do ideológico coincide com o domínio dos signos: são mutuamente correspondentes. Ali onde o signo se encontra, encontra-se também o ideológico. Tudo que é ideológico possui um valor semiótico. [...] Cada campo de criatividade ideológica tem seu próprio modo de orientação para a realidade e refrata a realidade à sua maneira (Bakhtin, 1999, p. 32-33).

Segundo Charaudeau (2006, p. 41), o processo de informar está relacionado ao processo de transformação, “o ato de informar inscreve-se nesse processo porque deve descrever (identificar-qualificar fatos), contar (reportar acontecimentos), explicar (fornecer as causas desses fatos e acontecimentos)”.

O mesmo autor trata do gênero reportagem como “um fenômeno social ou político, tentando explicá-lo” (Charaudeau, 2006, p. 221). Ou seja, “a reportagem deve adotar um ponto de vista distanciado e global (princípio de objetivação) e deve propor ao mesmo tempo um questionamento sobre o fenômeno tratado (princípio de inteligibilidade)” (Charaudeau, 2006, p. 221).

No entanto, como foi tratado neste trabalho, ainda que se tenha como meta o princípio de objetivação, este não é factível, dado que, em linguagem e consequentemente nos signos e textos, não há imparcialidade, uma vez que “não há questionamento nem tentativa de análise (inclusive no domínio científico) que possa fazer-se fora de um modo de pensamento crítico, ou seja, de encontro a outros pontos de vista” (p. 222). Aponta também que “toda construção de sentido depende de um ponto de vista particular e necessário todo procedimento de análise que implica tomadas de posição” (Charaudeau, 2006, p. 222).

A notícia, segundo Hernández Guerrero (2012) apresenta uma estrutura fixa, com a entrada da notícia (manchete e linha fina) que inclui o dado mais importante da informação e, em seguida, o corpo do texto da notícia que explicará, ampliará e respaldará o que foi tratado na entrada. Explana que, a notícia, em seus elementos básicos, é acompanhada de suas

circunstâncias explicativas, ou seja, “seu objetivo é refletir com a maior exatidão possível a realidade à qual o jornalista teve acesso” (Hernández Guerrero, 2005, p. 90).¹⁹

No que concerne à manchete, Sallorenzo (2018b) define como o “texto curto que titula e resume a notícia que lhe segue. Depende de uma série de fatores e é escrito obedecendo a um estrito equilíbrio de normas [...] como a necessidade de resumir a informação que introduz”. E, como função essencial, “atrair leitores para os textos de um jornal. É uma vitrine que transmite uma mensagem instantânea e de consumo instantâneo” (Sallorenzo, 2018b, p. 21).

Van Dijk (2008, p. 123) discorre que “expressar um certo tópico na manchete do jornal pode influenciar poderosamente a maneira como um evento é definido em termos de um modelo mental ‘preferido’”, ou seja, influencia o que os leitores devem considerar como informação mais importante. Tais aplicações práticas dessas concepções vistas em Van Dijk (2008) podem ser observadas no trabalho de Sallorenzo (2018a), que analisa manchetes de jornal publicadas pelos jornais *O Globo* e *Folha de São Paulo*. Ainda no que tange às manchetes, Kozminsky (1977, p. 482) versa que “manchetes podem alterar a compreensão do texto ao afetar a seleção da informação de um texto e a organização desta informação na memória”. Sobre o papel e o efeito que a manchete assume, por ser um ponto de ancoragem ou um contexto superior em torno do qual o texto é organizado, o autor discute que:

manchetes tendenciosas podem alterar a compreensão do texto. Elas podem fornecer diferentes interpretações a elementos contextuais no texto, ou organização alternativas das ideias no texto. Ideias que eram centrais em uma manchete podem ser menos importantes quando outra manchete é usada (Kozminsky, 1977, p. 482).

Segundo Van Dijk (2008), “manchetes e *leads* são lidos e interpretados em primeiro lugar, e sua informação formal ou semântica inicia um complexo processo de compreensão” (1983, p. 142). Ainda sobre manchetes, Kozminsky (1977) aponta que alterar a organização, ou mesmo o conteúdo das manchetes, pode afetar a compreensão do texto por parte do leitor ao direcionar ou redirecionar a interpretação, fornecendo ou retirando elementos textuais.

Piquer Martí (2015) assinala que as manchetes são uma estratégia discursiva significativa e poderosa, por capturar a atenção do leitor e ajudá-lo a decidir se continuará a ler o resto da notícia ou não. São o primeiro elemento da informação, servem para atrair a atenção do leitor e impor seu conteúdo sobre ele. Segundo a autora, as manchetes devem ser

¹⁹ *su objetivo es reflejar con la mayor exactitud posible la realidad a la que ha tenido acceso el periodista.*

inequívocas, específicas, acessíveis para todos os leitores e destituídas de qualquer tipo de sensacionalismo.

As manchetes adquirem ainda maior importância no cenário atual, em que, devido à velocidade na qual a sociedade opera, a leitura de notícias, na maioria das vezes, se restringe **às manchetes**, possuindo, assim, um papel essencial na interpretação das informações. “Apesar de teoricamente podermos receber uma grande quantidade de informação, não dispomos de tempo suficiente para absorvê-la. Também não vamos querer dedicar muito tempo a um relatório sério e profundo sobre cada assunto” (Ramonet, 2013, p. 101).

Por essa razão, “as informações se sobrepõem de tal maneira que é cada vez mais difícil ter uma visão relativamente complexa e completa dos fenômenos ao mesmo tempo” (Ramonet, 2013, p. 57). Assim sendo, diante desse cenário de aceleração da informação, a possibilidade de se informar é desestabilizada.

O autor ainda trata da falta de tempo que possuímos na contemporaneidade e que, devido a esse fato, não permanecemos nos *sites* que visitamos por mais de um minuto e meio, “evidentemente, esse não é o tempo de leitura de nem mesmo uma folha. Para ler uma página, precisamos de mais ou menos três minutos” (Ramonet, 2013, p. 101).

Dada a importância da manchete, observada a partir da discussão anterior, e compreendendo a velocidade na qual a sociedade globalizada e fruto do capitalismo tardio opera, a manchete possui demasiada importância, pois, devido à falta de tempo para dedicar à leitura inteira das notícias, a grande maioria das pessoas restringe sua leitura às manchetes e linhas finas, à entrada da notícia.

2.3 Notícia, discurso e poder

Van Dijk (2008), ao tratar das relações entre discurso e poder em seu texto *Análise Crítica do Discurso*, doravante ACD, aponta para a síntese que Fairclough e Wodak (1997) fazem sobre os principais fundamentos da ACD, “as relações de poder são discursivas; o discurso constitui a sociedade e a cultura; o discurso realiza um trabalho ideológico; o discurso é histórico; a relação entre texto e sociedade é mediada; o discurso é uma forma de ação social” (Fairclough & Wodak, 1997 p. 271-280 *apud* Van Dijk, 2008, p. 115).

O autor salienta que “a maioria dos tipos de ACD fará perguntas sobre o modo como as estruturas específicas do discurso são organizadas para reproduzir a dominação social” (Van Dijk, 2008, p. 116). Dentro dos estudos da ACD, entende-se poder social em termos de controle. Há, portanto, uma relação proporcional entre poder e controle, quanto mais poder mais controle,

sendo o inverso também verdadeiro. Um conceito trabalhado pelo autor é o de hegemonia de Gramsci (1971), ao tratar de que o poder dos grupos dominantes pode estar integrado a vários fatores, dentre eles, a um consenso. O autor dá como exemplos dessa hegemonia a dominação de classe, o sexismo e o racismo.

Nessa relação discurso-poder, Van Dijk (2008) aborda que um dos recursos de poder é ter acesso a formas específicas de discurso, como a mídia, dessa forma, há mais chances e uma associação direta, por parte dos grupos que controlam o discurso mais influente, de controlar as mentes e as ações dos outros. Aqui podemos estabelecer uma relação direta com os textos jornalísticos, que, através de discursos transmitidos em forma de notícia e informação, são responsáveis pela criação de um imaginário coletivo, efetivada pelo controle de mentes, dada a manipulação dos conteúdos que transmitem.

O acesso à comunicação e ao discurso público representa a base de poder de um grupo ou instituição e tem ação direta sobre a construção da opinião pública e das representações que fazemos da realidade. “Também vital para todo discurso e toda comunicação é quem controla os temas (macroestruturas semânticas) e a mudança de tópico, assim como ocorre quando os editores decidem que tópicos noticiosos serão cobertos” (Van Dijk, 2008, p. 120).

Para o mesmo autor, o conteúdo e estrutura sintática da manchete agem sistematicamente para favorecer os emissores ou o grupo a quem esses emissores favorecem, e problematizar “eles”, os interlocutores. O mesmo ocorre no “estilo **lexical** [...] da retórica, das negações ou outros movimentos semânticos estratégicos [...] assim como outras propriedades discursivas” (Van Dijk, 2008, p. 100, grifo nosso). Neste ponto de vista, discute-se que, quando há ações negativas desses “outros”, a cobertura que faz é mais proeminente, por exemplo, por meio de topicalização, cobertura da primeira página, **construção da manchete**, ênfase retórica. Contudo, quando os autores das ações negativas estão mais próximos desses emissores, ou são o grupo por eles defendidos, essas ações são amenizadas, por exemplo, com procedimentos linguísticos como negação, eufemismo, atenuação ou outras estratégias que evitam uma auto apresentação negativa.

As redações dos jornais também exercem controle sobre o sentido, a forma e o estilo dos textos. O Manual de Redação do jornal *Folha de São Paulo* e, no caso do jornal *El País*, Manual de Redação e Tradução, possuem um valor social, uma vez que estabelecem normas de redação e normas ortográficas que servem de guias a serem utilizados e consultados por jornalistas e tradutores, e também pelo público geral, servindo, portanto, como referência e um padrão a ser seguido.

Há uma relação intrínseca entre o controle do discurso e o controle da mente, sendo esse segundo “uma forma fundamental de reproduzir a dominação e a hegemonia” (Van Dijk, 2008, p. 121). Van Dijk (2008) explora que os receptores não possuem os mecanismos necessários para questionar as informações ou os discursos recebidos em todos os níveis em que poderiam ser decodificados. A partir da demonstração da noção de persuasão, o autor aponta que certas formas de sentidos do discurso exercem mais influência sobre as mentes das pessoas, dado um contexto específico.

Van Dijk (2008) define o conceito de poder, essencialmente poder social, em termos de controle, “isto é, controle de um grupo sobre outros grupos e seus membros” (Van Dijk, 2008, p. 17). E trata do abuso de poder que se caracteriza quando o controle se dá contra os interesses daqueles que são controlados e a favor dos que exercem tal poder.

Nessa discussão entre discurso e poder, aborda-se que há uma ilusão de liberdade em que se é livre para falar ou escrever quando, onde, para quem, sobre o quê ou como se quer, uma vez que há um controle total ou parcial por parte dos grupos detentores de poder, tais como o Estado, a polícia, a **mídia**. O contrário também pode ocorrer, ou seja, em que as pessoas “têm que falar ou escrever como são mandadas a falar ou escrever” (Van Dijk, 2008, p. 18).

Esse controle, porém, não se restringe ao discurso como prática social, mas também às mentes daqueles que estão sendo controlados, isto é, aos seus conhecimentos, opiniões, atitudes, ideologias, como também às outras representações pessoais ou sociais. Tal controle da mente do qual Van Dijk (2008) trata, no entanto, não é de forma direta, ainda que seja intencional, é apenas uma possível ou provável consequência do discurso. Esse controle não se encerra nas mentes das pessoas, dado que as ações são controladas pela mente (conhecimento, atitudes, **ideologias**, normas, valores). Sendo assim, há uma relação entre mente e ação, uma vez que o controle da mente significa o controle indireto da ação. Dessa forma, o discurso poderoso pode “indiretamente, **influenciar outros discursos que sejam compatíveis com o interesse daqueles que detêm o poder**” (Van Dijk, 2008, p. 18, grifo nosso).

É por essa razão que o controle do discurso é prioridade para aqueles que estão no poder, pois o discurso controla mentes e consequentemente, mentes controlam ação. Assim sendo, a ilusão de liberdade e diversidade pode ser “uma das melhores maneiras de produzir a hegemonia ideológica que servirá aos interesses dos poderes dominantes na sociedade” (Van Dijk, 2008, p. 21).

As formas de poder contemporâneo, então, devem ser definidas como poder simbólico, ou seja, “em termos do acesso preferencial a — ou controle sobre — o discurso público” (Van Dijk, 2008, p. 23). Nesse sentido, “controle do discurso público é controle da mente do público

e, portanto, indiretamente, controle do que o público faz. Não há necessidade de coerção se se pode persuadir, seduzir, doutrinar ou manipular as pessoas” (Van Dijk, 2008, p. 23).

Segundo o autor, os grupos específicos na sociedade

são capazes de controlar a definição (isto é, os modelos mentais) de — e as emoções sobre — eventos públicos, o conhecimento sociocultural geral e o sentido comum, as atividades sobre questões controversas ou, mais fundamentalmente, as ideologias, normas e valores básicos que organizam e controlam tais representações sociais do público geral (Van Dijk, 2008, p. 24).

O autor aborda que o conceito de ideologia “refere-se à ‘consciência’ de um grupo ou classe, explicitamente elaborada ou não em um sistema ideológico, que subjaz às práticas socioeconômicas, políticas e culturais dos membros do grupo de forma tal que seus interesses [...] materializam-se” (Van Dijk, 2008, p. 47). As instituições por meio das quais as ideologias são adquiridas podem ser várias, como o Estado, os meios de comunicação, o aparato educacional, a Igreja e a família. E todas as ideologias vão ocupar-se em torno de uma reconstrução da realidade social, essa que vai priorizar seus interesses. Assim sendo, as ideologias proporcionam uma coerência às atitudes sociais, que vão, conseqüentemente, codeterminar as práticas sociais.

Dessas instituições tratadas, Van Dijk (2008) avalia que a política e a mídia se retroalimentam, aqui emprestando um conceito da biologia, ou seja, se influenciam mutuamente, sendo ambas, nessa hierarquia, controladas por um poder mais amplo, isto é, por interesses comerciais fundamentais, o mercado. Assim sendo, os que detêm poder precisam controlar sua imagem na mídia de massa. Esse controle financeiro, segundo o autor, ocorre “por meio de investimentos seletivos, controle orçamentário, contratação (e demissão) de pessoal e algumas vezes por meio da influência editorial direta ou diretrizes” (Van Dijk, 2008, p. 45).

Contudo, ainda que o Estado e organizações financeiras exerçam, em certa medida, poder sobre a mídia de massa, há um limite, no qual jornais e jornalistas podem resistir a essa pressão ao ponto de formular notícias de acordo com sua própria perspectiva e interesses. Por esse motivo e pela socialização e pertencimento a uma classe, “os jornalistas tendem a **reproduzir as ideologias dominantes da elite**” (Hall *et al.* 1980 *apud* Van Dijk, 2008, p. 74, grifo nosso). No entanto, os jornalistas possuem certa liberdade e, por esse motivo, também poder para tomar decisões sobre os gêneros de discurso e também sobre determinação de toque empíricos, estilo e **forma de apresentação de um discurso**.

Levando em conta o fato de que os jornalistas “são **fabricantes** do conhecimento, dos padrões morais, das crenças, das atitudes, das normas, das **ideologias** e dos valores públicos”

(Van Dijk, 2008 p. 45, grifo nosso), seu poder simbólico se torna também uma forma de poder ideológico.

Os jornalistas compõem uma “elite simbólica” junto a “artistas, escritores, diretores e acadêmicos que exercem o poder com base no ‘capital simbólico’” (Bourdieu, 1977, 1984; Bourdieu & Passeron, 1977 *apud* Van Dijk, 2008). E, por controlarem o discurso midiático e educacional, detêm o controle parcial, na sociedade, no que tange aos modos de exercer influência e, portanto, sobre a reprodução ideológica.

Tal elite simbólica, juntamente às elites política, militar e econômica, possuem o papel de dar sustentação ao aparato ideológico, o que, por sua vez, vai tornar possível o exercício e a manutenção do poder nas modernas sociedades da informação e da comunicação. No entanto, a dependência ideológica para com a elite é ocultada “por meio dos vários valores, normas e códigos profissionais, por exemplo, por meio da crença disseminada da ‘liberdade de expressão’ nos meios de comunicação de massa” (Van Dijk, 2008, p. 46).

A definição da ilegitimidade da escrita e da fala para Van Dijk (2008) encontra-se enquadrada em termos das consequências mentais negativas da dominação discursiva:

desinformação, manipulação, **estereótipos** e preconceitos, vieses, falta de conhecimento e doutrinação, e como esses elementos podem levar à desigualdade social, como por exemplo, no caso em que tais consequências mentais por sua vez podem influenciar a (ilegítima) interação social, tal como a **discriminação** (Van Dijk, 2008, p. 30, grifo nosso).

Destarte, a prática de reportagem adequada requer “**representações equilibradas dos eventos**, explicando-os em termos de causas e contextos sociais, desempenhando uma função de vigilância contra o abuso de poder das agências ou forças do Estado” (Van Dijk, 2008, p. 30, grifo nosso).

São muitos os recursos ou estratégias discursivas que podem ser usadas para apresentar, ou apagar, informações em uma notícia. A argumentação também possui um caráter persuasivo quando há premissas implícitas, uma estratégia coerciva que oculta opiniões sociais e crenças. Dessa forma, comunicar crenças implicitamente é uma característica típica da manipulação, isto é, não são afirmadas de forma direta e, por esse motivo, diminui-se a chance de serem questionadas. Van Dijk (2008, p.79), discute que “a ideologia dos jornais aparecia na forma como os participantes dos eventos com vários graus de poder eram representados na sintaxe das frases — como agentes ativos, colocados na posição 1 de sujeito, ou em posições posteriores em sentenças passivas, ou como atores implicados, mas ausentes”.

O autor define manipulação como “uma prática comunicativa e interacional na qual um manipulador exerce controle sobre outras pessoas, normalmente contra a vontade e interesse delas” (Van Dijk, 2008, p. 234). Van Dijk (2008) define o conceito tendo como base três pilares: a manipulação enquanto fenômeno social, fenômeno cognitivo e um fenômeno discursivo-semiótico.

A manipulação define-se a partir da dominação social que reproduz a desigualdade social, dado que é contra os melhores interesses dos grupos dominadores sendo, portanto, uma forma discursiva de reprodução do poder da elite, pois “serve aos interesses dos grupos poderosos e seus falantes, e fere os interesses dos grupos e falantes menos poderosos” (Van Dijk, 2008, p. 239).

Quanto às estruturas do discurso, o autor versa que, embora elas não precisem ser manipuladoras, algumas podem ser mais eficientes que outras em influenciar as mentes dos receptores, de acordo com os próprios interesses dos falantes ou escritores. Van Dijk (2008) fornece como exemplo **as manchetes** que são “tipicamente usadas para atribuir um peso (extra) a eventos que em si mesmos não seriam tão importantes” (Van Dijk, 2008, p. 252).

Entende-se, neste trabalho, a manipulação não somente no âmbito político-social, mas também no campo ideológico. Van Dijk (2008) chama atenção para o fato de que as estratégias gerais do discurso manipulador são, na maioria das vezes, de natureza semântica, focadas no conteúdo e na fala, e, no caso da implementação das ideologias, “esses significados preferidos também podem ser enfatizados e desenfaturados pelas maneiras usuais” (Van Dijk, 2008, p. 257), por meio, por exemplo, de topicalização e destopicalização dos significados, manipulação da informação explícita versus a implicitude e as metáforas ou outras figuras retóricas.

Aqui damos destaque ao léxico, devido a representações distintas que podem ser criadas a depender de diferentes escolhas lexicais. No caso da representação feita pelos textos jornalísticos, quando se trata de minorias — entendidas aqui não como minoria numérica e sim como grupos marginalizados na sociedade, como é o caso das mulheres —, estas “são descritas de forma **estereotipada**, se não negativa, principalmente como um ‘problema’, se não como um fardo ou mesmo uma ameaça a nossos valiosos recursos” (Van Dijk, 2008, p. 75, grifo nosso). “Esses retratos etnocêntricos, quando não preconceituosos e racistas, podem ser encontrados em todos os níveis de organização textual, incluindo **as manchetes**, na hierarquia de relevância das notícias e no estilo e na retórica” (Van Dijk, 2008, p. 79, grifo nosso).

Para exemplificar essa descrição das mulheres de forma estereotipada, trazemos um texto jornalístico traduzido do jornal *El País* publicado em 2017 que se intitula: “No, abuela,

no tengo novio”, em que podemos notar tal fenômeno a partir da escolha por determinadas lexias. Vejamos:

*No tener pareja cuando rondas los 30 sigue siendo un estigma a lo largo y ancho de este mundo. El documental 'Singled (Out)' recoge esta idea anticuada pero vigente a través de las historias de cinco **mujeres*** (grifo nosso).

Permanecer **solteiro** por volta dos 30 continua sendo um estigma nos quatro cantos do mundo (grifo nosso).

No caso acima, “*no tener pareja*” é traduzido por “permanecer solteiro”, o que poderia se configurar como uma tradução possível dos vocábulos, porém, a notícia trata sobre o estigma da solteirice para mulheres. Dessa forma, além de se configurar como uma tradução androcêntrica, também está inadequada ao contexto, dado que o texto em sua integridade faz referência à solteirice feminina. Assim, o apagamento do estereótipo ligado à “solteirice” atenua a complexidade de uma condição particularmente feminina, uma vez que homens que não se casam tornam-se “solteirões convictos” ou “celibatários”. Os registros desses lexemas nos dicionários atestam esse viés, como é o caso, por exemplo, das nuances de sentido empregadas no registro do dicionário de língua portuguesa *Houaiss* para “solteirão” e “solteirona”:

SOLTEIRÃO

adjetivo e substantivo masculino
diz-se de ou homem de **meia-idade ou mais**, ainda não casado;
celibatário

SOLTEIRONA

substantivo feminino
mulher **de meia-idade** que ainda não se casou; **donzelona, moça velha**
(grifos nossos).

Nota-se que o sufixo –ona, atribuído também à palavra “donzela”, presente na definição como sinônimo do lexema “solteirona”, é atestado pelo próprio dicionário como elemento mórfico que designa “certa afetividade pejorativa”. No comparativo entre as definições, pode-se observar que o homem, na definição de “solteirão”, pode ter “meia-idade ou mais”, já a mulher, na definição de “solteirona” somente pode ter “meia-idade”. Distinções entre as lexias utilizadas para a definição dos lexemas também constituem outro elemento diferenciador, em “solteirão” este é definido como “celibatário”, já a definição trazida em “solteirona” é a de

“donzelona, moça velha”, ambos vocábulos semanticamente pejorativos, ao contrário de “celibatário”.

As diferenças nas definições estão presentes para além das escolhas lexicais, nas estruturas gramaticais, na definição de “solteirão”, “homem ainda não casado”, esta estrutura está no particípio acrescida da unidade lexical “ainda”, ou seja, tal evento pode vir a ocorrer em um momento futuro. Na definição de “solteirona”, “mulher que ainda não se casou”, o verbo “casar-se” está no pretérito perfeito, ou seja, o evento se dá como terminado, sem a possibilidade de ocorrer no futuro. Percebe-se que o olhar androcêntrico não é uma característica única dos textos e traduções jornalísticas, os registros dos lexemas no dicionário também não se mantêm alheios à subjetividade androcêntrica de seus autores.

Van Dijk (2000), sobre o discurso midiático, trata da variação estilística que ocorre nesse tipo de discurso. O autor discute que conceitos e crenças podem ser expressos por itens lexicais específicos e que “significados similares podem ser variavelmente expressos em diferentes palavras, dependendo da posição, papel, objetivos, pontos de vista e opinião dos emissores” (p. 77).²⁰ Também aponta que opiniões básicas sobre participantes sociais e ações sociais podem ser expressos por meio das escolhas lexicais.

Ainda que a escolha lexical seja “normalmente tratada como um fenômeno da superfície estrutural do uso da linguagem é, na verdade, um meio termo entre a superfície estrutural e a semântica subjacente das estruturas de significado” (Van Dijk, 2000, p. 32).²¹ Ou seja, determinadas escolhas lexicais não são apenas uma mudança alternativa equivalente para expressar o mesmo significado básico, há uma diferença de significação e, conseqüentemente, na representação.

A ideologia dos jornais também pode ser percebida em como eram representados participantes de eventos com vários graus de poder, na sintaxe: “como agentes ativos, colocados na posição de sujeito, ou em posições posteriores em sentenças passivas implicados, mas ausente” (Van Dijk, 2008, p. 79). Já as minorias “aparecem em posições posteriores, sintaticamente dependentes, costumam ocupar a posição 1 de sujeito assim que se tornam agentes negativos” (Van Dijk, 2008, p. 79).

Van Dijk (2008) a partir Fowler (1991) discorre que a notícia não é um reflexo da realidade, mas “um produto moldado por forças políticas, econômicas e culturais” (Van Dijk,

²⁰ *Similar meanings may thus be variably expressed in different words, depending on the position, role, goals, point of view or opinion of the speaker.*

²¹ *Is usually treated as a surface structure phenomenon of language use, it is in fact halfway between the surface structure and underlying semantic structures of meaning.*

2008, p. 124). Dessa forma, ao entendermos o discurso como um instrumento de poder e a notícia como um “produto” que pode ser moldado a serviço de interesses de grupos econômicos e de ideologias hegemônicas, entendemos também que a notícia pode ser manipulada para a manutenção da ideologia do sistema patriarcal que incide diretamente sobre as representações que são feitas sobre o gênero feminino em nossa sociedade.

Assim, os meios de comunicação “se põem a serviço dos interesses dos grupos que os controlam e, por outro, as transformações estruturais do jornalismo - tais como a chegada da internet e a aceleração geral da informação - fazem com que os meios sejam cada vez menos úteis à cidadania” (Van Dijk, 2008, p. 55).

No que tange à difusão de ideologias hegemônicas, Ramonet (2013) aponta que “os conglomerados midiáticos são grandes atores do mercado e, ao mesmo tempo, sua missão é difundir ideologias disfarçadas de informação” e que, na contemporaneidade, “os grupos midiáticos estão se comportando, segundo o conceito de Louis Althusser, como ferramenta ideológica da globalização” (Ramonet, 2013, p. 63).

No entanto nem sempre foi a mídia a responsável pela difusão de informações, ou de ideologias, a Igreja católica, no seu surgimento e, a partir da máquina de impressão tipográfica criada por Gutemberg, era quem “dava a visão de mundo, quem tinha a responsabilidade e missão de inculcá-la na sociedade [...] A igreja difundia uma concepção de mundo; do mundo e do além” (Ramonet, 2013 p. 63).

Partimos, portanto, da perspectiva de Ramonet (2013), na qual atualmente “os meios de comunicação têm a missão de ser ferramenta ideológica da globalização” (Ramonet, 2013, p. 63). Para Ramonet (2013), não há, no entanto, um único poder, “ele não é apenas financeiro, mas sim econômico-financeiro e midiático. Se esses poderes não existissem juntos, não funcionariam, pois não basta vencer, é preciso convencer” (Ramonet, 2013, p. 64).

De acordo com Ramonet (2013), o quarto poder, a mídia, não é mais um contrapoder, mas um poder complementar para oprimir ou manter a sociedade no estado atual de coisas. Assim, na visão do autor, o quarto poder não está cumprindo sua missão de contrapoder, uma vez que a mídia está permeada e submetida ao poder econômico. Além disso, é o único poder que “não admite nenhum tipo de crítica, não admite nenhum tipo de contrapoder” (Ramonet, 2013, p. 66).

A opinião pública, então, se transformaria no quarto poder, mas, na atualidade, segundo Ramonet (2013), esta, enquanto quarto poder, não está funcionando corretamente, pois deveria ser um contrapoder em oposição aos outros, capaz de corrigir os erros cometidos por eles. A ineficácia da opinião pública como contrapoder ocorre porque ela está diretamente atrelada aos

grupos midiáticos privados, articulados com o poder dominante, que é o poder econômico e financeiro. O que “provoca uma crise no quarto poder, pois sua missão histórica, que consistia em criar uma opinião pública com senso crítico e capacidade de participação ativa no debate democrático, não pode mais ser cumprida. Pelo contrário, a mídia procura domesticar a sociedade e evitar qualquer questionamento ao sistema dominante” (Ramonet, 2013, p. 98).

No Brasil, devido ao fato do poder midiático não possuir nenhuma legitimidade democrática, ou seja, ninguém vota ou o elege, chegou a ser denominado “coronelismo informativo” (Ramonet, 2013, p. 73). Os outros três poderes possuem um contrapoder: “o governo tem a oposição, os empresários têm os sindicatos, as empresas têm as associações de usuário. Não há contrapoder para o poder midiático” (Ramonet, 2013, p. 74). Os meios de comunicação não são o quarto poder, são o poder do dinheiro, uma vez que

os donos dos meios de comunicação não são nem mesmo empresários do ramo, mas empórios empresariais com ações e interesses em todos os setores, desde multinacionais das telecomunicações que controlam os canais de divulgação da informação até grupos bancários imprescindíveis para o seu financiamento. E sua viabilidade depende dos grandes anunciantes, como as empresas de hidrocarbonetos, automobilística, magazines (Ramonet, 2013, p. 74).

A opinião pública seria a responsável por pressionar os poderes legítimos, transmitindo seu descontentamento ou desaprovação em relação a determinada medida e, dessa forma, portanto, um agente indispensável à democracia atual e seu bom funcionamento. “Sem liberdade de expressão (e de impressão) não há nem pode haver democracia” (Ramonet, 2013, p. 65).

Pelos motivos apontados, poder-se-ia considerar a opinião pública como o principal poder e mais poderoso que os outros três, uma vez que a mídia-opinião pública, nessa simbiose em que quase não se pode notar suas delimitações e limites, está ditando os parâmetros do funcionamento da sociedade. Dessa maneira, devido a hipertrofia do modelo midiático, a mídia, mais do transmissora da informação passou a ser interceptadora dessa, como resultado, passou a atropelar e repelir os outros poderes.

Assim sendo, os meios de comunicação são apenas um apêndice dos grupos empresariais, e, nos últimos anos, por problemas financeiros, foram se vendendo e se integrando a grupos maiores e, devido a essa crise financeira, adquiriram a configuração atual de monopólios midiáticos cujos proprietários são oligarcas. Ramonet (2013) discute que, por esse motivo, ou seja, por ser composto por empresas, o poder midiático não é submetido a controles econômicos como os demais são e, por serem monopólios, não há grande variedade de informação. Assim sendo, “a pluralidade nesses veículos é cada vez menor e, como é de se

esperar, eles defendem os interesses de seus donos, que são grandes grupos financeiros e industriais” (Ramonet, 2013, p. 98). Dessa forma, os grandes meios de comunicação se tornaram atores políticos fundamentais.

O jornal espanhol *El País*, que faz parte do *corpus* deste trabalho, “está cotado em Bolsa (nas de Madri e Nova York), sendo um jornal de grande influência na Espanha. Assim, a questão é se a variação da cotação na Bolsa é um elemento de preocupação da redação” (Ramonet, 2013, p. 62).

No que diz respeito à relação entre poder e capital, aborda-se que “se atualmente as mídias são capazes de dissecar o poder político, é porque a política perdeu muito de seu poder, abocanhado pelas esferas financeiras. Sem dúvida, é à sombra das finanças, [...] que se localiza hoje o verdadeiro poder” (Ramonet, 2013, p. 92). Ainda no tratar sobre poder, mas nesse caso o contrapoder, discutimos a seguir nossa hipótese de tradução como contrapoder.

2.4 Tradução como contrapoder

No que tange à ideologia da tradução, Tymockzo (2013) aponta que o conteúdo do texto de partida define parcialmente a ideologia do produto, o texto traduzido, dado que a tradução é um meta-enunciado, ou seja, uma interpretação do texto de partida. Para a autora a ideologia de uma tradução se constitui da seguinte forma:

será uma mistura do conteúdo do texto de partida e dos vários atos discursivos instanciados nesse texto que são relevantes no contexto de partida, dispostos em camadas com a representação do conteúdo, com sua relevância para o público receptor, e os vários atos discursivos da própria tradução dirigida ao contexto de chegada; bem como ressonâncias e discrepâncias entre esses dois ‘discursos’ (Tymockzo, 2013, p. 116-117).

Assim sendo, a ideologia não se situa única e exclusivamente no texto traduzido, mas também em outros três fatores: na expressão e postura do tradutor e a pertinência do texto traduzido para os interlocutores, o público. Tais aspectos são influenciados, por sua vez, pelo lugar de enunciação, que é “uma posição ideológica, bem como uma posição temporal e geográfica” (Tymockzo, 2013, p. 118). E estes últimos, por sua vez, são fundamentados e estabelecidos por outros aspectos: as afiliações culturais e ideológicas do tradutor, a localização espacial e temporal de onde ele (ela) fala.

Tymoczko (2013), a partir de uma pesquisa descritiva histórica sobre a tradução, aponta que os tradutores são envolvidos ativamente, e afiliados a movimentos culturais. Contudo, segundo Hall (1977), a(s) culturas(s) não são homogêneas, dado que “qualquer cultura é

composta de variados e diversos (mesmo contraditórios e inconsistentes) pontos de vista concorrentes, discursos e texturas” (Hall, 1997, *apud* Tymoczko, 2013, p. 142). Ramonet (2013) propõe que todos participem da criação de um contrapoder, “que se expressaria mediante a crítica ao funcionamento dos meios de comunicação, papel que antes cabia ao quarto poder” (Tymoczko, 2013, p. 99). A mesma autora aponta que a prática e a teoria da tradução assentaram, e ainda assentam, o tradutor enquanto agente ético de mudança social.

Levanta-se a hipótese, neste trabalho, de que a tradução de textos midiáticos, especialmente os jornalísticos, que, portanto, está inserida nos meios de comunicação, teria força e poder o suficiente para ser um contrapoder ou, nas palavras de Ramonet (2013), um quinto poder, pois, a combateria internamente. Retomamos, neste trabalho, a proposta de Simão e Diogo (2021), de que a tradução e o tradutor possam atuar como um quinto poder, ou seja, que seja a tradução, e conseqüentemente os tradutores, que primeiro atuem na criação de um quinto poder, que também pode ser auxiliado pelo grande público, exercendo uma função crítica ao transmitir a informação, “que não é neutra, sempre é construída a partir de um ponto de vista. Portanto, revelar a quem pertence essa informação, quem ela está ajudando, em que medida ela é a expressão dos grupos privados que são seus proprietários” (Ramonet, 2013, p. 99), isso é criar um quinto poder, ressignificando o que a opinião pública deve ser.

No entanto, para que a tradução possa ser de fato um meio de mudança social, se faz necessário filiação e ação coletiva, ou seja, para que os tradutores atuem como agentes éticos de mudança social, fazem-se necessários modelos de engajamento e ação coletiva.

3 REPRESENTAÇÃO DE GÊNERO

Neste capítulo, discutem-se noções centrais dos Estudos de Gênero, como a própria definição de gênero, e estruturas que o regem: o poder e o patriarcado. Abordam-se também questões dos Estudos Feministas, uma vez que, objetivando entender como é feita a representação do gênero feminino, faz-se necessário utilizar-se de tais questões para fundamentar a discussão aqui trabalhada. Posteriormente, aborda-se uma das questões primordiais deste trabalho: como se dá a representação do gênero feminino no meio de comunicação analisado, a mídia e a mídia traduzida. E, em último lugar, se faz a conexão entre esses dois campos, gênero e tradução: as propostas de tradução feminista.

3.1 Gênero: poder e patriarcado

Nos Estudos de Gênero e Estudos Feministas, a noção de gênero surge entre as feministas norte-americanas, que, objetivando rejeitar o determinismo biológico implícito no uso de termos como ‘sexo’ ou ‘diferença sexual’ e visando insistir no caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo, optam por utilizar a palavra ‘gênero’ (Scott, 2019).

O cenário histórico em que a noção de gênero evoluiu para complementar e ampliar aquela da diferença sexual biológica foi o feminismo pós-guerra, de meados até o final dos anos 1960, em que começou a se desenvolver uma certa dinâmica com outros movimentos de protesto da época na Europa Ocidental e na América do Norte. O interesse no desenvolvimento do termo por parte de tais pensadoras feministas era o de “**examinar e entender a diferença da socialização da mulher e do homem**, e sua concomitante impotência cultural e política” (Von Flotow, 1997, p. 5, grifo nosso).

Neste trabalho, utiliza-se a noção de gênero “enquanto sinônimo de mulheres, que pode ser também utilizado para designar as relações sociais entre os sexos” (Scott, 2019, p. 54). Scott (2019) discorre que se deve dar atenção para como o gênero é representado e como é utilizado para articular regras de relações sociais ou para construir o sentido da experiência, ou seja, temos que dar atenção aos sistemas de significados, dado que “sem o sentido não há experiência; sem processo de significação não há sentido” (Scott, 2019, p. 61).

Gênero atuaria, então, como “meio de falar de sistemas de relações sociais ou entre sexos” (Scott, 2019, p. 65). Pois, “acima de tudo **o gênero é uma questão de relações sociais** dentro das quais indivíduos e grupos atuam” (Connell & Pearse, 2015, p. 47, grifo nosso). Esse sistema de relações sociais entre os sexos é sustentado pelo patriarcado, dado que “a diferença

sexual é convertida em diferença política, passando a se exprimir ou em liberdade ou em sujeição. Sendo o patriarcado uma forma de expressão do poder político” (Saffioti, 2015, p. 58).

No que tange à definição do conceito patriarcado, este é tratado por Saffioti (2015, p. 111), a partir de Hartmann (1979), definindo patriarcado como “um pacto masculino para garantir a opressão de mulheres. As relações hierárquicas entre os homens, assim como a solidariedade entre eles existente, capacitam a categoria constituída por homens a estabelecer e a manter o controle sobre as mulheres”.

A respeito do poder patriarcal, o movimento de libertação da mulher reconhecia que este não envolvia somente o controle direto às mulheres feito por homens de forma individual, mas que também o Estado, de maneira impessoal, operava por esse poder. Para Connell e Pearse (2015), devido ao fato de os homens controlarem a maioria das grandes organizações no mundo, produzem-se desigualdades de gênero por meio de um processo amplo.

Acerca da sujeição das mulheres, também enquanto grupo, Saffioti (2015, p. 105) discute que “envolve prestação de serviços sexuais a seus dominadores. Esta soma/mescla de dominação e exploração é aqui entendida como opressão”. Tal regime é uma forma de os homens, como categoria social, assegurarem, para si mesmos e para seus dependentes, os meios necessários à produção diária e à reprodução da vida.

O patriarcado cria como consequência um sistema de “dominação-exploração”, dessa sorte,

a base econômica do patriarcado não consiste apenas na intensa discriminação salarial das trabalhadoras, em sua segregação ocupacional e em sua marginalização de importantes papéis econômicos e político-deliberativos, mas também no controle de sua sexualidade e, por conseguinte, de sua capacidade reprodutiva (Saffioti, 2015, p. 106).

Assim sendo, a partir de Hartmann (1979), Saffioti (2015) afirma que a dominação, a exploração e a opressão que são infligidas às mulheres são feitas de forma sistemática. Sylvia Walby (1990) distinguiu seis estruturas do patriarcado contemporâneo: “trabalho remunerado, produção doméstica, cultura, sexualidade, violência e o Estado” (Connell & Pearse, 2015, p. 158).

Salientamos, contudo, o fato de que há, inclusive entre as mulheres, uma “gramática da dominação” (Biroli & Miguel, 2014, p. 119) internalizada. Beauvoir (2009) explica como ocorre essa internalização-coerção-alienação, muitas vezes imperceptível:

você aprende que a linguagem não pertence a você, que você não pode usá-la para dizer o que você sabe, que o conhecimento não é o que você aprende a partir da sua própria vida, que a informação não se define a partir da sua experiência [...] você

desenvolve uma identidade que é agradável e subserviente e imitativa e agressivamente passiva e silenciosa – você aprende, em uma palavra, a feminilidade (Beauvoir, 2009).

Lorde (2019) trata de que é também papel das mulheres — se quisermos ir além dos aspectos mais superficiais da mudança social — trabalhar para desenraizar padrões internalizados de opressão que existem em nós. Assim sendo, nota-se que as formas de dominação e exploração, mas, mais especialmente, o exercício de poder, se dá também **internamente ao grupo mulheres** (Biroli & Miguel, 2014). Dessa forma, para que se alcance uma democracia igualitária, necessita-se enfrentar não só o que faz rodar as engrenagens de gênero, mas também o que movimenta os dispositivos de classe e raça (Biroli & Miguel, 2014).

Para Lorde (2019), o afastamento e a separação entre as próprias mulheres não residem somente nas diferenças de raça, idade e gênero que, sim, existem, mas principalmente no fato de não reconhecê-las e nomeá-las de forma correta. A autora faz uma crítica às mulheres brancas que se concentram em sua opressão como mulheres e deixam de lado as diferenças de raça, orientação sexual, classe e idade, sob uma pretensa homogeneidade da experiência e da opressão das mulheres que, na realidade material, não existe. O patriarcado não abrange apenas a família, mas atravessa a sociedade como um todo, por esse motivo “é impossível isolar a responsabilidade de cada um dos sistemas de dominação-exploração fundidos no **patriarcado-racismo-capitalismo** pelas discriminações diariamente praticadas contra as mulheres” (Saffioti, 1987, p. 62, grifo nosso).

Lorde (2019) considera que o feminismo branco ignora as diferenças de raça entre as mulheres e que, enquanto essas mulheres brancas ignorarem seu privilégio natural de brancura e definirem a mulher “apenas em termos de sua própria experiência, as mulheres de cor se tornam ‘outras’, as forasteiras cuja experiência e tradição são ‘exóticas’ demais para se entender” (Lorde, 2019, p. 249). Para a autora, a mais séria ameaça à mobilização de forças das mulheres ocorre ao ignorar as diferenças de raça entre mulheres e as implicações dessas diferenças. Essa recusa a reconhecer a diferença impede de enxergar os diferentes problemas e armadilhas que as mulheres enfrentam e, por esse motivo, entendendo que o privilégio de ter a pele branca é uma base importante no sistema de poder patriarcal, “as armadilhas usadas para neutralizar mulheres negras e mulheres brancas **não são as mesmas**” (Lorde, 2019, p. 250, grifo nosso).

Lorde (2019) discute que, para que se dê a identificação com o poder patriarcal e seus instrumentos, existe uma gama maior de falsas escolhas e recompensas para as mulheres brancas. Não são, no entanto, as diferenças responsáveis pela segregação entre as mulheres,

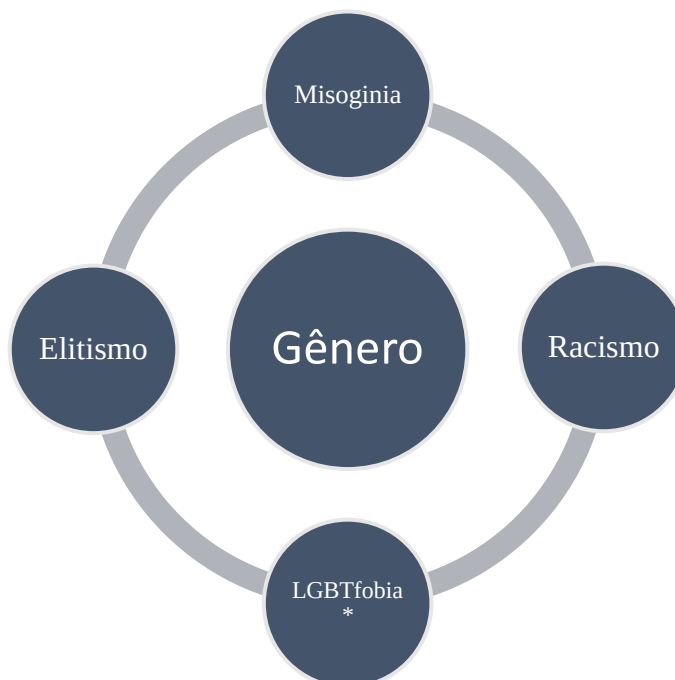
mas a “relutância em reconhecer essas diferenças e lidar de maneira eficaz com as distorções provocadas pelo fato de ignorarmos e interpretarmos de modo errado essas diferenças” (Lorde, 2019, p. 254).

A reflexão de Lorde gira em torno de reconhecer a opressão para além do binômio mulheres X homens, incluindo todas as camadas e recortes que existem a partir dele. Tal reconhecimento, segundo a autora, foi parte de um mecanismo de controle social ao reconhecer apenas uma área de diferença humana como legítima. Versa também que aqueles de nós que estamos afastados do poder supomos que a causa básica da opressão sofrida é alguma maneira pela qual somos diferentes, no entanto, deixamos de lado as distorções em torno da diferença, as camadas tratadas anteriormente, que podemos inclusive estar praticando.

O nó formado pelas três contradições – gênero, raça, classe – “apresenta uma qualidade distinta das determinações que o integram. Não se trata de somar racismo + gênero + classe social, mas de perceber a realidade compósita e nova que resulta dessa fusão” (Saffioti, 2015, p. 122). “Uma pessoa não é discriminada por ser mulher, trabalhadora e negra. Efetivamente, uma mulher não é duplamente discriminada, porque, além de mulher, é ainda uma trabalhadora assalariada. Ou, ainda, não é triplamente discriminada” (Saffioti, 2015, p. 122).

Isto é, essas características não se somam constituindo um conjunto homogêneo, mas estabelecem entre si intersecções que se correlacionam, se co-constroem e que estão intrinsecamente relacionadas, formando camadas de modo heterogêneo. Emprestando aqui os sinais da matemática para melhor exemplificar esse nó formado: não seriam feitas somas por meio do sinal “+”: racismo + misoginia + elitismo, mas seria um ciclo retroalimentado simbolizado pelo sinal “↔”: racismo ↔ misoginia ↔ elitismo. Entende-se que há uma relação de implicação e consequência entre as determinações, em que uma se dá a partir de algum traço da outra, uma vez que as opressões não se dão de forma isolada. O racismo, por exemplo, não acontece sozinho, mas está também vinculado a um preconceito de classe.

Figura 2 — Nó opressões de gênero



Fonte: elaborado pela autora.²²

Lorde (2019, p. 255) aponta que temos embutidas em nós velhas estruturas de opressão e que essas devem ser alteradas simultaneamente às condições de vida que são resultado dessas estruturas e, por esse motivo, “o futuro de nossa Terra talvez dependa da capacidade de todas as mulheres em identificar e desenvolver **novas definições de poder** e novos modelos de convivência com a diferença”.

Partindo do entendimento de que a noção de gênero está estritamente ligada a uma questão de relações sociais, o gênero, por sua vez, está também intrinsecamente relacionado, consequentemente, às relações de poder. “O gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, uma forma primeira de **significar as relações de poder**. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre à mudança nas **representações de poder**” (Scott, 2019, p. 67, grifo nosso).

Connell & Pearse (2015, p. 41) discutem que “a manutenção de padrões amplamente difundidos entre relações sociais é o que a teoria social chama de “estrutura”. Dessa forma, o gênero é uma estrutura de relações sociais “que se centra sobre a arena reprodutiva e o conjunto

²² Saffioti (1995), ao tratar do nó de opressão, aborda somente as opressões de gênero, raça e classe, e aqui adicionamos também as opressões contra pessoas LGBTQIA+, em que a motivação principal é sua identidade de gênero e/ou orientação sexual.

de práticas que trazem as distinções reprodutivas sobre os corpos para o seio dos processos sociais” (Connell & Pearse, 2015, p. 48, grifo nosso).

Essa definição produz importantes consequências, entre elas a de que o gênero é uma estrutura social multidimensional, ou seja, não diz respeito somente à identidade, ao trabalho, ao poder, à sexualidade, mas a todos esses fatores relacionados. Entende-se o gênero como uma estrutura social, dado que é um padrão nos arranjos sociais.

Para Scott (2019, p. 69), “seria melhor dizer que o gênero é um campo primeiro no seio do qual ou **por meio do qual o poder é articulado**” (grifo nosso). No Ocidente, esse não é o único campo, “mas parece ter constituído um meio persistente e recorrente de tornar eficaz a significação do poder” (Scott, 2019, p. 69). Pois, estabelecido como um conjunto objetivo de referências, “o conceito de gênero estrutura a percepção e a organização concreta e simbólica de toda a vida social” (Scott, 2019, p. 70).

Para a autora, a alta política é também um conceito de gênero

porque estabelece a importância decisiva de seu poder público, as razões de ser a realidade da existência da sua autoridade superior, precisamente graças à exclusão das mulheres do seu funcionamento. O gênero é uma das referências recorrentes pelas quais o poder político foi concebido, legitimado e criticado. Ele se refere à oposição masculino/feminino e fundamenta ao mesmo tempo seu sentido. [...]. Dessa forma, a oposição binária e o processo social das relações de gênero tornam-se, os dois, parte do sentido do poder, ele mesmo. Colocar em questão ou mudar um aspecto ameaça o sistema por inteiro (Scott, 2019, p. 74).

Ainda tratando do poder, Biroli & Miguel (2014, p. 115) explanam que focar em experiências individuais dos sujeitos pode contribuir para “ocultar **padrões estruturais de opressão**. As preferências apreendidas ou adaptativas podem funcionar como dispositivos para acomodar conflitos e **reproduzir**, com baixo custo as **relações de poder**” (grifo nosso).

Dessa forma, devemos entender a opressão de gênero de forma estrutural, em que as formas de vida assumidas pelos indivíduos são socialmente produzidas, isto é, deve-se levar em conta o sujeito individual e, da mesma maneira, a organização social, articulando a natureza das suas inter-relações, compreendendo que ambos são fundamentais para que conceber o funcionamento do gênero e como ocorre a mudança. Dado que,

ainda que esteja na base de compreensões socialmente legitimadas e *vivenciadas individualmente de modo significativo*, a própria definição de determinados atributos e comportamentos tidos como femininos oculta o fato de que ‘não tem quaisquer conexões intrínsecas ou necessárias, mas apenas ideológicas com as mulheres e o corpo feminino’ (Biroli & Miguel, 2014, p. 116, grifo dos autores, *apud* Moi, p. 104).

Connell e Pearse (2017) apontam que as desigualdades de gênero, expressas na falta de recursos das mulheres em relação aos homens, são o que realmente está em jogo na questão da opressão feminina. A vantagem concedida aos homens como grupo pela manutenção de uma ordem de gênero desigual é o que se chama de “dividendo patriarcal” (Connell & Pearse, 2015, p. 269), que, em resumo, é o benefício aos homens enquanto grupo e o principal pilar da política de gênero contemporânea.

Tal dividendo vai muito além de uma desigualdade econômica e falta de recursos, “o maior dano do gênero é obviamente o sistema de desigualdade em que mulheres e meninas são exploradas e desonradas, tornando-se vulneráveis a abusos e ataques, como em casos de estupro, assédio sexual, **imagens sexualizadas na mídia** e abuso sexual de meninas” (Connell & Pearse, 2015, p. 271, grifo nosso). Por esse motivo, a “política de gênero” vai muito além da compreensão como uma luta de um grupo de interesse contra desigualdades, “diz respeito a manobrar a ordem de gênero na história. Representa a luta para que a recriação infinita das relações de gênero ocorra de maneira particular” (Connell & Pearse, 2015, p. 273).

O gênero, portanto, não implica única e exclusivamente desigualdade, “o fato de que há ordens de gênero com níveis bem diferentes de desigualdade e uma evidência que corrobora essa ideia” (Connell & Pearse, 2015, p. 273). Saffioti (2015) ressalta, porém, que o gênero não se reduz ao sexo e não se pode pensar o sexo como fenômeno puramente biológico. Há muitas camadas a serem analisadas dentro desse conceito: o gênero enquanto a dimensão da cultura por meio da qual o sexo se expressa; o gênero enquanto forma como o sexo aparece vinculado ao poder; o estupro enquanto ato de poder; e todos os abusos sexuais enquanto um ato de poder. Analisamos a seguir uma das relações influenciadas pelo gênero e pelo poder: a linguagem e consequentemente, representação no meio midiático.

3.2 Representações do gênero feminino na mídia

A linguagem, por sua vez, também será influenciada pelo gênero, dado que, para estabelecer o sentido, há o emprego da diferenciação por parte das linguagens conceituais, e que a forma principal de significar a diferenciação é a diferença sexual (Scott, 2019, p. 70). O gênero é, portanto, “um meio de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana” (Scott, 2019, p. 70).

Garcia (2007) acredita que a linguagem utilizada pela mídia contribui para uma distorção total da imagem da mulher enquanto um ser genérico ao reforçar o papel subalterno que a sociedade lhe reserva, tendo esse processo ocorrido de maneira quase imperceptível ao

longo da história. Para a autora, a composição das mulheres enquanto seres históricos socialmente construídos se deu “sobre um referencial de produto ou de animal irracional” (Garcia, 2007, p. 12), ou seja, a percepção da mulher só se dá a partir de uma objetificação ou desumanização, o que reduz seu status e esfaca sua humanidade.

Além disso, segundo Moreno (2017, p. 126), a partir do Projeto Global de Monitoramento de Mídia, “a mídia noticiosa parece **servir a interesse masculinos**; a atenção às mulheres é extremamente negligente, apesar de as mulheres estarem em maior número” (grifo nosso). Essa mesma pesquisa mostrou que a identificação das mulheres nos noticiários é feita por seus relacionamentos familiares cinco vezes mais que homens. Na cobertura de notícias as mulheres, na grande maioria das vezes, permanecem extremamente sub-representadas, “em comparação com os homens, retratando um mundo em que as mulheres estão ausentes” (Moreno, 2017, p. 126).

No que tange à mídia, seu enfoque sobre o papel da mulher na sociedade “avançou em direção à construção de um ser histórico dividido e, portanto, agônico” (Garcia, 2007, p. 12). Conforme abordado anteriormente, a opressão da mulher está relacionada a diversos fatores, o capitalismo é um deles, e, por esse motivo, para Garcia (2007), essa opressão só será vencida com a superação do capitalismo, visto que “para enxergar uma mulher parte-se de um produto”, dado que “a valorização do mundo das coisas é diretamente proporcional à desvalorização do mundo dos homens” (Marx, 1844 *apud* Garcia, 2007, p. 12).

Lorde (2019) explana que a sociedade capitalista precisa da rejeição da diferença, dado que possui uma economia baseada no lucro, que precisa de forasteiros como superávit. Fazendo parte dessa economia, a reação que nos foi programada foi a de medo e ódio às diferenças humanas, e não se desenvolveram modelos para conviver com nossas diferenças como iguais.

Moreno (2017, p. 70) aborda que o “uso reiterado de estereótipos de gênero, (como apresentar as mulheres apenas como cuidadoras da família e donas de casa ou objetos sexuais) afeta a percepção pública da realidade”. Para Biroli (2011), a reprodução dos estereótipos pode estar relacionada a formas de **opressão**.

Young (1990, p. 48-50) considera cinco faces da opressão: “a exploração, a marginalização, a ausência de recursos de poder (*powerlessness*), o imperialismo cultural e a violência”. Aqui destacamos a última face da opressão, a violência, neste caso a violência de gênero, utilizando a definição feita por Saffioti (2015, p. 18): “a violência como ruptura de qualquer forma de integridade da vítima: integridade física, integridade psíquica, integridade sexual, integridade moral”.

Para Young (1990), a violência enquanto uma face da opressão não se constitui a partir da individualidade e de atos particulares, mas sim de uma estrutura, um contexto social que a torna possível e aceitável. Quando se trata de violência, especificamente violência contra a mulher, está em jogo mais do que dois atores/sujeitos: o algoz e suas vítimas, mas também diversos agentes membros da sociedade, que, em maior ou menor medida, corroboram tal ato. Um dos fatores que torna a violência contra determinados grupos sociais tolerável, segundo a mesma autora, é a construção da identidade **estereotipada** desses grupos.

Saffioti (2015) aponta que os homens amados constituem a esmagadora maioria dos agressores: companheiros, ex-maridos, ex-namorados, ex-companheiros:

raramente uma mulher, seja criança, adolescente, adulta ou idosa, sofre violência por parte de estranhos. Os agressores são ou amigos ou conhecidos ou, ainda, membros da família. Isto é muito claro em casos de abuso sexual, crime no qual predominam parentes. Na violência de gênero, teoricamente podendo ter como agressor tanto o homem quanto a mulher, na prática a prevalência é, com uma predominância esmagadora, de homens, parentes, amigos, conhecidos, raramente estranhos. Os tipos mais difundidos de violência contra a mulher são de violência doméstica e de violência intrafamiliar. É, pois, prudente manter o olhar em direção aos que habitam o mesmo domicílio, a fim de não se dormir com o inimigo (Saffioti, 2015, p. 93).

Devemos ressaltar, no que concerne à violência, o recorte de raça, dado que, segundo Lorde (2019), se tornou um padrão a violência contra mulheres e crianças negras, violência essa exacerbada pelo racismo e pelas pressões de impotência, padrão esse pelo qual a masculinidade pode ser medida. No entanto, a autora ressalta que, apesar de ser um padrão, raras são as vezes em que se discutem esses atos de ódio contra a mulher em termos de crimes contra mulheres negras.

Além da violência física, no que tange à linguagem, também podemos tratar da violência simbólica, uma das formas de violência mais nocivas à sociedade, feita pela mídia, dado que a rede de comunicação global – e nesse quesito também podemos englobar a tradução jornalística – “ultrapassa fronteiras e tem o poder de impactar comportamentos e atitudes, o que contribui para afligir os valores humanos, tal violência vai se instalando sem que se tenha consciência, podendo até se tornar um discurso social aceitável” (Plataforma de Beijing - artigo “J” *apud* Moreno, 2017, p. 75).

Entendendo, a partir de Garcia (2007), a mídia enquanto um sinônimo e porta-voz do poder econômico, devemos responsabilizar, em primeira mão, os jornalistas pelo endosso do preconceito sexual, porém, não podemos deixar salientar não apenas sua responsabilidade, mas também a responsabilidade do meio em que estão inseridos e do qual escrevem, o midiático.

Moreno (2017, p. 71) expõe que o preconceito sexual pode ser respaldado pelo uso da linguagem ao, por exemplo, se optar por utilizar palavras no gênero gramatical masculino, como “artesão”, “homem de negócios”, “bombeiro”. Dessa maneira, ao se optar pela utilização de tais lexias, os jornalistas estariam endossando “um preconceito destrutivo que sugere que mulheres estejam excluídas ou incapazes de assumir essas funções. A igualdade autêntica deve liberar homens e mulheres desta forma estreita de pensar”.

No português, especificamente no contexto brasileiro de 2011, tivemos a polêmica do uso de “presidenta” na eleição de Dilma Rousseff. Ela optou pela forma “presidenta” para enaltecer o fato histórico de que era a primeira, e até aquele momento, a única mulher a ter presidido o país. Embora tal ação tenha gerado polêmica, o termo “pelo menos desde 1872, existia no dicionário Cândido de Figueiredo em 1899 e foi incorporado aos outros compêndios do nosso idioma em 1925. Machado de Assis, o grande escritor brasileiro, usa a palavra em seu mais do que clássico *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, publicado em 1880” (Carta Capital, 2014).

Assim como expõem outros autores (cf. Resende, 2012; Ramonet, 2013), Garcia (2007) versa que os meios de comunicação de massa são compostos por conglomerados midiáticos que detêm uma parte substancial do capital financeiro e, portanto, ideológico. De acordo com Moreno (2017, p. 81), “a mídia (ou os meios midiáticos) são empresas privadas que atuam no interesse público [...], portanto os produtos que oferecem (conteúdos de entretenimento ou informativos) são de interesse público”. O fato de a mídia ser controlada por empresas privadas se deu em função da ideia de que a globalização econômica obriga a constituição de **impérios midiáticos** prontos para enfrentar *empresas multinacionais*,

o que justifica a ausência de uma regulamentação de concentração da propriedade dos meios (como é o caso em Quebec), se opõe ao conceito da informação considerada essencial à democracia. A concentração **reduz o pluralismo ideológico** e acarreta conflitos de interesse (Gingras, 1999, *apud* Moreno, 2017, p. 85, grifo nosso).

Biroli (2011) destaca que os discursos que a mídia faz circular, comparados àqueles produzidos em outros espaços, têm, potencialmente, um peso maior. A autora disserta que a melhor forma de lidar com os discursos ou enunciados ideológicos é “compreender que esses discursos, com seus componentes empíricos e normativos, são parte para a ‘legitimação de certos interesses em uma luta de poder’” (Biroli, 2011, p. 82).

Moreno (2017) ressalta que, na mídia, ocorre uma invisibilidade seletiva do que não é de interesse dela amplificar, como a seletividade das imagens, dos discursos e da realidade das

mulheres, o que resulta em um cerceamento do direito universal de expressão. A mesma autora explana que a mídia é responsável pela formação da subjetividade das pessoas, sendo elas mulheres, crianças, homens, dessa forma, compondo a imagem introjetada dos papéis sociais. Isso se dá pelo fato de ser a mídia, muitas vezes, a principal fonte de informação – e formação da opinião – da sociedade.

Os enunciados ideológicos produzidos pelos meios de comunicação de massa são propagadores de estereótipos que, como mencionado anteriormente, estão relacionados com a opressão. A mídia, conforme aponta Biroli (2011), aparece como instrumento central na propagação de estereótipos. Assim, “a relação entre conhecimento e superação dos preconceitos fica comprometida pelo fato de que o controle das informações e mesmo da *produção* da verdade (do que é assim apresentado e poderá ser assim percebido) estão no centro da dinâmica de dominação” (Biroli, 2011, p. 73). Para Moreno (2017), além dos enunciados ideológicos, o silêncio por parte dos comunicadores e jornalistas é também uma forma (certamente sutil) de fazer política.

Segundo Moreno (2017, p. 72), há “a percepção de que essas imagens estereotipadas que se ancoram no inconsciente coletivo contribuem para congelar o lugar de homens e mulheres na sociedade, a frear este impulso vital para a constituição da identidade de cada um, bem como a sua visão de mundo”. Na mesma medida em que

a abundância de imagens femininas com valores, atitudes, sonhos, desejos, silhueta, vestimentas compatíveis com **interesses econômicos dos mantenedores da mídia**, e da **ideologia** de suas figuras principais, representa esse controle eficaz que se impõe de forma positiva, ou que nos retrata jocosamente ao fugirmos deste padrão **estereotipado** e ultrapassado pela realidade das conquistas e do espaço, da diversidade e da pluralidade que efetivamente corresponde às mulheres, hoje (Moreno, 2017, p. 37, grifo nosso).

Os mantenedores da mídia, nesse sentido, também são as empresas publicitárias interessadas em propagar imagens femininas incompletas para que assim precisem de seus produtos. Ou ainda imagens completas, mas padrões de beleza inalcançáveis para que continuem na busca infundável em atingir este padrão baseado em estereótipos fabricados, que não existe no mundo real sem a utilização dos produtos vendidos ou mesmo de procedimentos estéticos. E, ao fugir deste padrão, a representação que se faz da mulher é de maneira jocosa.

Dessa forma, “a omissão diante dos mecanismos utilizados pela **mídia concentrada em poucas mãos**, e representando um pensamento único, legitima esse processo de **atraso diante da realidade social** e dos direitos humanos das mulheres” (Moreno, 2017, p. 38, grifo nosso). Há tempos, a literatura reconhece que esse discurso da mídia reflete a incompletude feminina:

“no discurso da mídia, em geral, a mulher é um ser insuficiente e que, portanto, requer proteção, controle e vigilância” (Garcia, 2007, p. 18) e, por esse motivo, esses discursos remetem às relações de poder e dominação.

A mídia, mas também a política, trata as mulheres políticas de forma sexista, como discute Carvalho (2016) acerca da representação de Cristina Kirchner na mídia e na sociedade, a partir de um estudo sociológico. Nesse trabalho, mapearam-se os percalços da trajetória feminina para transcender papéis socialmente naturalizados ao espaço privado e serem reconhecidas como agente político. O que nos faz perceber que o tratamento machista ocorre em diversos âmbitos da sociedade, em distintas estruturas e instituições que se co-determinam, se inter-relacionam e se retroalimentam, nesse caso a mídia e a política.

Desse modo, segundo Tremblay (2000), deve-se questionar a teoria da responsabilidade social da mídia, dado que tem o papel de guarda da democracia, ou seja, “em sua função de apresentar uma informação rigorosa, para que a população pudesse fazer escolhas esclarecidas” (Tremblay, 2000, *apud* Moreno, 2017, p. 72). Tal visão, no entanto, ao colocar a objetividade como postulado, ignora o entendimento que os jornalistas possuem das relações sociais de gênero, bem como as múltiplas questões envolvidas no processo de produção da notícia.

Em vista disso, podemos perceber o papel e contribuição importantes que a mídia possui para com o avanço das mulheres rumo à sua efetiva equidade, partindo do entendimento de que esses meios possuem a responsabilidade de não só preservar, como também fazer evoluir a igualdade de gênero e, conseqüentemente, a democracia, na formação de uma sociedade democrática, igualitária e inclusiva (Moreno, 2017).

Nesse cenário, é de fundamental importância compreender quem controla os recursos para a produção e circulação de discurso, uma vez que “estimulam compreensões, concepções e hábitos, incentivando nesse processo a formação de determinadas preferências e colaborando para tornar outras menos visíveis, menos expressivas socialmente” (Biroli & Miguel, 2014, p. 120).

Garcia (2007, p. 19) afirma que “as consequências das diferenças de estilo na linguagem operam em detrimento dos membros de grupos já estigmatizados em nossa sociedade e a favor daqueles que têm o poder para impor suas interpretações”. Além dos mecanismos discursivos que operam em tais processos, também os contextos em que se realizam reforçam essa situação, logo “transformar o contexto em que operam os meios de comunicação e os próprios consumidores de mídia, portanto, é condição *sine qua non* para iniciar um processo realmente efetivo de transformação desse discurso” (Garcia, 2007, p. 20).

No tópico que se segue, tratamos de uma das possíveis maneiras de transformação do contexto, e consequentemente do discurso, na mídia, nesse caso mais especificamente a tradução, esta realizada a partir de um viés feminista.

3.3 As propostas de traduções feministas

Conforme apresentado, depois da década de 1960, o *gênero* passou a ser visto pelas feministas como uma categoria analítica e foi reconhecido como uma subestrutura básica da sociedade. Esse conceito era entendido

como a base da subordinação das mulheres na vida privada e pública, e era visto como um fenômeno que afetava todas as mulheres – na casa bem como no ambiente de trabalho, em todo lugar, indo desde o mundo machista das corporações, por meio de **imagens da mulher na mídia**, até instituições governamentais ou machistas estabelecendo políticas que afetavam mulheres. Isso era uma parte do dia a dia de todas as mulheres (Von Flotow, 1997, p. 6, grifo nosso).²³

Embora a área das Ciências Sociais tenha sido a primeira a ser afetada pelas questões de gênero, o termo logo entrou no domínio da linguagem e da literatura. A entrada em tal domínio se deu a partir da percepção de que a linguagem servia não apenas para fins de comunicação, poderia também ser uma ferramenta manipuladora.

Von Flotow (1997) aponta que surgiram duas abordagens na década de 1970 para tratar questões sobre as mulheres e a linguagem: a reformista e a radical. A abordagem radical condiz com uma das ideias que se visa defender ao longo deste trabalho. Essa abordagem entendia a linguagem como uma das causas das opressões das mulheres: a linguagem convencional tendo como característica ser uma linguagem patriarcal, excluía, ofendia ou banalizava as mulheres que eram colocadas no papel de indivíduo.

Além de ser feita pelos homens, foi arquitetada para defender os interesses desses, dado que refletia suas vidas, realidades e ideias. Por determinar e nomear a realidade masculina, deixava a realidade das mulheres indescritível. A solução então apresentada pela proposta radical foi renovar completamente essa linguagem, para que assim as mulheres pudessem ser representadas em suas especificidades e para que, dessa forma, seu desenvolvimento pudesse se tornar possível. Se se mantivesse a linguagem, a mesma história se reproduziria.

²³ *Gender was understood to be the basis of women's subordination in public and private life, and was viewed as a phenomenon affecting all women – in the household as well as in the workplace, everywhere from the pink-collar ghettos of the corporation, via images of women in the media, to government or education agencies establishing policies affecting women. It was a part of every woman's life.*

Anteriormente se ilustrou, a partir de um exemplo de diferentes opções lexicais em uma tradução, as variadas conotações que possuem as lexias que se referem aos homens e as que se referem às mulheres, o caso apresentado foi a partir das lexias “solteirão” e “solteirona”. A fim de ampliar este exemplo, trazemos também aqui as definições das lexias “solteiro” e “solteira” registradas no dicionário de língua portuguesa *Houaiss*, vejamos:

SOLTEIRO

adjetivo

1 que ainda não se casou <ela continua s.> <tem dois filhos s.>

2 fig. que sente falta, que não tem ou não recebe (algo); carente, falto <s. de alegrias>

3 B; infrm. que não está mais casado; separado, divorciado

4 em que não há nenhum feriado (diz-se de semana)

5 que não tem filho[s] (diz-se da fêmea animal) <havia no rebanho diversas vacas s.>

6 mar que não está sendo us., mas que se encontra disponível para sê-lo (diz-se de um cabo)

substantivo masculino

7 aquele que ainda não se casou <vida de s.>

SOLTEIRA

substantivo feminino

1 mulher não casada

2 (1872) B, N.E., MS; tab., **pej.**; obsl. **meretriz**

3 (1911) ict; BA m.q. xarelete (*Caranx crysos*)

4 ict; B peixe caraciforme da fam. dos anostomídeos (*Leporellus vittatus*), encontrado em rios das Guianas, Peru, Colômbia e de várias regiões do Brasil; atinge 30 cm de comprimento e possui corpo fusiforme com dorso escuro, faixa escura na linha lateral, e partes inferiores prateadas

5 ict m.q. charuto (*Leporellus cartledgei*)

6 ict; SP m.q. guaivira (*Oligoplites saurus*)

7 ict; ES m.q. 1viúva (*Parona signata*)

Podemos observar que a definição da lexia “solteiro” não carrega sentidos negativos enquanto a definição de “solteira” abarca a conotação negativa de *meretriz*. É possível perceber, portanto, a partir dos exemplos lexicais apresentados, as diferentes formas de tratamento aos quais são submetidos os homens e as mulheres, fruto, conforme descrito anteriormente, da estrutura patriarcal. É por esse motivo que podemos considerar, como fez o movimento das mulheres, a linguagem como um poderoso instrumento político. Discute-se que as mulheres, trabalhando em uma era do feminismo, também enfrentam intervenções e censura na tradução (Von Flotow, 1997).

Dentre as instituições patriarcais, a linguagem convencional era uma dessas instituições e tinha como produto o gênero, que “foi empregado para prescrever as opções das mulheres e a condição das mulheres, e para restringir e moldar mulheres para funcionar a serviço dos homens” (Thorne *et al*, 1983 *apud* Von Flotow, 1997, p. 11).²⁴ As questões de linguagem e gênero vão então, a partir do desenvolvimento das teorias feministas, se tornar uma preocupação central da teoria feminista e da tradução de escritoras (Godard, 1989). No que tange às questões de gênero na linguagem, mas mais especificamente na tradução, Von Flotow (1997) aponta que

a consciência de gênero nas práticas tradutórias levanta questões sobre **as conexões entre estereótipos sociais e formas linguísticas**, sobre as políticas linguísticas e diferenças culturais, sobre a ética da tradução, e sobre revisitar obras inacessíveis para leitores contemporâneos, e destaca a importância do contexto cultural no qual a tradução é feita (Von Flotow, 1997, p. 14, grifo nosso).²⁵

Para Lotbinière-Harwood (1991), “traduzir no feminino é um ato político, e um ato de solidariedade às mulheres” (Lotbinière-Harwood, 1991, p. 65 *apud* Von Flotow, 1997, p. 19).²⁶ Para a mesma autora “**nenhum ato de escrita ou tradução é neutro** e a reescritura no feminino é um ato consciente que coloca suas cartas na mesa desde o começo” (Von Flotow, 1997, p. 27, grifo nosso).²⁷

Na visão de Lotbinière-Harwood (1991), “questões de sexismo ou silenciamento da mulher precisam não só ser assinaladas, como também ser resolvidas com uma intervenção deliberadamente feminista que ajusta o desequilíbrio e coloca a mulher diretamente na linguagem” (Von Flotow, 1997, p. 28).²⁸ Partindo dessa perspectiva,

tradutoras feministas ‘corrigem’ textos que traduzem em nome das ‘verdades’ feministas. Na última década, um número de tradutoras mulheres assumiu o direito de questionar suas fontes de uma perspectiva feminista, de intervir e fazer mudanças quando os textos se afastam dessa perspectiva. Chamando atenção ao poder político

²⁴ *It was employed to prescribe women's options and women's condition, and to restrict and mold women to functions in the service of 'mankind'.*

²⁵ *Gender awareness in translation practice poses questions about the links between social stereotypes and linguistic forms, about the politics of language and cultural difference, about the ethics of translation, and about reviving inaccessible works for contemporary readers. It highlights the importance of the cultural context in which translation is done.*

²⁶ *'Translation in the feminine is a political act, and an act of women's solidarity'.*

²⁷ *For her, no act of writing or translation is neutral and reécriture au féminin (rewriting in the feminine) is a conscious act.*

²⁸ *In her view, issues of sexism or women's silencing need not only be pointed out, they need to be solved with deliberate feminist intervention that redresses the imbalance and places women directly into the language.*

que atribuem pessoalmente à linguagem e ao impacto de uma política de tradução, elas abertamente intervêm em seus textos (Von Flotow, 1997, p. 24).²⁹

Von Flotow (1997) destaca que esse intervencionismo explícito pelos tradutores é bastante controverso, dado que se espera uma postura da prática tradutória desses tradutores alheia à política. Porém, é sabido, a partir de historiadores da tradução que, em nome da ideologia, mudanças deliberadas têm sido frequentemente feitas. Quando tal intervenção ocorre por parte de tradutoras feministas, chama-se atenção à sua ação para o fato de que, uma vez identificados, os aspectos misóginos da linguagem patriarcal podem facilmente ser desmontados.

A mesma autora também argumenta que o gênero deve se tornar uma questão na tradução, devido ao peso político atribuído à linguagem, tanto pelas pensadoras feministas, como pela reação “politicamente correta”, pois, tal consciência de gênero associada à tradução contribui para que o papel normalmente “invisível” desempenhado por um tradutor seja revisado.

Partimos, no presente trabalho, da perspectiva de Godard (1989) que entende o discurso feminista como uma prática emancipatória:

o discurso feminista é um discurso político direcionado para a construção de novos significados e está voltado para que os sujeitos se constituam na/por meio da língua. Busca expor modos ideológicos de percepção por meio de uma expansão de mensagens nas quais as experiências individuais e coletivas se originam, de uma postura crítica contra os contextos sociais do patriarcado e sua linguagem. Ao fazê-lo, os textos feministas geram uma teoria do texto como transformação crítica (Godard, 1989, p. 44).³⁰

Para a mesma autora, no feminismo, as dimensões políticas e sociais são proeminentes, e, por esse motivo, se tornará explícito o encontro conflituoso das línguas. O discurso feminista seria ele próprio uma espécie de tradução, dado que é transferido para um novo contexto, uma nova realidade cultural. Dessa forma, uma **tradução feminista seria uma dupla tradução**:

O discurso feminista é uma tradução em dois aspectos: como notação ‘gestual’ e em outros códigos do que até então era ‘não escutado’, um discurso silenciado, e como repetição e consequente deslocamento do discurso dominante. Em ambos casos se propõe ‘destruir o mecanismo discursivo’, assumindo o papel feminino

²⁹ *Feminist translators' 'correct' texts that they translate in the name of feminist 'truths'. Over the past decade a number of women translators have assumed the right to query their source texts from a feminist perspective, to intervene and make changes when the texts depart from this perspective. Drawing attention to the political clout they personally assign to language and to the impact of a translator's politics, they openly intervene in their texts.*

³⁰ *Feminist discourse is a political discourse directed towards the construction of new meanings and is focused on subjects becoming in / by language. It seeks to expose ideological modes of perception through an expansion of messages in which individual and collective experience originate from a critical stance against the social contexts of patriarchy and its language. In this, feminist texts generate a theory of the text as critical transformation.*

deliberadamente, em um ato de ‘mimetismo’, consiste em transformar uma forma de subordinação em uma afirmação, para desafiar uma ordem que repousa sobre a indiferença sexual. Os efeitos dessa ‘repetição lúdica’ tornam visível o que foi ocultado, ou seja, a operação do feminino na linguagem (Godard, 1989, p. 47).³¹

De acordo com Godard (1989), a partir de um questionamento radical de significado, o discurso feminista vai trabalhar sobre a linguagem e sobre o discurso dominante. Dessa forma, “a função do trabalho de linguagem seria, assim, soltar o **falocentrismo** de suas amarras a fim de retornar o masculino à sua própria língua, deixando em aberto a possibilidade de uma língua diferente”. A tradução, nessa teoria do discurso feminista, “é produção, não reprodução, [...] a mimese [...] que, por um ‘efeito de repetição lúdica [...] **torna visível o lugar da exploração das mulheres pelo discurso**’” (Irigaray, 1985, p. 76, 80, 131 *apud* Godard, 1989, p. 47).³²

O discurso feminista apresenta a transformação como performance, como um tipo de modelo para uma tradução feminista que estaria, contudo, em desacordo com uma visão tradicional de tradução, na qual persiste o imaginário de uma tradução “literal e ideal”, ou calcada na perspectiva, já há tanto questionada, de equivalência, que se fundamenta em uma poética da transparência, já discutida ao início, no capítulo sobre tradução. Tradicionalmente, na perspectiva de tradução que vigorou até meados do século passado, “diferença” foi tida como algo negativo, ao contrário de uma perspectiva de tradução feminista defendida aqui, na qual a tradução se configura, por si só, como um significante de diferença (cf. Godard, 1989).

À vista disso, a visibilidade do significado definido e atribuído pelo tradutor se dará na “lacuna ou no excedente que separa o texto de chegada do texto de partida” (Godard, 1989, p. 50).³³ Dessa forma, uma tradutora, partindo de uma perspectiva feminista de tradução, ao lidar com o texto na tradução, substituiria, assim, o tradutor modesto e discreto, sendo uma participante ativa na criação de significado ao ocupar seu lugar.

É a partir desse entendimento que assumimos que um discurso feminista, bem como sua tradução, possa atuar como um contrapoder, no sentido de se instaurar contra os valores e os

³¹ *Feminist discourse is translation in two ways: as notation of 'gestural' and other codes from what has been hitherto 'unheard of,' a muted discourse, and as repetition and consequent displacement of the dominant discourse. Both set out to 'destroy the discursive mechanism' by assuming the feminine role deliberately, in an act of 'mimicry,' which is to convert a form of subordination into an affirmation and to challenge an order resting on sexual indifference. The effects of this 'playful repetition' make visible what has been concealed, that is the operation of the feminine in language.*

³² *[The language work's] function would thus be to cast phallogocentrism loose from its moorings in order to return the masculine to its own language, leaving open the possibility of a different language. Translation, in this theory of feminist discourse, is production, not reproduction, the mimesis which is 'in the realm of music' and which, by an 'effect of playful repetition' - 'women also remain elsewhere' - makes visible the place of women's exploitation by discourse.*

³³ *Meaning discerned and assigned by the translator becomes visible in the gap or the surplus which separates target from source text.*

estereótipos que tendem a perpetuar o poder hegemônico das instituições (Simão & Diogo, 2021).

Entretanto, a ideia central dessa proposição não é nova para os Estudos da Tradução e já foi mencionada de modo semelhante por Von Flotow (1991), ao descrever, na esfera dos estudos da tradução feminista, o recurso de *hijacking* (sequestro). Para a autora, a tradução feminista parece ter sido desenvolvida, a partir das feministas canadenses, como um método de tradução que critica a “linguagem patriarcal”. Para elas, tal linguagem tinha de ser desfeita a fim de que as palavras das mulheres pudessem ser desenvolvidas, para que pudessem encontrar um espaço e fossem escutadas.

Há, na tradução feminista, algumas técnicas empregadas, como *Supplemeting*, traduzida por Dépêche (2002) como um “deslizamento de linguagem”, poderia ser também traduzido como “suplementação”. Essa estratégia “compensa as diferenças entre as línguas e constitui uma ação voluntária por parte da tradutora feminista” e “corresponde a uma vontade de reforçar a leitura feita do ponto de vista das *muettées*’ (as “emudecidas”) pelo grupo dominante e parodiá-lo, usando expressões mais chocantes” (Dépêche, 2002, p. 175). Outra estratégia “usada extensivamente pelas tradutoras que procuram inverter o *gender effect* (o efeito de gênero), constitui uma exploração periférica, a dos prefácios, posfácios e notas de rodapé” (Dépêche, 2002, p. 175).

Aqui damos destaque à estratégia de *hijacking* extensivamente executada por tradutoras feministas e discutida por Von Flotow (1991). O *hijacking* é um termo que Von Flotow (1991) adotou do jornalista e tradutor canadense David Homel, que criticava a tradução feminista de Lotbinière-Harwood, alegando que tal tradução “sequestrava” o trabalho da autora. Para este tradutor, tal tradução era “corrigida” ideologicamente para além das intenções autorais. Lotbinière-Harwood contra-argumentou que sua prática tradutória “é uma atividade política visando criar uma linguagem que falasse para mulheres”, sua assinatura significou que “esta tradução usou toda possível estratégia de tradução para tornar o feminino visível na linguagem. Porque tornar o feminino visível na linguagem significa fazer a mulher ser vista e ouvida no mundo real, o que tem tudo a ver com o que é o feminismo” (Lotbinière-Hartwood, 1990, p. 9 *apud* Von Flotow, 1991, p. 79).

De acordo com Von Flotow (1991), de fato, Lotbinière-Harwood *hijacked*, ou seja, “sequestrou”, o texto de partida, dado que, apropriou-se dele para refletir suas intenções políticas. Para a autora, a influência do feminismo da época foi vital para a tradução feminista.

Também como gesto revolucionário, em sua obra, *Escriba subversiva: una poética de la traducción*, a tradutora norte-americana Suzanne Jill Levine (1998) expõe suas experiências

pessoais com a tradução, na qual anseia subverter a visão de tradução como “ato secundário” (Levine, 1998, p. 207). A autora propõe que a tradução seja “subversiva” (Levine, 1998, p. 30) e questiona o papel invisível dos tradutores ao longo da história, vistos como “humildes copistas” (Levine, 1998, p. 19), ao afirmar que

a tradução deve ser um ato crítico; também deve gerar dúvidas, sugerir perguntas, despertar a curiosidade do leitor e recontextualizar a ideologia do texto original. Assim como a retórica, uma boa tradução procura (re)produzir certo efeito ou persuadir o leitor, constituindo-se como um ato político no sentido mais amplo da palavra (Levine, 1998, p. 26).

Ao situar a tradução na esfera no discurso, entendendo esse último como o diálogo entre o texto e seu contexto, ela explora a ideia de que no ato de tradução não há limites entre os dois e que as fronteiras entre diferentes linguagens são impenetráveis. Ao descrever a forma como alguns autores (e autoras) latino-americanos/as retratam as personagens femininas em suas obras, “idealizada ou degradada e transformada em *outro*” (Levine, 1998, p. 221), cita travestis monstruosos e obesos, mulheres reprimidas e queixosas, chamando a atenção do leitor para as opressões do patriarcado presentes nesses textos.

Em seu epílogo, Levine se autodenomina duplamente “traidora e tradutora”, uma vez que traiu a si mesma, deixando-se enfeitiçar, em alguns momentos, por esses discursos machistas que rebaixam a condição feminina, mas, ao mesmo como uma *escriba subversiva*, “transcreveu”, em outros momentos, uma escrita que questionou e expandiu os limites do discurso patriarcal.

Podemos estabelecer, então, relações entre os conceitos de *hijacking*, de Von Flotow (1991), e de *escriba subversiva*, de Levine (1998), com o conceito de “tradução como contrapoder” na mídia. Desse modo, pode ser esperado, que, dado o momento presente do movimento feminista, em que vislumbramos manifestações coletivas tanto na esfera midiática quanto política e sua força e influência sobre diversos âmbitos da sociedade, o cenário contemporâneo feminista também possa vir a influenciar as traduções, não somente no âmbito literário, conforme realizado anteriormente pelas tradutoras canadenses, mas podendo se estender também à esfera da tradução jornalística. Assim sendo, os movimentos feministas contemporâneos incidiriam sobre a tradução feminista como gestos políticos revolucionários e se instaurariam como um contrapoder na tradução.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo, apresentamos a estrutura metodológica da presente pesquisa, que é majoritariamente qualitativa, uma vez que o foco de análise é entender como se dá a representação do gênero feminino. Paralelamente, também foi feito um levantamento de natureza quantitativa do número de apagamentos e visibilizações da representação do gênero feminino realizados nas traduções das manchetes e linhas finas analisadas. Desse modo, pretende-se observar como se dá tal representação por meio do léxico nas traduções jornalísticas nos idiomas português e espanhol, nos jornais *El País* e *Folha de São Paulo*. Em um primeiro momento, descreve-se como foi feito o levantamento dos dados no *corpus* da pesquisa e também o modo como foi feita a análise do material obtido a partir desse levantamento. Posteriormente, buscamos traçar os perfis editoriais dos jornais analisados, *Folha de São Paulo* e *El País*.

4.1 O *corpus* de pesquisa: levantamento de dados

Intencionando observar a “estreita relação entre texto e sociedade” (Vieira & Macedo, 2018, p. 49), uma vez que, “para descrever, explicar, relevar e interpretar os diferentes discursos nas práticas sociais” (Vieira & Macedo, 2018, p. 49), é importante considerar as condições de produção que evidenciam a natureza ideológica desses discursos, traçou-se um breve panorama sobre os jornais que compõem o *corpus* a ser explorado em nossa análise.

Os dados foram extraídos de textos traduzidos dos jornais *El País* e *Folha de São Paulo*, em suas versões *on-line*. Esses jornais foram escolhidos por possuírem versões *on-line* bilíngues de traduções na direção espanhol-português, português-espanhol. O levantamento deste *corpus* foi feito a partir de textos que abordam a temática do feminismo, tanto na direção espanhol-português como na direção inversa. Assim sendo, nosso *corpus* são os textos destes jornais, e os dados a serem analisados são excertos desses textos.

A análise deste material foi feita a partir da discussão das técnicas de tradução que se observam ao comparar os textos de partida com suas traduções, buscando identificar e observar quais efeitos de sentido são desencadeados nos discursos que se criam a partir de tais traduções, levando em conta, além das técnicas de tradução empregadas, as escolhas lexicais feitas nessas traduções, e que circulam no meio jornalístico.

Fundado em maio de 1976 (completando 47 anos em 2023), o jornal *El País*, pertencente ao grupo Prisa, e foi considerado durante muitos anos o jornal de maior circulação na Espanha.

O jornal foi criado após a ditadura franquista na Espanha. Sua linha editorial se pretende “plural”, nas palavras de Juan Luis Cebrián, criador, diretor e recrutador da primeira redação do jornal: “queria fazer um jornal de perfil equilibrado e sucinto, um jornal sóbrio, bem escrito, documentado em suas análises e plural em suas opiniões” (Arias, 2017). No momento da coleta dos dados, o jornal possuía versões *on-line* nos idiomas espanhol, inglês e português, com textos produzidos nesses e traduzidos desses idiomas. A edição Brasil *on-line* teve início em 2013 e foi encerrada no dia 14 de dezembro de 2021, e o *El País* mantém, até presente momento, apenas as versões *on-line* em inglês e espanhol.

O jornal *El País* possui um *Manual de Redação e Tradução* (Pessuto, 2020) com parâmetros a serem seguidos de forma a produzir “textos mais homogêneos” (Pessuto, 2020, p. 12). O manual possui quatro capítulos intitulados: “1 Conceitos Editoriais / Procedimentos; 2 Tradução e Estilo; 3 Padronização; 4 Anexos”.

Destaca-se principalmente o Capítulo 2, Tradução e Estilo, no qual encontramos a seguinte argumentação: “esta seção não pretende substituir dicionários ou gramáticas, e sim reunir de forma prática questões com as quais os tradutores do *EL PAÍS BRASIL* se deparam com frequência, propondo parâmetros para a produção de textos mais homogêneos” (El País, 2015, p. 12). Com essa afirmação, podemos perceber que o jornal possui uma proposta particular para a redação de algumas lexias, como a lista de falsos amigos, na qual “apresenta palavras e expressões que, a despeito da semelhança, podem ter pelo menos um sentido completamente diferente em português” (El País, 2015, p. 20).

É importante ressaltar que, no corpo do texto do jornal, não encontramos marcas de tradução, definidas por Hernández Guerrero (2011, p. 112)³⁴ como “nome do tradutor, procedência do original, língua da qual se traduziu”, ou seja, marcas de que esses textos sejam provenientes de tradução.

O jornal brasileiro *Folha de São Paulo*, fundado em fevereiro de 1921, completou 100 anos em 2021. O jornal, mesmo que em sua nomenclatura aparente ser restrito ao Estado de São Paulo, possui ampla circulação nacional. Sua edição em espanhol foi criada em 2011, somente no meio digital. Em seu projeto editorial (1997), a *Folha de São Paulo* concebe seu jornalismo como “crítico, pluralista e apartidário” e, até o ano de 2017, seu último projeto editorial, mantém a mesma concepção acerca de seu jornalismo.

Pudemos perceber que o jornal *Folha de São Paulo* possui, acerca da tradução, procedimentos diferentes dos observados no jornal *El País*. A *Folha de São Paulo* apresenta

³⁴ *nombre del traductor, procedencia del original, lengua de la que se ha traducido.*

marcas de tradução, bem como um *link* ao final da notícia direcionando o leitor para o texto de partida. Já no jornal *El País*, não temos marcas de tradução. Um dos fatores que nos indicam que pode se tratar de uma tradução são suas datas de publicação, título das manchetes, bem como o conteúdo de seus textos. Dessa forma, nos textos do *El País*, pode-se inferir que determinado texto é uma tradução em função das categorias citadas anteriormente.

Sistematizamos os dados apresentados na tabela que se segue:

Quadro 1 – Dados comparativos jornais

FOLHA DE SÃO PAULO	EL PAÍS
• 102 anos (2023). • Ampla circulação nacional (Brasil). • Concebe seu jornalismo como “crítico, pluralista e apartidário”. • Versões <i>on-line</i> em português, espanhol, inglês. • Possui Manual de Redação. • Apresenta marcas de tradução. • Acesso a partir de <i>link</i> de acesso ao texto de partida.	• 47 anos (2023). • Ampla circulação nacional (Espanha). • Sua linha editorial se pretende “plural”. • Versões <i>on-line</i> em espanhol, inglês e, até 2021, em português. • Possui Manual de Redação e Tradução. • Não apresenta marcas de tradução para os textos noticiosos. • Não possui <i>link</i> de acesso ao texto de partida.

Fonte: elaborado pela autora.

Os dados do *corpus* foram numerados de acordo com sua ordem de levantamento e, durante a análise, diante de cada excerto, apresentamos a indicação dessa organização a fim de que o leitor possa se situar com relação aos textos integrais. Devido ao fato de que as reportagens analisadas possuem acesso restrito à assinantes, o *corpus* ficará disponibilizado, na íntegra, na pasta do *Google Drive* “*Corpus — Capítulo Análise de dados_ Júlia Vilar Diogo*” cujo *link* para acesso é: https://drive.google.com/drive/folders/1U_zTza-7c8uE1dJthVroUxiDEANNjg-n?usp=drive_link.

As palavras-chave utilizadas para o levantamento dos textos do Jornal *Folha de São Paulo* versão português-espanhol foram: *feminicídio; feminismo; gênero; machismo; violência de gênero*. Tais textos são do período de 2016 a 2021. Foram levantados um total de 21 textos. As palavras-chave utilizadas para o levantamento dos textos do Jornal *El País* versão espanhol-português foram: *feminicídio; feminismo; violencia machista; machista; acoso sexual; violación; derechos mujer; aborto*. Tais textos contemplam o período de 2016 a 2021. Foram levantados também 21 textos no jornal *El País*, a fim de manter uniformidade numérica entre

os dois jornais. O número de 21 textos se deu em razão de ser um número suficiente para realização da análise proposta e também levando em conta prazos e a exequibilidade da análise de tal *corpus*. Desses textos levantados, foram selecionados para análise aqueles cujas manchetes e linhas finas apresentavam uma diferença significativa na tradução, isto é, as técnicas de tradução selecionadas para observação eram mais ocorrentes. O critério para selecionar os dados nos textos foi a detecção das técnicas de tradução que julgamos pertinentes para a análise das representações do gênero feminino.

Apresentamos a seguir, para melhor visualização, os conteúdos discutidos:

Quadro 2 — Dados comparativos da coleta do *corpus*

Jornal	Línguas / Tradução	Período de Consulta	Quantidade de textos	Palavras-chave
<i>Folha de São Paulo</i>	versão português-espanhol	2016 a 2021	21 textos	feminicídio; feminismo; gênero; machismo; violência de gênero
<i>El País</i>	versão espanhol-português	2016 a 2021	21 textos	<i>feminicídio; feminismo; violencia machista; machista; acoso sexual; violación; derechos mujer; aborto</i>

Fonte: elaborado pela autora.

A diferença de palavras-chave utilizadas para o levantamento dos textos nos jornais, “feminicídio; feminismo; gênero; machismo; violência de gênero”, no jornal *Folha de São Paulo*, e “*feminicidio; feminismo; violencia machista; machista; acoso sexual; violación; derechos mujer; aborto*”, no jornal *El País*, se deu pelo fato de que neste jornal há um mecanismo de separação dos textos por seções temáticas, dessa maneira, buscou-se os textos a partir de tais seções que englobavam a temática do feminismo, ou seja, a partir da busca pela palavra-chave *feminismo*, encontrou-se seções temáticas: “*feminismo; violencia machista; machista; acoso sexual; violación; derechos mujer; aborto*”. Os perfis editoriais de tais jornais serão discutidos na próxima seção.

4.2 Perfis editoriais

Nesta seção discute-se propriedades dos perfis editoriais dos jornais analisados: *Folha de São Paulo* e *El País*, como sua origem, suas propostas de jornalismo, e também de tradução, bem como analisa-se os conteúdos abordados em seus manuais de redação — e tradução no

caso do jornal *El País* — a partir de Batista (2016) e Cristóvão (2012), que contribuem para traçar os perfis dos mesmos.

4.2.1 *El País*

Segundo Batista (2016), a edição digital *El País Brasil* foi o primeiro projeto realizado completamente em outro idioma. A edição brasileira tem como data de início novembro de 2013 e encerramento em dezembro de 2021. A proposta da edição brasileira, segundo o seu responsável, Luis Prados, era oferecer uma imprensa com marcas de identidade diferentes das existentes na mídia brasileira, não compartilhando os tabus da imprensa nacional. “Seremos *EL PAÍS*, um jornal independente que foca os temas do Brasil de uma maneira original, tentando oferecer surpresa, novidade e uma forma diferente de contar as coisas”.³⁵

O presidente do Grupo Prisa, Juan Luís Cebrián, afirmou, na época, em uma notícia do *El País*, que tal edição representaria a independência do jornalismo no Brasil. Javier Moreno, diretor do *El País*, destacou, nessa ocasião do lançamento, o compromisso com um projeto de “modernização e progresso social, de consolidação dos direitos dos cidadãos e avanço econômico, de equidade social e respeito às minorias (*El País*, 2013)”.³⁶

A partir de tais discursos, Batista (2016) aponta, contudo, que se pode “entrever a postura ideológica eurocentrista em relação à América Latina. Por trás da cortina ‘integração iberoamericana’ se oculta um discurso hegemônico repleto de ideologia e vieses de poder”.³⁷

Segundo o Manual de Redação e Estilo do *El País*,

o *EL PAÍS BRASIL* é um jornal digital editado no Brasil, voltado para o leitor brasileiro, mas sem abrir mão da sua **identidade hispânica**. Reúne material jornalístico produzido por repórteres brasileiros e um **grande número de traduções de textos publicados originalmente nas edições Espanha e Américas do EL PAÍS**. O texto do *EL PAÍS* caracteriza-se por um estilo e **vocabulário ligeiramente mais sofisticados do que é habitual na imprensa brasileira**. O *EL PAÍS* se orgulha dessa diferenciação e busca mantê-la em sua edição brasileira; também acredita que seu leitor tem uma formação e uma curiosidade intelectual que lhe permitem desfrutar desse estilo jornalístico. No entanto, é imprescindível que a leitura seja fluente para o leitor brasileiro e que os textos adotem a sintaxe e o vocabulário correntes no país onde o jornal é editado. Não se espera que o leitor precise ler o *EL PAÍS BRASIL* com um dicionário ao lado; por outro lado, tampouco é recomendável que o texto seja

³⁵ Sin embargo, nosotros allí seremos *EL PAÍS*, un diario independiente que enfocará los temas de Brasil de una manera original, intentando aportar sorpresa, frescura y una forma diferente de contar las cosas (Prisa, 27/11/2013).

³⁶ un proyecto de modernización y progreso social, de consolidación de los derechos ciudadanos y avance económico, de equidad social y respeto a las minorías.

³⁷ entrever la postura ideológica eurocentrista hacia América Latina. Tras el telón de la “integración iberoamericana” se oculta un discurso hegemónico plagado de ideología y sesgos de poder.

completamente isento de figuras de linguagem ou de palavras menos comuns na linguagem oral (Manual de Redação e Estilo do El País, 2015, grifo nosso).

4.2.2 Folha de São Paulo

Cristóvão (2012, p. 66), ao tratar do *Manual de Redação da Folha*, aborda a seguinte definição de notícia: “relata a informação da maneira mais objetiva possível; raramente é assinada”. Ela entende que, considerando essa definição, percebe-se que nem mesmo a *Folha* credita à notícia “grau zero” de objetividade, e argumenta que este posicionamento é defendido pela maioria dos estudiosos da linguagem.

A existência de uma neutralidade na informação só se dá nas páginas dos anúncios dos jornais. Para atingir a maior isenção possível, o *Manual de Redação da Folha* recomenda que se deve estruturar a notícia a partir da técnica da pirâmide invertida, definida como:

técnica de redação jornalística pela qual as informações mais importantes são dadas no início do texto e as demais, em hierarquização decrescente, vêm em seguida, de modo que as mais dispensáveis fiquem no final, é a técnica mais adotada em jornais do Ocidente. Deve ser usada pelos jornalistas da Folha em textos noticiosos (Folha de São Paulo, 2010, p. 94 *apud* Cristóvão, 2012, p. 66).

Cristóvão (2012, p. 88) versa que, para se constituir como notícia, o fato relatado em um texto do gênero notícia deve ter algumas características peculiares, como “a proximidade em relação ao público para o qual se destina, o ineditismo e a atualidade”. E, dado que lida com as ideias num espaço de discussão social, deve informar a verdade “– não a verdade como bem utópico, mas como a divulgação de fatos com isenção e imparcialidade – o compromisso do jornalista é com o público, visto de sua perspectiva não como consumidor ou assinante, mas como cidadão” (Cristóvão, 2012, p. 88). No Brasil, a empresa jornalística é um bem privado e, por esse motivo, tem além da responsabilidade perante o público, também uma responsabilidade junto a seus anunciantes: a de lhes oferecer visibilidade para com isso obter lucros (Cristóvão, 2012).

No *Projeto Editorial da Folha de São Paulo* de 2017, último projeto editorial publicado pelo jornal, podemos notar a preocupação com a veracidade das notícias. Tal fato pode se dar devido ao aumento exponencial das *fakenews* nos últimos anos. Vejamos:

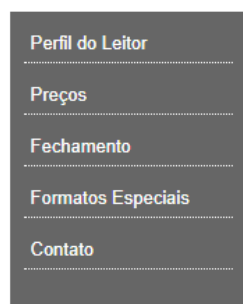
Neste documento, a Folha destaca a relevância do jornalismo profissional para manter nítida a **distinção entre notícia e falsidade**. No mesmo texto, argumenta que jornais pautados pelo **diálogo pluralista** fazem contraponto à intolerância que assola as redes sociais, **acentuada pela recente onda internacional de populismo nacionalista ultraconservador** (Folha de S. Paulo, 2017, grifo nosso).

O projeto editorial de 2017 “sugere que as reportagens deveriam ser mais conclusivas, indicando, quando viável, prós e contras das soluções para os problemas apontados”. Quanto à perspectiva declarada pelo jornal, esse mesmo projeto editorial afirma que ele “mantém uma perspectiva liberal diante da economia, da política e dos costumes. Reitera que procura praticar um jornalismo crítico, apartidário e pluralista. E salienta a dimensão analítica, interpretativa e opinativa capaz de iluminar os fatos”.

Ao tratar do leitor da *Folha*, Cristóvão (2012) aponta que o leitor é, em tese, aquele que

garante a existência do jornal. A notícia, modernamente considerada uma mercadoria, adquiriu esse status não apenas porque passou a ser objeto de consumo e, portanto, descartável, mas também porque é um produto que, na sociedade industrial de consumo, deve ser projetado a partir da necessidade que os consumidores têm dele, sendo revestido de elementos da preferência (Cristóvão, 2012, p. 206).

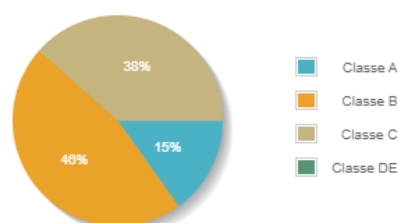
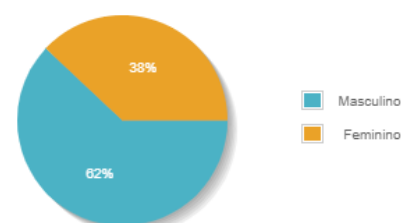
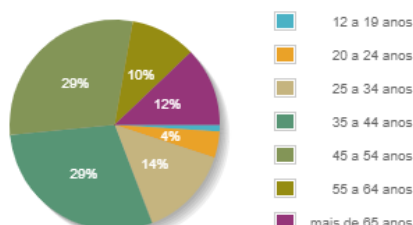
O último perfil do leitor da *Folha* analisado por Cristóvão (2012) data o ano de 2007 e se tratava, portanto, do jornal *Folha de São Paulo* em sua versão impressa. Levando em conta que o foco do presente trabalho é a análise do jornal *Folha de São Paulo* em sua versão digital, opta-se por trazer o último perfil do leitor disponibilizado pela *Folha*, o do ano de 2018. Atentemo-nos:

Figura 3 – Perfil do Leitor**sãopaulo****Circulação**Distribuição
Grande São PauloExemplares
Domingo: 336.833

Exemplares: IVC Dezembro/2019

PERFIL DO LEITOR**Grande São Paulo**

Dos 549.000 leitores da Folha aos domingos (Impresso - Somente Gde. São Paulo)

Classe econômica**Sexo****Faixa Etária****Fonte:** Captura de tela site Folha de São Paulo (2018).

A partir dos gráficos apresentados sobre o perfil do leitor do jornal *Folha de São Paulo*, pode-se constatar uma heterogeneidade e diversidade presentes nos dados acerca de classe econômica, sexo e faixa etária, contudo, optamos por nos deter e dar destaque às maiores porcentagens, as quais consideramos as mais significativas. Podemos observar que há uma maioria de leitores masculina com 62%, ou seja, mais da metade. Sendo a classe econômica de leitores que consome a *Folha* a Classe B, a classe média, com 46%, seguida da classe C, com 38%. A faixa etária mais numerosa de leitores engloba as idades de 35 a 54 anos. Dado tal perfil: um público majoritariamente masculino de classe média de 35 a 54 anos, entendemos que há possibilidade de se intencionar favorecer os interesses desse público.

Tais interesses vão na direção de privilegiar e favorecer um grupo que têm acesso a determinadas estruturas de poder e privilégios dentro da sociedade machista-patriarcal-capitalista contemporânea brasileira, levando em conta que são, em sua grande maioria, homens, não pertencentes à classe econômica mais favorecida da sociedade, mas próprios a uma classe que tem acesso a um capital e a uma série de privilégios graças a esse capital.

Estão, portanto, em uma posição favorecida por dois fatores, o econômico, o pertencimento a uma classe média, ou mesmo classe média alta, e devido ao fato de serem

homens que possuem acessos que, à primeira vista podem parecer invisíveis e abstratos, mas efetivamente existem e que vão implicar em privilégios dentro do tecido social.

5 ANÁLISE DOS DADOS

Nessa seção, apresentamos os dados obtidos em nosso *corpus*, de forma a desenvolver a discussão proposta nesta pesquisa por meio da análise de excertos que tratam a temática do feminismo, presentes no jornal *El País* e no jornal *Folha de São Paulo*, nos detendo nas questões lexicais decorrentes da tradução nesses periódicos.

A título de organização, diante de cada excerto haverá a indicação da fonte de consulta – *El País* por meio da sigla EP, e *Folha de São Paulo* pela sigla FSP –; entre parênteses indicaremos a que parte do texto se refere: a manchete, indicada pela letra (M), a linha fina i pela sigla (LF) e o corpo do texto pela sigla (CT), seguida do ano de sua publicação. Em se tratando do texto de partida, a sigla correspondente será TP, e, em se tratando do texto de chegada, a sigla correspondente será TC. Esses dados serão separados por vírgula. Dessa forma, por exemplo, a marcação TP8 (M), EP, 2021 corresponde ao oitavo texto de partida do nosso *corpus*, sendo a parte analisada a manchete do jornal *El País*, e 2021 o ano de publicação.

Fonte: Hurtado Albir (2001, p. 269, tradução nossa).

Conforme descrito anteriormente no capítulo de Estudos do Léxico, neste trabalho será utilizada a nomenclatura “lexia” ou “unidade lexical” para designar as diferentes acepções que uma palavra pode adquirir no discurso e, para assinalar os significados que estão cristalizados a respeito desses vocábulos no sistema, recorreremos, quando necessário, aos seus “lexemas” dicionarizados.

A análise dos excertos selecionados tem a seguinte configuração:

Quadro 3 — Demonstração da análise

Indicação da fonte de consulta – *El País* [EP] / *Folha de São Paulo* [FSP].
Texto – Localização da unidade lexical no texto: Manchete [M] / linha fina [LF] / corpo do texto [CT] + ANO [2019-2021].
Texto – Fonte - texto de partida [TP] / texto de chegada [TC].
Identificação das técnicas tradutórias [Compensação, Amplificação, Elisão e Modulação, Generalização].
Análise do léxico nos excertos.
Análise comparativa das fontes.

Fonte: elaborado pela autora.

5.1 Análises do jornal *El País*

TEXTO 1

Excerto 1

TP1 (M) EP 2021 *Las Tesis, autoras de ‘Un violador en tu camino’, lanzan un manifiesto feminista*

TC1 (M) EP 2021 O coletivo feminista *Las Tesis* publica manifesto dias antes do 8 de março: ‘*Quemar el miedo*’ (grifo nosso)

Na tradução da manchete acima, podemos constatar diferentes técnicas tradutórias. A primeira é a amplificação, ao acrescentar “o coletivo feminista” ao início da manchete para explicar do que se trata *Las Tesis*. Tal acréscimo pode ter sido motivado por, presumivelmente, se tratar de uma informação desconhecida pelo leitor brasileiro. Essa adição é característica da tradução em geral e, principalmente, da tradução jornalística. Na tradução da informação, devido às necessidades informativas do meio receptor e do novo público leitor, ao novo contexto sociocultural, faz-se necessário um ajuste do texto para adequá-lo a esse novo contexto de recepção.

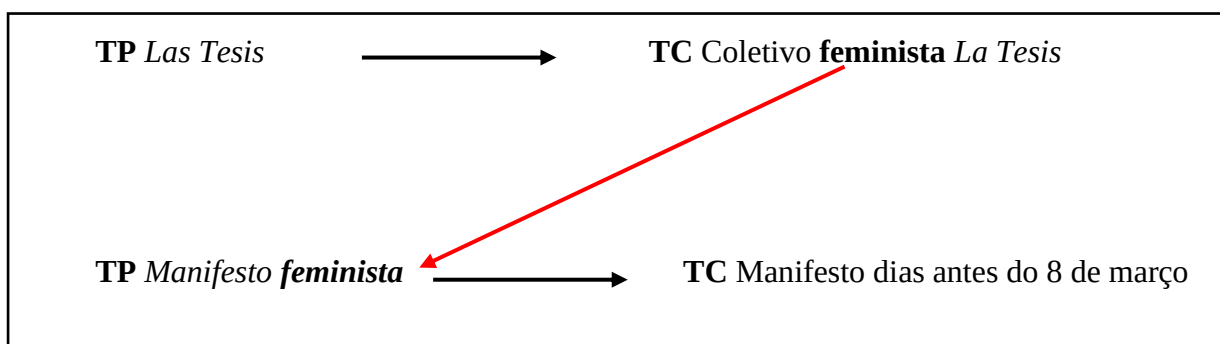
A segunda técnica que pode ser identificada é a elisão de “*autoras de ‘Un violador en tu camino’*”. Tal elisão é significativa, pois a performance *Un violador en tu camino* se tornou um hino feminista mundial, que protesta sobre a violência contra a mulher, denunciando a violência machista sofrida pelas mulheres. Elidiu-se, portanto, um fenômeno global e multitudinário importante para o movimento feminista, apagando, dessa forma, uma ação expressiva do protagonismo feminino.

Na continuação da manchete, identificamos uma compensação, ao realocar unidades lexicais que, *a priori*, se encontravam no corpo do texto: “dias antes do 8 de março: ‘*Quemar el miedo*’”. Tal modificação é relevante, pois, o dia 8 de março é um marco importante na luta feminista, mundialmente conhecido como o Dia Internacional da Mulher. Dessa forma, é expressivo que se diga, já desde a manchete, que inicia a notícia, que a publicação de um novo manifesto foi realizada dias antes do dia internacional da mulher. Do ponto de vista lexical, se localiza a lexia “feminista” em grupos diferentes: “*Las Tesis*” no texto de partida se torna “coletivo feminista” na tradução, “*manifiesto feminista*” se traduz no texto de chegada para “manifesto dias antes do 8 de março”.

Tais escolhas lexicais, feitas na tradução, preservam o sentido, no caso de “coletivo feminista”, e tal escolha lexical foi uma maneira de explicar para o leitor brasileiro do que se trata “*Las Tesis*”, processo muito comum nas traduções. Já na tradução de “*manifiesto feminista*”

por “manifesto dias antes do 8 de março”, remete-se à lexia “feminista”, mas não em sua completude, nem na mesma posição, uma vez que é sabido que o dia 8 de março é marcado por uma militância feminista, porém, deixa de se adjetivar “manifesto”. No entanto, tal marcação foi feita, na tradução, na lexia “coletivo”, de modo que o sentido se mantém, porém, realizado de maneiras diferentes nos textos, atentemo-nos:

Figura 4 – Detalhamento da análise



Fonte: elaborado pela autora.

Excerto 1.2

TP1 (LF), EP, 2021 *El libro del grupo de **artistas chilenas** se distribuirá simultáneamente el 3 de marzo a ambos lados del Atlántico* (grifo nosso)

TC1 (LF), EP, 2021 O grupo de **quatro artistas chilenos** publica **um pequeno livro** que disseca o patriarcado e explica sua visão feminista por meio da arte (grifo nosso)

No excerto **TP1 (LF), EP, 2021** - **TC1 (LF), EP, 2021**, podemos perceber uma amplificação no acréscimo de “um pequeno livro”, ou seja, a introdução de itens lexicais que não estavam presentes no texto de partida. Pode-se notar que o efeito que tal inserção causa é o de uma diminuição do trabalho dessas artistas, principalmente devido ao uso do diminutivo “pequeno” para se referir ao trabalho feito pelas mulheres, partindo do entendimento de que tal lexia possui uma carga semântica depreciativa, conforme atesta o dicionário *Houaiss*:

PEQUENO

adjetivo

1 pouco extenso <cozinha p.>

2 que tem pouco volume <embrulho p.>

3 que tem tamanho reduzido <carro p., cadeira p.>

- 3.1 diz-se de quem tem estatura abaixo da média <mulher p.>
 4 de quantidade reduzida <um jornal de p. tiragem> <pediu uma porção p. de batata frita>
 5 p.ext., fig.(da acp. 3) criança <gostava de jogar bola quando era p.>
 6 fig. que não representa valor apreciável <era um salário p.>
 7 fig. que não possui riqueza nem alta posição social <p. produtor agrícola>
 8 fig. que não tem amplitude nem grandeza; acanhado, insignificante, mesquinho <era um amor muito p. para incendiar seu coração>
 9 fig. que demonstra humildade ou sentimento de inferioridade por respeito, idolatria ou medo <fazia-se p. perto do soberano>

Há também a alteração do gênero das artistas em questão. A motivação em representar uma classe que possui um alto nível de estima, artistas, com o uso do morfema masculino **-os**, e não feminino **-as**, mesmo estes sendo referentes às mulheres, pode-se dever à dominância histórica masculina em diferentes campos ou áreas, visto que, desde a gênese do patriarcado, a sociedade e as mulheres devem servir aos interesses masculinos, o que, por sua vez, contribui para um apagamento do protagonismo feminino. Identificamos, portanto, a técnica de tradução generalização ao utilizar o morfema masculino **-os**. Tal apagamento de gênero também pode ter se dado em função de um erro digitação, que não tenha sido necessariamente proposital, mas que, independentemente de não ser proposital, teve como efeito de sentido o apagamento do gênero das artistas retratadas na notícia.

TEXTO 2

Nos excertos que se seguem, podemos notar a utilização da técnica de tradução compensação, ou seja, houve a substituição de “*mujer con el pelo más odiado*” por “mais perseguida”. A informação de que ela é perseguida está descrita no corpo do texto, e foi realocada na manchete, além disso, na manchete foi acrescentado o advérbio de intensidade “mais”. Dessa forma, o foco do texto de partida, que era originalmente o seu cabelo, passa a ser, na tradução, o fato de ser perseguida pelo Irã.

Excerto 2

TP2 (M), EP, 2021 *La mujer con el pelo más odiado de Irán* (grifo nosso)

TC2 (M), EP, 2021 A jornalista mais **perseguida** do Irã (grifo nosso)

Masih Alinejad é representada, por meio do léxico, de formas distintas nas manchetes no texto de partida e na sua respectiva tradução. No primeiro, observando as lexias “*la mujer con el pelo*”, podemos perceber que a mulher é representada a partir de seu cabelo: ela é a mulher com o cabelo mais odiado do Irã. Já na tradução desse mesmo trecho, a partir da observação do uso das unidades lexicais “**jornalista mais perseguida**”, pode-se observar que há uma mudança na representação, uma vez que agora ela passa a ser retratada por sua profissão (jornalista), isto é, não é mais apresentada a partir de seu cabelo ou pelo fato de ser mulher.

A representação de Masih Alinejad a partir de seu cabelo, revela, implicitamente a ideologia machista e patriarcal que perpassa o uso de tais lexias que, por sua vez, contribuirão para a construção de um discurso androcêntrico. Vale ressaltar que a notícia foi escrita por uma jornalista mulher, o que nos indica que, inseridas em uma sociedade machista, até mesmo as mulheres estão sujeitas a reproduzirem o machismo estrutural. Além disso, devem ser considerados outros dois fatores na análise: primeiro, o fato de que se trata de uma manchete — que se configura como “a porta de entrada” para uma notícia e se constitui como a fonte de informação de muitos leitores, já que estes podem restringir sua leitura somente a esses tópicos — e, segundo o meio em que tais informações estão circulando, o midiático, que possui significativo impacto e projeção social.

Assim sendo, como tecemos anteriormente em nossas considerações teóricas, se uma manchete assume o papel de um ponto de ancoragem ou um contexto superior em torno do qual o texto é organizado, então manchetes podem afetar a compreensão do leitor sobre a notícia e o sentido dos enunciados.

TEXTO 8

Excerto 3

TP8 (M), EP, 2021 *El feminismo latinoamericano confía en los tribunales para abrir camino al aborto* (grifo nosso)

TC8 (M), EP, 2021 América Latina confia nos tribunais para abrir caminho ao aborto

Na tradução da manchete acima, podemos observar a elisão das unidades lexicais “*El feminismo*”, que encabeçava a manchete em questão. “*El feminismo*”, no início da oração, no texto de partida, vem acrescido do qualificador *latinoamericano*, que é elidido na tradução para o português, em que se trata do nome próprio, um topônimo, América Latina e não mais sobre o feminismo latino-americano. Esse processo origina uma generalização e um apagamento.

No texto de partida, optou-se por utilizar a lexia “*latinoamericano*”, ou seja, como um adjetivo de “*feminismo*”, enquanto no texto de chegada, isto é, na tradução, tal unidade lexical mudou de posição sintática, transformando-se em substantivo, deixando de exercer uma função qualitativa e passando à posição de sujeito, referindo-se, portanto, nessa nova manchete, à porção do continente americano e não mais sobre um movimento latino-americano.

A manchete do texto traduzido para a língua portuguesa tem como sujeito América Latina e não mais o feminismo latino-americano, como no texto de partida. Evidentemente, tratar sobre a América Latina é fundamentalmente distinto de tratar acerca do feminismo latino-americano. O sujeito, e consequentemente, o foco da oração passam a ser outros, num processo de generalização. O agente da frase deixa de ser um movimento político-social de protagonismo feminino e passa a ser uma região do continente americano — um conceito linguístico-geográfico — que é tida como homogênea, coesa e uniforme.

Devido à elisão realizada na manchete do texto de chegada, pode-se entender que a América Latina, como um todo, confia nos tribunais para abrir caminho ao aborto, o que não se configura na informação tratada no texto de partida, que aborda a confiança do feminismo latino-americano nos tribunais para abrir caminho ao aborto. A exclusão de tal lexia transforma a informação e também como essa será lida e interpretada pelos leitores brasileiros.

A elisão realizada parece ter sido motivada pelo direcionamento a um novo público leitor, os brasileiros e, ainda que pertença ao mesmo jornal, *El País*, o *El País Brasil* possui uma diferente linha editorial que, por sua vez, sofre interferências políticas, sociais, econômicas, ideológicas e mercadológicas, levando em conta que a informação gerada deve responder às expectativas da audiência local e aos interesses dos grupos de comunicação.

O efeito de sentido produzido ao excluir da manchete a lexia “*feminismo*” é o de apagamento e invisibilização de tal movimento das mulheres e de uma causa importante e de grande relevância dentro do movimento feminista, o aborto. Dessa forma, pode-se entender que tal elisão contribui para a formação e perpetuação do discurso androcêntrico construído, e ainda em construção, pelos meios de comunicação.

Na tradução da linha fina do mesmo texto, podemos ver o revés da questão, o acréscimo da informação que foi elidida na tradução da manchete, o movimento feminista:

Excerto 3.2

TP8 (LF), EP, 2021 *La despenalización de la interrupción del embarazo en México abre una vía en una región donde las mujeres aún son encarceladas o se arriesgan a morir por una legislación punitiva* (grifo nosso)

TC8 (LF), EP, 2021 Despenalização da interrupção da gravidez no México **insufla otimismo às feministas** em uma região onde as mulheres ainda são presas e se arriscam a morrer por uma legislação punitiva (grifo nosso)

Na linha fina do texto de partida, discorre-se que a despenalização da interrupção da gravidez “*abre una vía*”, enquanto, na tradução deste mesmo excerto, a despenalização da interrupção da gravidez “insufla otimismo” às feministas. Na manchete, trata-se de **esperança**, já na linha fina trata-se de **otimismo**. O primeiro trata de um sentimento e o último de um comportamento. Segundo o dicionário *Houaiss* (2009):

CONFIANÇA

substantivo feminino

Sentimento de quem confia, de quem acredita na sinceridade de alguém

OTIMISMO

substantivo masculino

Comportamento de quem sempre busca ver o lado bom em tudo e em todos, ainda que esteja em situações ruins ou complicadas.

Tal acréscimo pode-se ser interpretado como uma visibilização do movimento, e, portanto, uma representação positiva do gênero feminino. No entanto, o fato de que se apagou tal lexia da manchete, realocando-a à linha fina, atribui menos destaque à questão feminista, e, por esse motivo, entendemos que essa realocação sugere um duplo apagamento, dado que a linha fina possui menos visibilidade que a manchete.

TEXTO 11

Excerto 4

TP11 (LF), EP, 2021 *El músico ha sido declarado culpable de abuso sexual y crimen organizado por hechos que se remontan a los noventa. El caso cuestiona el trato a las mujeres afroamericanas en EE. UU.* (grifo nosso)

TC11 (LF), EP, 2021 Músico **foi condenado** por abuso sexual e crime organizado por fatos que remontam aos anos noventa. O caso questiona o tratamento às mulheres afro-americanas nos EUA (grifo nosso)

Na tradução da linha fina no excerto acima, podemos identificar uma modulação, devido às escolhas lexicais “*culpable*” e “condenado”, pois, estas aportam diferentes matizes de sentido à oração, o que pode ser comprovado a partir do dicionário *Houaiss*:

CULPADO

substantivo masculino

Quem cometeu algum ato criminoso ou infringiu a lei dolosa ou culposamente.

Quem tem culpa, responsabilidade por um mal ou dano causado a outrem.

Quem provocou, por ação ou omissão, algo desastroso.

CONDENADO

substantivo masculino

Pessoa que sofreu algum tipo de condenação; que foi anunciado ou declarado como culpado.

Ao afirmar, na linha fina do texto de partida, que o músico foi de fato declarado culpado, enfatiza-se a responsabilidade do criminoso, o que contribui para a visibilização do crime de gênero e do criminoso enquanto sujeito responsável pelo crime.

Já o texto de chegada anuncia alguém como condenado, porém, ainda que haja o anúncio ou a declaração de condenação, esta pode ser revogada ou contestada. Ou seja, ao optar, na tradução, por utilizar a lexia “condenado” – que aporta diferentes matizes de sentido ao texto – constrói-se outra representação do tema, isto é, o revés da questão, atenuando a atribuição do crime ao algoz e apagando a visibilização enquanto um crime de gênero, construída, *a priori*, no texto de partida.

Chamamos a atenção para o fato de que, ainda que o efeito de sentido causado tenha sido o de apagamento de um crime de gênero, tal escolha tradutória pode ter se dado por um motivo de naturalidade, uma vez que *declarado culpable* é uma estrutura mais comum no espanhol e “condenado” uma estrutura mais comum no português.

TEXTO 16

Outras mudanças de ponto de vista ou enfoque, podem ser observadas nos excertos a seguir. Vejamos:

Excerto 5

TP16 (LF), EP, 2021 *Casi 15.000 personas firmaron una petición para cerrar la fraternidad Phi Kappa Psi de la Universidad de Kansas **tras una violación** el pasado septiembre. La presión social cerca de las asociaciones estudiantiles sospechosas de encubrir casos de **abuso sexual*** (grifo nosso)

TC16 (LF), EP, 2021 Quase 15.000 pessoas assinaram uma petição pelo fechamento da Phi Kappa Psi, da Universidade do Kansas, **após um caso de violência sexual** em setembro. A pressão social cerca os grêmios estudantis suspeitos de acobertar **abusos** (grifo nosso)

Na modulação acima, percebemos o uso de “violência sexual” proposta como tradução para “violación”. É pertinente trazermos essa proposta de tradução para a análise, pois, o *Manual de Tradução e Redação do jornal El País* (Pessuto, 2020) apresenta a orientação para traduzir “violación” por “estupro” ou “violência sexual”, porém, esses dois possíveis usos indicados pelo Manual possuem matizes de sentido diferentes como discutiremos a seguir.

A violência sexual é definida pela OMS (2018) como

todo ato sexual, tentativa de consumir um ato sexual ou insinuações sexuais indesejadas; ou ações para comercializar ou usar de qualquer outro modo a sexualidade de uma pessoa por meio da coerção por outra pessoa, independentemente da relação desta com a vítima, em qualquer âmbito, incluindo o lar e o local de trabalho.

Notamos, nessa tipificação, uma gama ampla de fatos que se enquadram nesse conjunto de ações. A unidade lexical *violación*, segundo o *Diccionario da Real Academia Española*, é definida como “*tener acceso carnal con alguien en contra de su voluntad*”, em uma tradução livre: ter acesso carnal com alguém contra sua vontade, ou seja, o estupro. No texto em questão, se tratava efetivamente de um estupro, e utilizar “violência sexual” pode, de certa forma, contribuir, por meio da escolha lexical, para atenuar o crime cometido. Desse modo, entende-se a tradução da lexia “violación” por “violência sexual” como uma atenuação, razão pela qual categorizamos como modulação.

TEXTO 17

Excerto 6

TP17 (M), EP, 2021 *El feminicidio de Úrsula Bahillo pone en la mira a la policía argentina*

TC17 (M), EP, 2021 **Denunciou o companheiro 18 vezes e foi assassinada.** O feminicídio que coloca a polícia argentina na mira (grifo nosso)

TP17 (LF), EP, 2021 “¿Ahora qué mujer va a denunciar? Si Úrsula puso 18 denuncias y la mataron”, dice la madre de Araceli Fulles, asesinada en 2017

TC17 (LF), EP, 2021 Morte de Úrsula Bahillo, esfaqueada pelo policial Matías Ezequiel Martínez, reacende protestos contra falhas na proteção das vítimas e impunidade dos agressores. “Que mulher vai denunciar agora?”

Podemos notar, nos trechos supracitados, a utilização da compensação, a partir da mudança de posicionamento da informação, por meio das unidades lexicais “denunciou o companheiro 18 vezes e foi assassinada” que passou da linha fina do texto de partida em espanhol, para a tradução da manchete do texto de chegada em português. O foco passou de somente “*El feminicidio de Úrsula Bahillo*” para o fato de que, mesmo denunciando 18 vezes, ainda assim foi assassinada. O efeito de sentido que tal modificação produz é o de dar ênfase à justiça falha no que tange à atuação dos órgãos responsáveis sobre as denúncias e assim evitar que tal crime ocorra reiteradas vezes. O que pode ser comprovado também a partir de outros trechos do texto:

Excerto 6.1

TC17(CT), EP, 2021 “Um agressor não pode ser protegido pela mesma força que tem que puni-lo”, diz Ada Rico, líder da ONG Casa do Encontro, pioneira na produção de estatísticas sobre feminicídios na Argentina.

TC17(CT), EP, 2021 Rico alerta que para as mulheres agredidas é muito difícil dar o passo de denunciar e a dificuldade aumenta se o acusado for um policial, pois com frequência seus colegas o encobrem. Em uma das vezes em que Bahillo foi denunciá-lo na delegacia da mulher, não tomaram seu depoimento porque era fim de semana. Deram uma licença psiquiátrica para Martinez.

Dessa forma, deu-se destaque ao fato e, conseqüentemente visibilidade, à precariedade do sistema de denúncia que não opera adequadamente, dado que falhou com a vítima múltiplas vezes, e dessa forma falhou em evitar sua morte, deixando de salvar a vítima diante da possibilidade de fazê-lo.

Nota-se, a partir de tais informações, que as violências são corroboradas por estruturas que permitem que continuem acontecendo e se perpetuando, no caso em questão a polícia. Há, desse modo, uma espécie de pacto narcísico entre os homens que se protegem. No caso do assassinato de Úrsula, não foram tomadas providências quanto às denúncias, pois o assassino pertencia à polícia e foi assim protegido por seus companheiros de trabalho, fato este que a própria notícia em questão aborda. Esse fato é corroborado no texto, semanticamente, pela associação das unidades lexicais “proteção”, “encobrimento”, “impunidade” e “agressor”.

TEXTO 21

Excerto 7

TP21 (M), EP, 2021 Silvia Labayrú, sobreviviente de la dictadura argentina: “*Se violó a las mujeres de forma sistemática*” (grifo nosso)

TC21(M), EP, 2021 Silvia Labayrú, sobrevivente da ditadura argentina: “**Mulheres foram sistematicamente estupradas**” (grifo nosso)

Na tradução da manchete acima, podemos identificar a técnica modulação, que se deu a partir da alteração das ordens dos elementos na frase, o que também ocasionou uma alteração sintática.

Na manchete do texto de partida, “mulheres” é objeto da oração “*impersonal refleja*”, colocando-as, dessa forma, em segundo plano. Já na tradução, “mulheres” inicia a oração e passa de objeto a sujeito da passiva, ganhando evidência. Tal modificação dá destaque ao fato de que são as mulheres que são estupradas, dado que tal lexia inicia a oração. O efeito de sentido causado por tal modificação é o de visibilização das violências de gênero e dos crimes de gênero realizados durante a ditadura militar argentina contra as mulheres.

Devemos levar em conta também, além desses elementos, o fator que as formas de expressão de “impessoalidade” mais usadas no português e no espanhol são diferentes. Na língua espanhola, a passiva sintética e a “*impersonal refleja*” são mais frequentes que a passiva analítica, mais recorrente na língua portuguesa. Também destacamos que o *Manual de*

Tradução do El País aponta que o idioma espanhol faz uso corriqueiro do sujeito indeterminado e recomenda “enfaticamente sua transformação na voz passiva” (p. 37). Dessa forma, ponderamos que tal modificação na tradução pode ter se dado por esses motivos.

Excerto 7.1

TP21 (LF), EP, 2021 *Esta argentina celebra la condena a 20 años de cárcel del ex oficial de inteligencia que la forzó a ser su esclava sexual y de su esposa y confía en que otras víctimas se animen a denunciar* (grifo nosso)

TC21 (LF), EP, 2021 **Vítima** comemora a condenação a 20 anos de prisão do ex-oficial de inteligência que a tratou como escrava sexual, com a esperança de que mais vítimas denunciem os abusos (grifo nosso)

Já na linha fina deste mesmo texto, pode-se observar um tratamento diferente acerca de Silvia Labayrú: no texto de partida, ela é retratada de forma generalizada, como “*esta argentina*”, enquanto na tradução ela é a “vítima”. Desta forma, existe um processo de particularização. A tradução de “*esta argentina*” por “vítima” configura-se em uma particularização, conforme atesta o dicionário *Houaiss*:

VÍTIMA

substantivo feminino

Animal ou indivíduo morto em sacrifício aos deuses.

[Figurado] quem sofre por culpa sua ou de outrem: vítima da fome, da tristeza.

Pessoa que foi ferida, torturada e morta por outra.

[Jurídico] **Pessoa que é alvo de uma ação criminosa.**

Quem sofre acidente, desastre, desgraça ou calamidade: vítimas do incêndio.

Quem está sujeito a ações ruins, maus-tratos, mandos e desmandos, opressão.

Quem se entrega aos vícios ou por eles é sucumbido: vítima do álcool.

[Por Extensão] aquilo que sofre dano ou prejuízo: vítimas do fanatismo. (grifo nosso)

O efeito de sentido que tal modificação provoca é o de visibilização dos crimes de gênero que sofreu, e sobreviveu, pelo fato de ser mulher. A utilização da lexia “vítima” elucida que Sylvia Labayrú sofreu por ações de outrem, nesse caso de um homem, o ex-oficial de inteligência. Assim, não só o uso, como a explicitação do componente semântico existente em determinadas unidades do léxico, sugere maior visibilidade das opressões às quais as mulheres estão submetidas na sociedade.

Foram analisados, portanto, dez excertos do jornal *El País*. Nesses excertos, a partir da análise das técnicas de tradução utilizadas e das mudanças lexicais ocorridas nessas traduções, com base na observação dos efeitos de sentido provocados, pudemos notar a ocorrência de seis apagamentos das questões relativas à representação do gênero feminino e seis visibilizações do mesmo fenômeno.

5.2 Análise do jornal *Folha de São Paulo*

TEXTO 6

Nos excertos a seguir, podemos observar o uso de duas técnicas de tradução concomitantes, a compensação e a modulação. Nota-se que as informações da manchete **TP6 (M), FSP, 2019** passaram à linha fina **TC6 (LF), FSP, 2019** e as informações da linha **TP6 (LF), FSP, 2019** passaram à manchete **TC6 (M), FSP, 2019**.

Vejamos:

Excerto 8

TP6 (M), FSP, 2019 *Itamaraty* orienta diplomatas a frisar que gênero é apenas sexo biológico (grifo nosso)

TC6 (LF), FSP, 2019 *Exteriores pide a diplomáticos que destaquen que género se refiere a sexo biológico* (grifo nosso)

TP6 (LF), FSP, 2019 Guerra do governo a 'ideologia de gênero' chega à política externa; ministério cita retomada da 'definição tradicional' (grifo nosso)

TC6 (M), FSP, 2019 *La guerra del Gobierno de Brasil contra "la ideología de género" llega a la política exterior* (grifo nosso)

O primeiro fator a se observar, na tradução do texto supracitado, é o fato de que a manchete do texto de chegada (espanhol) não é a tradução da manchete do texto de partida (português), mas sim a tradução da linha fina. Dessa forma, ao optar por não traduzir a manchete, mas sim a linha fina, e a realocar, para o lugar de manchete, a informação presente na linha fina, pode-se entender que se objetivava direcionar o destaque para a “guerra do Governo do Brasil a ideologia de gênero” e colocar, em segundo plano, o fato que diplomatas querem frisar que gênero se refere a sexo biológico. Tal mudança parece ter sido motivada em

função do direcionamento a uma nova audiência e, conseqüentemente, um novo contexto sociocultural.

Neste novo redirecionamento da informação, percebemos uma explicitação, por meio das unidades lexicais “*guerra*” e “*contra*”, da postura do governo brasileiro sobre a ideologia de gênero, que passa agora a envolver a política externa brasileira, fato que evidencia a necessidade do governo brasileiro (2018-2022) em estabelecer uma oposição à questão. Tal postura é reforçada pelo tradutor ao alçar tal informação à posição de manchete, elemento primeiro na notícia a ser acessado pelo leitor. Encaramos tal fato como um indício da manifestação dos posicionamentos ideológicos do tradutor.

O segundo fator que se pode notar é a mudança do enfoque na tradução de “apenas” por “*se refiere a*”, nos segmentos “gênero é apenas sexo biológico”, traduzido por “*género se refiere a sexo biológico*”. A unidade lexical “apenas” possui um sentido mais restritivo que o uso de “*se refiere a*”, como observamos na definição do dicionário *Houaiss*:

APENAS

advérbio

De uma maneira exclusiva; que tem capacidade para excluir os demais; somente, exclusivamente ou unicamente: referia-se apenas ao companheiro de quarto.

Em que há obstáculo ou dificuldade; de um modo penoso; a custo.

Dessa forma, ao optar-se por utilizar a lexia “apenas” restringe-se a definição de gênero enquanto somente sexo biológico. Definição esta condenada fortemente, há anos, pelos estudos e pelo movimento feminista, dado que o termo “sexo”, implicitamente, associa gênero ao determinismo biológico e, na contemporaneidade, entende-se a importância do caráter fundamentalmente social do “gênero”, uma vez que esse coloca ênfase sobre o sistema de relações que pode incluir sexo, mas que não é diretamente determinado por ele, compreendendo “gênero” como uma dimensão da cultura por meio do qual o sexo se expressa, e que é por meio do gênero que o sexo aparece sempre vinculado ao poder.

TEXTO 7

Excerto 8

TP7 (M), FSP, 2016 Pela primeira vez desde 1960 —quando não havia uma única senadora no país, o plenário do Senado terá um banheiro feminino

TC7 (M), FSP, 2016 *Por primera vez desde 1960, cuando aún no había ninguna **mujer** senadora en el país, el recinto de la Cámara de Senadores tendrá un baño femenino* (grifo nosso)

No excerto acima, podemos detectar o uso da técnica amplificação na inserção da lexia “*mujer*”. O acréscimo de tal lexia reforça o gênero da lexia “*senadora*”, contribuindo para a visibilização do espaço que, pela primeira vez, poderá ser ocupado por uma mulher.

TEXTO 8

Excerto 9

TP8 (M), FSP, 2021 Por que o *queernejó*, a promessa de um sertanejo gay, **nunca chegou a decolar** (grifo nosso)

TC8 (M), FSP, 2021 *El queernejó y los vaqueros que **reivindican** su lugar en el mercado de la música* (grifo nosso)

Na tradução da manchete, podemos identificar a utilização de duas técnicas de tradução, a compensação e a modulação. A manchete do texto de partida trata do gênero a partir de uma perspectiva negativa, uma promessa de um sertanejo gay que nunca chegou a decolar. Ou seja, o retrata a partir de seu fracasso.

Já na manchete do texto de chegada, podemos observar outros matizes de sentido a partir das escolhas lexicais. Nessa manchete, optou-se por apresentar o gênero musical e caracterizá-lo a partir da reivindicação do seu lugar no mercado da música. A lexia “*reivindicar*”, segundo o *Diccionario de la Real Academia Española*, significa:

REIVINDICAR

1. tr. Reclamar algo a lo que se cree tener derecho.
2. tr. Argumentar en favor de algo o de alguien. *Reivindicó la sencillez en el arte.*
3. tr. Reclamar para sí la autoría de una acción.
4. tr. Der. Reclamar o recuperar alguien lo que por razón de dominio o, cuasi dominio u otro motivo le pertenece.

A manchete do texto de chegada aporta, portanto, matizes mais positivos quando comparada à manchete do texto de partida. Tais matizes podem ser percebidos, por exemplo, por meio da utilização da lexia “*reivindican*”, que está associada a uma perspectiva mais

favorável da questão, uma vez que aborda o empenho por parte do *queernejó* para conquistar seu lugar no mercado da música.

Excerto 9.1

TP8 (LF), FSP, 2021 Relação histórica do gênero com a cultura hétero, falta de patrocínio e preconceito estão entre os motivos

TC8 (LF), FSP, 2021 *Los artistas LGBT se afianzan en el 'country' brasileño, pero sufren la resistencia de un **mercado aún conservador y asociado al bolsonarismo** (grifo nosso)*

Na tradução da linha fina, podemos destacar duas técnicas, a amplificação e a compensação. Essa tradução em questão parece ter sido motivada pelo direcionamento a um novo público leitor e a necessidade de explicação acerca do cenário e contexto brasileiro. A informação é, portanto, reescrita para uma nova audiência, adaptada a seus interesses, há, por conseguinte, uma mediação intercultural para os novos leitores. Neste caso, especificamente para explicar o que seria o *queernejó*, descrito como o “*country brasileño*” feito por artistas LGBTQIA+.

No caso da compensação, a informação que foi realocada foi a de que este novo gênero musical sofre resistência de um mercado ainda conservador e impactado pelo bolsonarismo e pelo governo Bolsonaro (2018-2022), informação esta que previamente estava no corpo do texto e que não está presente na linha fina no texto de partida, e que ao ser alçada a posição de linha fina, portanto, ao início da notícia em uma posição de destaque, realça e dá ênfase a tal informação. No texto de partida, tal informação se encontrava no corpo do texto da seguinte forma:

Excerto 9.2

TP8 (CT), FSP, 2021 “As grandes figuras do gênero, como Gustavo Lima, são próximas do bolsonarismo, o que afasta o sertanejo dos LGBTs, que valorizam uma cultura cosmopolita, onde eles encontram liberdade até para performar sua sexualidade”, afirma.

Tal modificação pode ser motivada por se tratar de um novo público leitor e um novo contexto sociocultural em que tal notícia virá a circular, o que permitiria alterações como associar, desde o início da notícia, o bolsonarismo ao conservadorismo, respondendo, desse modo, às expectativas da audiência local e aos interesses (econômicos, políticos, ideológicos...) do meio em que circula. O que indica um viés ideológico por parte do tradutor e,

consequentemente, na notícia, por meio de tais inserções lexicais, contribuindo, assim, para criar um discurso que se configura a partir de vieses semânticos e ideológicos diferentes daqueles pretendidos anteriormente. Na linha fina do texto de chegada, o foco foi a “relação histórica do gênero com a cultura hétero, falta de patrocínio e preconceito estão entre os motivos”, a associação que se fez foi com a falta de patrocínio e o preconceito, enquanto a tradução associou outros referentes, o conservadorismo e, em especial, o bolsonarismo.

TEXTO 9

Excerto 10

TP9 (LF), FSP, 2021 Casada por 10 anos com deputado afirma que levou 'soco' e 'pontapé' e que foi coagida para mudar versão; **ele diz ter sido absolvido e fala que novas declarações são requentadas** (grifo nosso)

TC9 (LF) – FSP, 2021 *Casada durante 10 años con el diputado, mantiene que le propinó 'puñetazos' y 'patadas', y fue obligada a cambiar su versión*

A técnica que se pode notar acima é a elisão de um período inteiro: “ele diz ter sido absolvido e fala que novas declarações são requentadas”, neste caso, foi excluída a fala do agressor dando foco apenas à vítima e a sua fala.

Ao excluir a fala do agressor e manter a fala da vítima, além de contribuir para dar foco à vítima, também se confere voz e prioridade à sua versão, atribuindo, dessa forma, mais credibilidade, pois discorre a partir de seu ponto de vista, entendendo-o como mais fiável. O efeito de sentido que tal elisão produz é o de visibilização da vítima a partir do foco em seu relato e à exclusão da voz do agressor, o que contribui, assim, para enfatizar sua agressão e não seu algoz, atribuindo, dessa forma, evidência à violência machista perpetuada por homens.

Ao colocar a perspectiva do agressor no texto de partida, contribui-se para a deslegitimação da denúncia da vítima, principalmente pelo fato de que a fala do agressor e sua versão vão contra a fala da vítima, nega as acusações e as descredibiliza.

TEXTO 10

Excerto 11

TP10(M), FSP, 2020 **Calcinhaço' tem bate-boca e calcinha jogada em plenário de Assembleia sem deputada** (grifo nosso)

TC10(M), FSP, 2020 *Manifestantes cuelgan ropa interior femenina en la Cámara de Representantes de Mato Grosso do Sul* (grifo nosso)

A técnica de tradução que pôde ser identificada foi a modulação. Nesta tradução, optou-se por iniciar a manchete com as agentes do ato qualificando-as como “*manifestantes*”, enquanto no texto de partida o foco está no ato em si, que é denominado “Calcinhaço”, tal lexia, que se caracteriza como um neologismo, tem a opção de tradução em espanhol, que aparece no corpo do texto como “*Bragazo*”. Logo, ao optar por utilizar a lexia “manifestante”, ainda que possuindo uma opção em língua espanhola, ressaltou-se, dessa forma, o aspecto subversivo da mobilização das mulheres.

A expressão de um determinado conteúdo na manchete pode influenciar na interpretação do leitor, a definição, a compreensão e a importância que o leitor dá a tal dado. Na tradução, há também outra modulação ao tratar da peça de roupa “calcinha” por “*ropa interior femenina*”.

TEXTO 11

Excerto 12

TP11 (M), FSP, 2019 Política e ativismo transformam garotas brasileiras em líderes locais

TC11 (M), FSP, 2019 *Día Internacional de la Niña: la política y el activismo convierten a jóvenes brasileñas en líderes* (grifo nosso)

Na tradução acima, podemos reconhecer uma compensação, na qual se resgata uma informação contida no texto de partida e a alça à posição de manchete dando destaque ao “*Día Internacional de la Niña*”, o que contribui para visibilizar tal dia e consequentemente a mulher. Tal informação se encontrava no corpo do texto de partida. Vejamos:

Excerto 12.1

TP11 (CT), FSP, 2019 Nesta sexta-feira (11), Dia Internacional da Menina, data estabelecida pela ONU, em 2012, o primeiro deve começar a funcionar.

O mesmo ocorre na tradução da linha fina, no texto de partida, a focalização do “clube feminino” (reforçar a luta por igualdade de gênero), já no texto de chegada a ênfase é dada ao apoio da ONU. Na sequência do enunciado, há uma particularização por meio da inserção de “*sus vidas*”, uma vez que a discussão passa a enfocar a vida das jovens integrantes do grupo *Girl Up* (*jóvenes del país discuten sus vidas en evento Girl Up*) e não mais a luta pela igualdade de gênero, o que ocasiona um efeito de apagamento da questão discutida pelo clube.

Excerto 12.2

TP11 (LF), FSP, 2019 Modelo de clube de feminino se espalha pelo país; objetivo é reforçar luta por igualdade de gênero

TC11 (LF), FSP, 2019 *Con el apoyo de la ONU, jóvenes del país discuten sus vidas en evento Girl Up*

Na linha fina deste mesmo texto, podemos identificar a utilização de duas técnicas: a compensação e a modulação. No texto de partida, os pontos centrais são a criação de um modelo de clube feminino, sua ampliação pelo país e o objetivo deste clube, que é reforçar a luta por igualdade de gênero. Portanto, o foco, *a priori*, se encontrava na formação do clube feminino e em seu propósito, importante pauta feminista, a luta por igualdade de gênero. Já a tradução da linha fina não parte da linha fina do texto de chegada, mas se constrói a partir de informações do corpo do texto, focando em informações distintas das pretendidas inicialmente pela linha fina do texto de partida. O foco agora recai sobre o apoio da ONU e a discussão de suas vidas no evento “*Girl Up*”.

A diferença entre os textos reside no tratamento distinto que cada um elabora para o mesmo fato e o efeito de sentido que a utilização de determinadas lexias desencadeia, o que desloca o sentido do discurso que se constrói a partir delas, acarretando na mudança na forma como é feita a representação do gênero feminino e na viabilização da luta feminista.

No texto em português, se visibiliza a difusão do clube feminino e seu propósito relevante para o movimento feminista que este clube apresenta: luta por igualdade de gênero. Já a tradução opta por focalizar o apoio da Organização das Nações Unidas e a discussão das vidas das jovens em evento, as escolhas lexicais “discussão das vidas” generaliza de forma demasiada as pautas feministas e as coloca em um plano individual e menos político, pois, a

partir de tais escolhas, pode-se inferir que vão ser discutidos diferentes aspectos da vida das jovens e não trata das questões em um plano estrutural e político, ou seja, a discussão de pautas feministas como a luta por igualdade de gênero. A opção por “discussão das vidas” abarca uma posição mais genérica e menos politizada, o que contribui para a invisibilização das causas feministas.

TEXTO 12

Excerto 13

TP12(LF) – FSP, 2018 Estudo revela desigualdade social e econômica entre diferentes regiões de São Paulo

TC12(LF) – FSP, 2018 *De los 96 distritos de la ciudad, apenas en siete las mujeres ganan más*

Na tradução da linha fina em questão podemos detectar a técnica de tradução compensação. Observemos:

Excerto 13.1

TP12(CT) – FSP, 2018 Dos 96 distritos, só em sete as mulheres ganham mais. Curiosamente, em nenhum a renda entre gêneros é igual

A linha fina do texto de partida trata sobre estudo que revela a desigualdade social e econômica em diferentes regiões de São Paulo, porém não especifica de qual desigualdade social e econômica se trata, exclui que se refere à desigualdade social e econômica no recorte de gênero. Ou seja, apaga o tratamento acerca da questão, o que contribui para inviabilizar uma discussão relevante na pauta feminista, a desigualdade social e econômica entre mulheres e homens.

Já o texto de chegada explicita a desigualdade salarial de gênero, principalmente ao utilizar a lexia “*mujeres*” salientando que é uma desigualdade pautada no gênero, além de reforçar, por meio da diferença numérica, que, de 96 regiões, somente em sete as mulheres ganham mais, ressaltando, por meio do contraste 7/96, a discrepância da desigualdade salarial. Tal abordagem ocasionou uma maior visibilidade à questão de gênero no que tange à desigualdade salarial.

TEXTO 18**Excerto 14**

TP18 (M), FSP, 2021 Tragédia com Marília Mendonça deixa órfãos 5 filhos de piloto e copiloto

TC18 (M), FSP, 2021 *Un accidente aéreo mata a la cantante Marília Mendonça a los 26 años*

Na modulação acima, no texto de partida, o foco recai sobre os órfãos que o piloto e o copiloto deixaram no acidente aéreo com Marília Mendonça. O foco são seus filhos e não o filho de Marília Mendonça ou a morte da própria cantora. Já na manchete da notícia traduzida, o foco é a morte da cantora Marília Mendonça.

A modificação que tal técnica produziu é que, no texto de partida, destacam-se os sujeitos homens envolvidos no acidente, enquanto, na tradução, destaca-se como sujeito a mulher, Marília Mendonça. O efeito de sentido que tal alteração produz é o de visibilização da morte de uma mulher, nesse caso a cantora Marília Mendonça e não mais o piloto e copiloto.

Excerto 14. 1

TP18 (LF), FSP, 2021 Mulher de copiloto está grávida de sete meses; filha de piloto faz homenagem nas redes sociais após acidente em MG

TC18 (LF), FSP, 2021 *Era la artista más escuchada del país; Alcanzó la fama dando voz al sufrimiento femenino*

Também ocorre uma modulação na tradução da linha fina. No texto de partida, o foco é a família do copiloto e piloto, neste caso, as mulheres de sua família. Já no texto traduzido, o foco, assim como na manchete do texto de chegada, volta a ser a cantora Marília Mendonça e seus feitos enquanto cantora em vida: a artista mais escutada do país e como se tornou a artista mais escutada do país, alcançando sua fama ao dar voz ao sofrimento feminino.

Tal informação, além de dar visibilidade a cantora, explica já, desde o início da notícia, na linha fina, quem era Marília Mendonça, como se deu seu sucesso e qual era a característica de sua música, o sofrimento feminino, informação esta que o leitor de língua espanhola pode não ter conhecimento prévio. Esta modificação pode ter se dado, portanto, em função das

necessidades informativas e culturais do novo público leitor, assim sendo, uma domesticação para contextualizar a nova audiência.

Ressaltar desde a linha fina que a música da cantora tratava sobre o sofrimento feminino é de grande relevância, pois Marília Mendonça foi uma das primeiras cantoras sertanejas a falar sobre temáticas feministas como o empoderamento feminino e liberdade sexual das mulheres e também se envolveu em projetos contra a violência doméstica. Marília teve uma grande importância para a luta feminina no Brasil, principalmente no universo machista da música sertaneja.

Salientamos também que tal mudança na tradução pode ter sido motivada pela abordagem exaustiva que a mídia brasileira fez acerca da morte da cantora e, por essa razão, tal notícia em específico optou por dar destaque também às outras pessoas envolvidas e afetadas no acidente, a família do piloto e do copiloto. Enquanto o jornal *El País* pode ter optado por dar foco mais à morte da cantora, por tal notícia não ter tido tanta circulação na mídia espanhola como teve na brasileira.

TEXTO 19

Excerto 15

TP19 (M) – FSP, 2019 Brasil registra **1 caso de agressão a mulher** a cada 4 minutos, mostra levantamento (grifo nosso)

TC19 (M) – FSP, 2019 *Cada 4 minutos, una mujer es agredida en Brasil* (grifo nosso)

No excerto supracitado, também houve uma modulação, dado que o foco no texto de chegada passou a ser quem foi agredida e não a ação da agressão em si, o que contribui para visibilizar a violência contra a mulher enquanto um crime de gênero. Na tradução, há uma construção na forma da voz passiva e, dessa maneira, o foco é colocado em quem sofre a ação, neste caso enfatizando a perpetuação de uma opressão contra a mulher, que é a vítima, dando visibilidade, assim, a tal questão.

Excerto 15.1

TP19 (LF) – FSP, 2019 Violência se dá sobretudo em casa, com agressor conhecido; dado inclui apenas sobreviventes

TC19 (LF) – FSP, 2019 *Un análisis de Folha con base en datos de las autoridades sanitarias indica una tendencia al alza*

Podemos observar que as informações presentes na linha fina do texto de partida não estão presentes no texto de chegada e que as informações do texto de chegada foram retiradas do corpo do texto, portanto, trata-se uma compensação. O efeito ocasionado por essa alteração é o de apagamento da informação trazida no texto de chegada, a de que a violência contra a mulher se dá na maioria das vezes em casa, sendo o agressor uma pessoa conhecida.

Tal fato contribui, dessa forma, para a invisibilização da violência contra a mulher, dado que as informações na manchete ou na linha fina são as que têm mais destaque e as que são lidas primeiramente pelo leitor, afetando como este lerá o restante da notícia e que escopos serão ativados a partir de então.

TEXTO 20

Excerto 16

TP20 (M) – FSP, 2020 Brasileira premiada pela ONU treinou militares **para prevenir** estupro em missão na África (grifo nosso)

TC20 (M) – FSP, 2020 *Una militar brasileña premiada por la ONU entrena a otras militares para que se protejan de las violaciones en África* (grifo nosso)

A técnica que podemos notar na tradução explicitada acima é a amplificação. A primeira amplificação é o acréscimo de “*una militar*”, lexias que ativam um escopo sobre “brasileira”, que passa agora a ser retratada, em primeiro lugar, a partir de sua profissão. Além disso, a partir de tal inserção, pode-se entender que não se trata de qualquer brasileira, mas de uma militar que ocupa um lugar específico na sociedade e pertence a uma instituição específica, informação esta que é essencial para a compreensão da notícia. Essa mulher brasileira é representada, então, a partir da instituição em que está inserida. Tal informação e o entendimento da posição que ocupa são relevantes, pois é graças ao lugar que ocupa que pode também treinar outras militares brasileiras.

A segunda amplificação é o acréscimo de “*a otras militares para que se protejan*”. No texto de partida, tal informação se encontrava como: “treinou militares para prevenir”. Tais escolhas lexicais generalizam a questão retratada, dado que a lexia “militares” pode se referir

tanto a pessoas do gênero feminino como masculino, o que, por sua vez, não ocorre na tradução, devido ao acréscimo da lexia “*otras*” que reforça que se trata de militares do gênero feminino. Outra lexia que contribui para uma generalização e apagamento da questão é a lexia “prevenir”. Os matizes de sentido que tal lexia desencadeia, segundo o dicionário *Houaiss*, se encontram no campo semântico de **evitar**, **impedir**, vejamos:

PREVENIR

verbo transitivo direto e intransitivo

Dispor as coisas buscando evitar um mal, um dano; evitar: prevenir doenças; “é melhor prevenir do que remediar”.

verbo transitivo direto

Impedir que se execute ou que aconteça; evitar, baldar, atalhar: prevenir epidemias; prevenir doenças contagiosas.

A matiz semântica de tal lexia implica que o estupro é algo evitável e passível de impedimento por parte das vítimas, o que contribui para invisibilizar as vítimas e ao mesmo tempo culpabilizá-las ao colocar como sua responsabilidade e possibilidade de prevenção contra um crime de gênero. Já a lexia “proteger”, utilizada na tradução, está mais associada a matizes de sentido como **defesa**, ou seja, o treinamento de mulheres militares para que possam se proteger, se defender de seu algoz, como também atesta o dicionário *Houaiss*:

PROTEGER

verbo transitivo direto, bitransitivo e pronominal

Afastar algo ou alguém do perigo; abrigar-se do mal; ficar escondido para se salvar; defender.

Procurar mecanismos de defesa; resguardar-se.

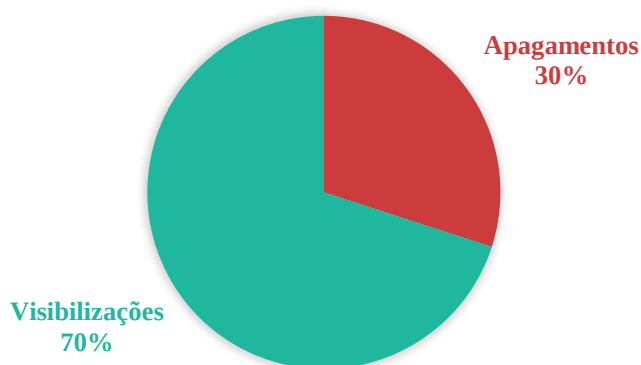
A utilização do pronome reflexivo “se” junto ao verbo transitivo direto “proteger” também reforça a prática da ação sobre si mesmo, a reciprocidade e a ação ativa das militares, que podem agir ativamente a respeito.

Desse modo, foram analisados catorze excertos do jornal *Folha de São Paulo*. Nesses excertos, a partir da análise das técnicas de tradução utilizadas e das mudanças lexicais ocorridas nessas traduções, com base na observação dos efeitos de sentido provocados, pudemos notar a ocorrência de seis apagamentos das questões relativas à representação do gênero feminino e catorze visibilizações do mesmo fenômeno. Em vista disso, podemos concluir que neste jornal houve mais visibilizações das questões referentes à representação do gênero feminino.

Apresentamos agora um levantamento do número de apagamentos e visibilizações da representação do gênero feminino realizados nas traduções das manchetes e linhas finas analisadas. Também buscamos articular como esse número está associado às técnicas de tradução empregadas. Tal processo de análise, baseado na frequência de ocorrências, se organizará a partir do binômio: apagamento X visibilização, no qual “apagamento” indicará a elisão de aspectos significativos na representação do gênero feminino e “visibilização”, movimentos que permitem observar a visibilização da representação do gênero feminino, ou seja, a representação a partir de aspectos relevantes e positivos do gênero feminino.

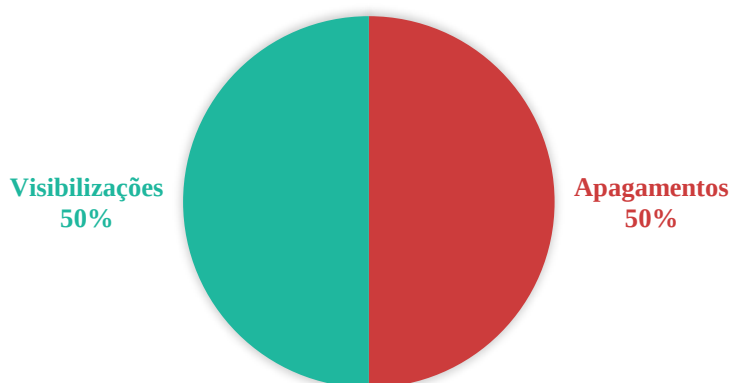
Os dados obtidos foram os seguintes:

Gráfico 1 – *Folha de São Paulo* – Apagamentos X Visibilizações



Fonte: elaborado pela autora.

Gráfico 2 – *El País* – Apagamentos X Visibilizações

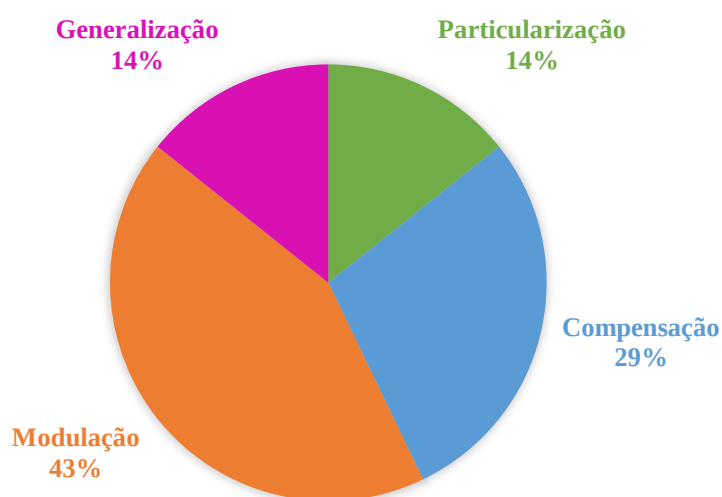


Fonte: elaborado pela autora.

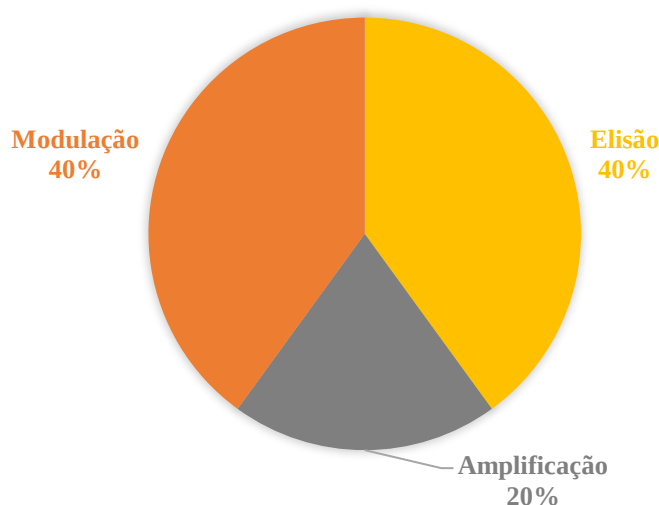
Podemos observar, a partir dos gráficos, que o jornal *Folha de São Paulo* apresentou uma maior porcentagem de visibilização das questões relacionadas à representação do gênero feminino, com 70% *versus* 30% de apagamentos. A construção de tal gráfico se deu a partir da análise de 14 excertos nos quais puderam ser observados seis apagamentos e 14 visibilizações.

Já no caso do jornal *El País*, houve um equilíbrio no tocante à questão, com 50% em ambas as categorias. A construção de tal gráfico se deu a partir da análise de dez excertos nos quais puderam ser observados seis apagamentos e seis visibilizações. Nota-se, portanto, que, nas manchetes e linhas finas das traduções analisadas, houve uma maior visibilização da questão da representação do gênero feminino na edição em língua espanhola do jornal *Folha de São Paulo*.

Gráfico 3 – Frequência técnicas – Apagamentos – *Folha de São Paulo*



Fonte: elaborado pela autora.

Gráfico 4 – Frequência técnicas – Apagamentos – *El País*

Fonte: elaborado pela autora.

No que tange à frequência das técnicas de tradução empregadas associadas ao apagamento, podemos notar, a partir dos gráficos, que, nas traduções para o espanhol do jornal *Folha de São Paulo*, houve 43% de modulação, 29% de compensação e 14% tanto de generalização como de particularização. Destacando-se, portanto, como técnica mais frequente associada ao apagamento de questões relacionadas à representação do gênero feminino, a modulação. Tal gráfico foi construído a partir dos seguintes dados encontrados sobre a frequência de técnicas de tradução: Particularização (1 ocorrência); Compensação (2 ocorrências); Modulação (3 ocorrências); Generalização (1 ocorrência).

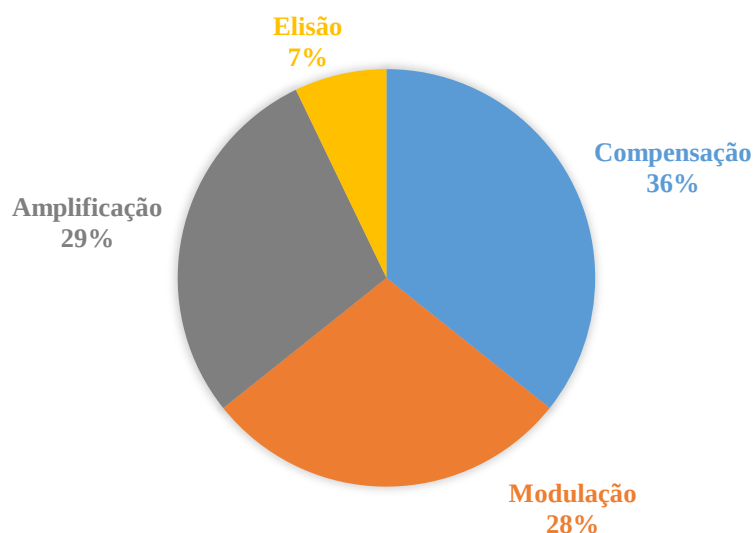
Já no jornal *El País*, podemos perceber o emprego de 40% de modulação, 40% de elisão e 20% de amplificação, ou seja, as duas técnicas mais frequentes, quando pôde ser identificado apagamento da representação do gênero feminino, foram a modulação e a elisão, ambas com a mesma porcentagem, 40%. Tal gráfico foi construído a partir dos seguintes dados encontrados sobre a frequência de técnicas de tradução: Elisão (2 ocorrências); Amplificação (1 ocorrência); Modulação (2 ocorrências).

O que podemos constatar, a partir da comparação entre os dois gráficos, sobre a frequência do emprego das técnicas de tradução no apagamento de questões relativas à representação do gênero feminino, é que em ambos os jornais prevalece a técnica modulação como técnica mais frequente, com porcentagem similar (43% no jornal *Folha de São Paulo* e 40% no jornal *El País*) quando se notou a ocorrência de apagamentos, e tendo o *El País* também como técnica mais frequente empregada a elisão. Tal dado indica que quando pôde-se detectar

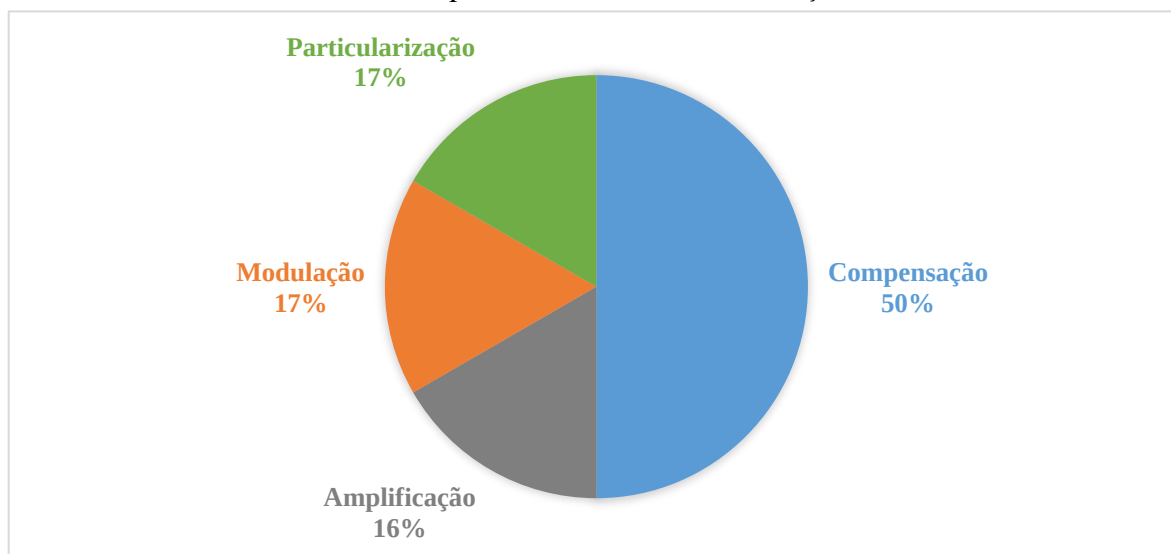
apagamentos na tradução, estes estavam, na maioria das vezes, associados à técnica modulação, ou seja, à uma mudança de ponto de vista, de enfoque e, em segundo lugar, no caso do jornal *El País*, à técnica elisão, isto é, quando elementos de informação presentes no texto de partida foram excluídos na tradução.

No que concerne aos dados acerca da frequência do emprego de outras técnicas de tradução no apagamento de questões relativas à representação do gênero feminino (14% de generalização, 14% de particularização, 29% de compensação no jornal *Folha de São Paulo*, e 40% de elisão e 20 % de amplificação no jornal *El País*), não se pôde estabelecer outros paralelos de frequências de técnicas de tradução entre os jornais, somente puderam ser encontradas diferenças, dado que, exceto as modulações, não foram empregadas outras técnicas iguais nos dois jornais relativas ao apagamento. Na análise das técnicas de tradução das manchetes e linhas finas do jornal *Folha de São Paulo*, no que se se refere ao apagamento, consta a compensação (29%), a particularização e a generalização (14%). Já no jornal *El País*, foram empregadas as técnicas elisão (40%) e amplificação (20%).

Gráfico 5 – Frequência técnicas –Visibilizações – *Folha de São Paulo*



Fonte: elaborado pela autora

Gráfico 6 – Frequência técnicas – Visibilizações – *El País*

Fonte: elaborado pela autora.

Em relação à frequência das técnicas de tradução empregadas associadas à visibilização, podemos verificar, a partir dos gráficos, que, no jornal *Folha de São Paulo*, houve 36% de compensação, 29% de amplificação, 28% de modulação e 7% de elisão. Dessa forma, a técnica de tradução mais empregada associada à visibilização de questões relativas à representação do gênero feminino foi a compensação com 36%, seguida da amplificação com 29%. Tal gráfico foi construído a partir dos seguintes dados encontrados sobre a frequência de técnicas de tradução: Compensação (5 ocorrências); Modulação (4 ocorrências); Amplificação (4 ocorrências); Elisão (1 ocorrência).

No jornal *El País*, tais técnicas se repetem, porém, com diferentes frequências. Nesse último, podemos detectar 50% de compensação, 16% de amplificação, 17% de modulação e 1% de particularização. %. Tal gráfico foi construído a partir dos seguintes dados encontrados sobre a frequência de técnicas de tradução: Compensação (3 ocorrências); Amplificação 1 (ocorrência); Modulação 1 (ocorrência); Particularização (1 ocorrência).

Nota-se, portanto, que, no que concerne à visibilização de questões acerca da representação do gênero feminino, as mesmas técnicas foram empregadas nos jornais, com exceção da particularização na *Folha de São Paulo* e da elisão no *El País*. Também se verifica que, em ambos os jornais, o emprego da técnica de tradução compensação prevaleceu, no tocante à visibilização, no jornal *Folha de São Paulo* com 36% e no *El País* com 50%.

O que podemos inferir a partir de tais dados é que, quando foram observadas visibilizações das questões relacionadas à representação do gênero feminino nas traduções de manchetes e linhas finas dos textos analisados, essas estavam, na maioria dos casos, associadas

à técnica compensação, ou seja, à realocação de informações a essas posições de destaque nas notícias, as manchetes e as linhas finas. Isto é, as visibilizações se deram quando, por meio de tal técnica, as informações foram realocadas à posição dos primeiros elementos da informação, as manchetes e as linhas finas, elementos esses que assumem um ponto de ancoragem em torno do qual o texto é organizado.

CONCLUSÕES

O presente trabalho examinou, a partir da análise das escolhas lexicais empregadas na tradução, como o gênero feminino é representado em textos jornalísticos de língua espanhola e portuguesa nos jornais *El País* e *Folha de São Paulo*, focando, principalmente, nas manchetes e nas linhas finas dos textos analisados. As técnicas revelam os processos tradutórios que incidem sobre o léxico, ou seja, as modulações, as amplificações, as elisões, etc. que se dão nas unidades lexicais empregadas.

Tais procedimentos foram orientados pelas seguintes perguntas de pesquisa:

- (i) Quais técnicas de tradução podem ser percebidas no nível lexical ao se traduzir textos jornalísticos?
- (ii) Como se dá a representação do gênero feminino na esfera lexical considerando essa modalidade de tradução?

Partimos da hipótese de que os movimentos feministas influenciaram a atividade tradutória em alguns momentos da história e que, dado o cenário contemporâneo, também possam influenciar a produção das traduções jornalísticas como um fator ideológico que incide sobre os sujeitos nas produções dos discursos. E, ainda que existam muito fatores envolvidos no processo tradutório, como a escolha de qual texto é traduzido. Acreditamos que a tradução e o tradutor, por estarem inseridos nos meios de comunicação, teriam força e poder para ser um contrapoder da mídia.

Esta pesquisa foi fundamentada a partir de bases teóricas dos Estudos do Léxico, Estudos da Tradução, Análise Crítica do Discurso e Estudos de Gênero. Acerca do primeiro Estudo, estabelecemos as relações entre o léxico, cultura, identidade, relações de poder, sistemas de representação e as ações de linguagem, isto é, os discursos construídos a partir do léxico. Sobre os Estudos da Tradução, tratamos mais especificamente da tradução jornalística, *corpus* do presente trabalho e suas propriedades. No que tange à ACD, estabelecemos as intersecções entre, notícia, discurso, ideologia e poder. Por fim, para analisar e entender como é feita a representação do gênero feminino, utilizamos os conceitos dos Estudos de Gênero como o poder e patriarcado e também de estudos acerca do gênero feminino e como este é retratado na mídia e, finalizando a fundamentação teórica, tratou-se das propostas de tradução feministas estabelecendo uma conexão entre gênero e tradução. A respeito dos procedimentos metodológicos, descrevemos como foi feito o levantamento dos dados no *corpus*, bem como a apresentação dos perfis editoriais dos jornais analisados.

A partir dos dados apresentados, podemos observar que o jornal *Folha de São Paulo* foi o que mais apresentou visibilizações e que, no que tange às técnicas de tradução utilizadas, nessa conjuntura, a mais empregada na tradução das manchetes e das linhas finas analisadas foi a compensação, nos dois jornais. Já no caso dos apagamentos, a técnica de tradução mais empregada em ambos foi a modulação e o jornal *El País* apresentou também a técnica elisão como a mais utilizada.

Pudemos perceber que houve mais manipulação de manchetes e linhas finas no jornal *Folha de São Paulo* quando comparado ao jornal *El País*. Tais manipulações se deram no sentido de maior visibilização de questões acerca da representação do gênero feminino por parte do primeiro jornal. Isso significa também que houve mais visibilizações nas traduções dos textos do português para o espanhol, ou nos textos de partida em espanhol, enquanto os textos em português produziram mais apagamentos, seja nos textos traduzidos para o português no jornal *El País* ou nos textos de partida do jornal *Folha de São Paulo*. Pode-se inferir, portanto, que tais fenômenos estejam relacionados com a direcionalidade do idioma.

Tentamos, com o que foi dito anteriormente, articular como o léxico é um componente fundamental, dado que reflete ideologias, e, conseqüentemente, faz com que discursos ideológicos sejam (re) produzidos. Entende-se, portanto, que o léxico envolve questões de diversas esferas: cultural, social e histórica. Por esse motivo, as unidades lexicais, quando empregadas com intenções e objetivos variados, deixam de ser um mero objeto de comunicação e constituem-se como um instrumento de manipulação e poder no qual são refletidos os valores de uma sociedade. Esses discursos ideológicos desempenham um papel fundamental na construção das representações sociais tecidas sobre a realidade. Ademais, essas representações nos revelam o caráter ideológico que fundamenta as relações de dominação e de poder.

O léxico desempenha um papel essencial na construção das identidades sociais pois é por meio das unidades lexicais que os indivíduos manifestam sua afiliação ou exclusão a grupos sociais específicos. A forma como as palavras são usadas e os efeitos de sentidos que elas desencadeiam podem influenciar a maneira que as pessoas se veem e são vistas pelos membros de uma sociedade. O uso e a escolha de determinadas unidades lexicais, por parte de tradutores, podem desempenhar, dessa forma, um papel importante na construção das identidades individuais e coletivas, uma vez que, além de sua subjetividade e estilo de comunicação, tais escolhas refletem também, suas afiliações sociais e orientações ideológicas. Não desconsideramos, porém, a influência de outros fatores extratextuais no complexo processo que

envolve a tradução jornalística: perfis editoriais, atuação de revisores e editores na confecção de um texto, contextos de produção, etc.

Na perspectiva abordada neste trabalho, entendemos que os textos jornalísticos e, conseqüentemente, suas traduções, por meio de discursos transmitidos em forma de notícia e informação, são responsáveis pela criação de um imaginário coletivo. Conforme citamos anteriormente, acreditamos na potência da tradução como constituidora de um contrapoder. Encarando a tradução dessa perspectiva, entendemos que os textos midiáticos, especialmente os jornalísticos, inseridos nos meios de comunicação, seriam aqueles que teriam maior impacto e projeção para se constituir como um contrapoder que poderia combater o poder falocêntrico internamente.

Dessa forma, vislumbramos a possibilidade de que a tradução e, conseqüentemente os tradutores, sejam os primeiros a atuarem na criação de um quinto poder, que, sim, também pode ser auxiliado pelo grande público, exercendo uma função crítica ao se informar sobre os fatos, que não são neutros, sempre são construídos a partir de um ponto de vista. Portanto, apontar para o centro de origem do poder implícito nas diferentes formas de se apresentar as notícias e indicar a serviço de quem elas se colocam para ressignificar os acontecimentos seriam formas de resistência, via escolhas lexicais durante o processo tradutório, de viabilizar a insurgência de um quinto poder na esfera midiática. Essa ideia de tradução como resistência não é nova: além das tradutoras feministas canadenses, já citadas neste trabalho, também se encontra reverberação em autores como Spivak (2014), Venuti (2008, 2019), Tymoczko (2013), Benjamim (2008).

Nessa visada, a tradução se configuraria como um espaço de resistência e uma possibilidade de transformação das práticas sociais. No entanto, não somos ingênuas ao acreditar que somente isso possa transformar questões arraigadas estruturalmente no seio das sociedades. Para tanto, seria necessário ainda encontrar reverberação nas práticas sociais dos contextos nos quais emergem para que se operassem transformações realmente efetivas.

Os resultados da pesquisa podem contribuir para uma ampliação de pesquisas do campo da Lexicologia em seu caráter multidisciplinar, estabelecendo conexões com a tradução, a análise crítica do discurso e os estudos de gênero.

REFERÊNCIAS

- AGUILAR (Ed.), **Manual de Redação e Tradução El País Brasil**, 2. ed., 2015.
- ARIAS, J. O EL PAÍS é um jornal de esquerda? **Folha de São Paulo**, 22 fev. 2017.
Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/02/22/opinion/1487788532_309244.html.
Acesso em: 11 mar. 2021.
- BAKHTIN, M. M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1999.
- BATISTA, R. P. **Traducción y Periodismo**: la identidad brasileña en la prensa digital española El País. 2016. 406 f. Tese (Doutorado em Tradução e Interpretação) – Universidad de Salamanca, Salamanca, 2016.
- BEAUVOIR, S. **O Segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BECK, U. **La mirada cosmopolita o la guerra es la paz**. Barcelona: Paidós. Trad.: Bernardo Moreno Carrillo, 2005.
- BENJAMIN, W. **A tarefa do tradutor de Walter Benjamin, quatro traduções para o português**. Castello Branco (org.). Belo horizonte: UFMG, 2008.
- BIDERMAN, M. T. C. A estrutura mental do léxico. In: VVAA. **Estudos de Filologia e Linguística**. São Paulo: Queiroz/EDUSP, 1981, p. 131-145.
- BIDERMAN, M. T. C. Dimensões da palavra. **Filologia e Linguística Portuguesa**, n. 2, p. 81-118, 1998.
- BIDERMAN, M. T. C. **Teoria linguística**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- BIELSA, E. La traducción en los medios de comunicación: una perspectiva cosmopolita. In: RUANO, M. R. M., CLARAMONTE, A. V. (ed.). **Traducción, medios de comunicación, opinión pública**. Granada: Comares, 2016, p. 17-35.
- BIELSA, E.; BASSNETT, S. **Translation in Global News**. Londres: Routledge, 2009.
- BIROLI, F. Mídia, tipificação e exercícios de poder: a reprodução dos estereótipos no discurso jornalístico. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 6, p. 71-98, Brasília, julho - dezembro de 2011.
- BIROLI, F & MIGUEL, L. F. **Feminismo e política**: uma introdução. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.
- BORBA, F. S. Léxico e herança social. In: MARCHEZAN, R. C.; CORTINA, A. (Org.). **Os fatos da linguagem, esse conjunto heteróclito**. 1. ed. Araraquara: Cultura Acadêmica Editora, 2006, p. 81-96 (Série Trilhas Linguísticas, 10).

BOURDIEU, P., PASSERON, J. C. **Reproduction in education, society and culture**. Beverly Hills: Sage, 1977.

BOURDIEU, P. **Outline of a theory of practice**. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

BOURDIEU, P. **Homo academicus**. Paris: Minuit, 1984.

CARTA CAPITAL (2014). **Falar “presidenta” é tão correto quanto “presidente”**. Carta Capital, 29 de novembro de 2014. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/falar-201ca-presidenta201d-e-tao-correto-quanto-201ca-presidente201d-3220/>. Acesso em: 16 jun 2023.

CARVALHO, J. M. M. **Com a palavra, Cristina Kirchner**: os usos da memória de Eva Perón no bicentenário argentino. 2016. 201 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Guarulhos, 2016.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

CHARAUDEAU, P. Identidade linguística, identidade cultural: uma relação paradoxal. In: LARA, G. P.; LIMBERTI, R. P. (Org.). **Discurso e (des) igualdade social**. São Paulo: Contexto, 2015.

CONNELL, R.; PEARSE, R. **Gênero: uma perspectiva global**. Tradução da 3. ed. e revisão técnica de Marília Moschkovich. São Paulo: Versos, 2015.

CORACINI, M. J. **A celebração do outro**: arquivo, memória e identidade: línguas (materna e estrangeira), plurilinguismo e tradução. Campinas, São Paulo: Mercado das Letras, 2007.

CRISTÓVÃO, A. **Fazendo gênero em jornalismo**: os projetos editoriais da Folha de S. Paulo em perspectiva dialógica/Assunção Cristóvão. – São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. 344p.

CRONIN, M. **Translation and Globalization**. London/New York: Routledge, 2003.

DÉPÊCHE, M. F. As traduções subversivas feministas ontem e hoje. **Labrys**, estudos feministas, número 1-2, julho/ dezembro 2002, p. 1-25.. Disponível em: http://vsites.unb.br/ih/his/gefem/labrys1_2/mfd1.html. Acesso em: 15 jun. 2023.

DRAE: Diccionario de la lengua española. **Real Academia Española**. Disponível em: <https://dle.rae.es/>. Acesso em: 4 jun. 2022.

EL PAÍS. **Manual de redação e tradução**. 2. ed. 2015.

EL PAÍS (2013). **Discurso de Javier Moreno con motivo del lanzamiento de EL PAÍS Brasil**. El País, 26 nov. 2013, http://internacional.elpais.com/internacional/2013/11/26/actualidad/1385499032_525287.html Acesso em: 22 dez. 2022.

EL PAÍS (2017). Isabel Valdés. **Não, vovó, não tenho namorado”: filme explora a solteirice e seu estigma**. El País, 2 set. 2017, https://brasil.elpais.com/brasil/2017/08/25/estilo/1503687111_951873.html, Acesso em: 19 jun. 2023.

EL PAÍS (2017). Isabel Valdés. **No, abuela, no tengo novio**. El País, 29 ago. 2017. https://elpais.com/elpais/2017/08/25/mujeres/1503687111_951873.html, Acesso em: 19 jun. 2023.

FAIRCLHOGH, N. L. & WODAK, R. Critical Discourse Analysis. In: VAN DIJK, T. A. (ed.). **Discourse Studies. A Multidisciplinary Introduction**: v. 2. Discourse as social interaction. London: Sage, 1997, p. 258-284.

FOWLER, R. **Language in the News: Discourse and Ideology in the Press**. London/New York: Routledge, 1991.

GARCIA, M. C. A amarga relação da mulher com os meios de comunicação de massa. In: SCHAUN, A.; RIZZO, E.; PASCAL, M.; SCHWARTZ, R., M. (Org). **Gênero, mídia e sociedade**. São Paulo: Expressão e Arte, 2007.

GINGRAS, A. M. **Médias et Démocratie**: le grand malentendu. Quebec: Presse de l' Université de Quebec, 1999.

GODARD, B. Theorizing Feminist Discourse / Translation. **Tessera**, 6, 1989.

GRAMSCI, A. **Prison notebooks**. New York: International Publishers, 1971.

HALL, S., HOBSON, D., LOWE, A. & WILLS P., (Eds.). **Culture, media, language**. London: Hutchinson, 1980.

HALL, S. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2016.

HALL, E. T. The Local and the Global: Globalization and Ethnicity. In: KING, A. D (Org.). **Culture, Globalization, and the World- System: Contemporary Condition for the Representation of Identity**. Mineapolis: University of Mineapolis Press, 1997.

HARTMANN, H. “The unhappy marriage of Marxism and Feminism. Towards a more progressive union”. **Capital and Class**, v. 3, n. 2, 1979.

HENRIQUES, C. C. **Léxico e Semântica**: estudos produtivos sobre palavra e significação. Rio de Janeiro: Alta Books Editora, 2018.

HENITIUK, V. **Translating Woman**: Reading the Female through the Male. Meta, v. 44, n. 3, p. 469-484, 1999.

HERNÁNDEZ GUERRERO, M. J. La traducción de los géneros periodísticos. In: ZABORRAS, C. C. & HERNÁND, M. J., (eds.). **La traducción periodística**. Cuenca: Universidad de Castilla La Mancha, 2005, p. 89-137.

HERNÁNDEZ GUERRERO, M. J. Técnicas específicas de la traducción periodística. **Quaderns. Revista de Traducción**, 2006, p. 125-139.

HERNÁNDEZ GUERRERO, M. J. **Traducción y periodismo**. Bern: Peter Lang, 2009.
HERNÁNDEZ GUERRERO, M.J. Translated Interviews in Printed Media: A Case Study of the Spanish Daily El Mundo. **Across Languages and Cultures** 11 (2), p. 217–232, 2010.

HERNÁNDEZ GUERRERO, M. J. La traducción al servicio de una línea editorial: la primavera árabe en el diario El País. **Meta: Journal des traducteurs = translators' journal**. v. 57, n. 4, p. 960-976, 2012.

HERNÁNDEZ GUERRERO, M. J. La traducción en las nuevas formas de periodismo. In: Montero Küpper, Silvia; Montse Vázquez Gestal & Iván Puentes Rivera (eds.). Comunicación, Traducción e Interpretación / Communication, Translation and Interpreting. **MonTI Special Issue** 5, p. 72-93, 2019.

HERNÁNDEZ GUERRERO, M. J.; LÓPEZ, A. L. D. La traducción en la plataforma de noticias RT. In: Waluch de la Torre, E. *et al.* (Eds.). **Las lenguas ibéricas en la traducción y en la interpretación**. Varsovia: Uniwersytet Warszawski, 2020, p. 153-170.

HERNÁNDEZ GUERRERO, M. J. Traducción periodística. **ENTI (Enciclopedia de traducción e interpretación)**. AIETI, 2022.

HERMANS, T. **The Conference of the Tongues**. Manchester: St. Jerome Publishing, 2007.

HURTADO ALBIR, A. **Traducción y Traductología**. Introducción a la Traductología. Madrid: Cátedra, 2001. 695p.

HURTADO ALBIR, A. La traductología: lingüística y traductología. **TRANS, Revista de Traductología**, n. 1, Universitat Autònoma de Barcelona, p. 151-160, 2017. Disponible em: <<https://revistas.uma.es/index.php/trans/article/view/2286>>.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. **Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa**. Elaborado pelo Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

JUÁREZ RODRÍGUEZ, J. Comunicación, ética y feminicidio: Contextos de una crisis de representación en la prensa de México. **Cuadernos Intercambio sobre Centroamérica y el Caribe**, vol. 14, núm. 2. Universidad de Costa Rica, Costa Rica. p. 19-29, 2017. Disponible em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=476954689002> Acceso em: 16 jun 2023.

KOZMINSKY, E. Altering Comprehensions: the effects of biasing titles on text comprehension. **Memory and Cognition** 5, p. 482- 490, 1977.

LANE, S. T. M. **O que é psicologia social**. 6. reimpr. da 22. ed. de 1994. São Paulo: Brasiliense, 2006.

LARA, L. F. **Curso de Lexicología**. México D. F.: El Colegio de México, 2006.

LEVINE, S. J. **Escriba subversiva**: una poética de la traducción. Trad.: Rubén Gallo. México, D. F.: Lengua y Estudios Literarios/Fondo de Cultura Económica de México, 1998.

LOBTINIÈRE-HARTWOOD, S. **Re-belle et infidèle/The body bilingual: Translation as a re-writing in the feminine**. Québec, Montreal: Les éditions du remue-ménage/Women's Press of Canada, 1991.

LORDE, A. Idade, raça, classe e gênero: mulheres redefinindo a diferença. In: HOLANDA, H. B. (Org.). **Pensamento Feminista**: Conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019, p. 239-249.

LORDE, A. **Sister Outsider**: Essays and speeches. Tradução de Léa Sússekind Viveiros de Castro. Nova York: Crossing Press, 1984, p. 114-123.

PIQUER MARTÍ, S. La islamofobia en la prensa escrita española: aproximación al discurso periodístico de El País y La Razón. Universidad de Zaragoza, España. **Dirāsāt Hispānicas**. n. 2, p. 137-156. 2015.

MARX, K. & ENGELS, F. Manuscritos Económico-Filosóficos de 1844 e La Ideología Alemana. In: **Obras Escogidas**. Tomo I. Moscú. Editorial Progreso.

MITTMANN, S. Heterogeneidade e função do tradutor. **Cadernos de Tradução**, Florianópolis, v. 1, n. 4, p. 221-237, jan. 1999.

MORAES, D.; RAMONET, I.; SERRANO, P.T. **Mídia, poder e contrapoder**: da concentração monopólica, democratização da informação. São Paulo: Boitempo, 2013.

MORENO, R. **A imagem da mulher na mídia**: controle social comparado. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo. 2017, 332 p.

OMS aborda consequências da violência sexual para saúde das mulheres. **Nações Unidas Brasil**, 2018. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/80616-oms-aborda-consequencias-da-violencia-sexual-para-saude-das-mulheres>. Acesso em: 4 jun. 2022.

PESSUTO, N. **Estudo de modificações na tradução jornalística**: uma exploração de um corpus de notícias traduzidas no par linguístico português-espanhol do jornal El País. 2020. Dissertação de Mestrado em Língua Espanhola e Literaturas espanhola e hispano-Americana. Disponível em <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8145/tde-25062020-144116/pt-br.php>. Acesso em: 24 mar. 2023. 2020, 251 p.

POLGUÈRE, A. **Lexicologia e Semântica Lexical**: noções fundamentais. Trad. Sabrina Pereira de Abreu. São Paulo: Contexto, 2018.

RAMONET, I. A explosão do jornalismo na era digital. In: MORAES, D. (Org.). **Meios de comunicação**: um poder a serviço de interesses privados? São Paulo: Boitempo, p. 33- 42, 2013.

RESENDE, F. A. Falar para as massas, falar com o outro: valores e desafios do jornalismo. In: FRANÇA, V. & CORRÊA, L. (Org.). **Mídia, instituições e valores**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012, p. 153-165.

SALLORENZO, L. **Gramática da Manipulação**. Belo Horizonte: Quintal Edições, 2018a.

SALLORENZO, L. **Gramática e Manipulação: Análise Cognitivo-Funcional de Manchetes de Jornais durante o Segundo Turno das Eleições Presidenciais de 2014**. Dissertação (mestrado)—Universidade de Brasília, Instituto de Letras, Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Brasília, 2018b. 149 p.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado, violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SILVA, T. T. (Org.) A produção social da identidade e da diferença. In: **Identidade e diferença**. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 2000, p. 73-102.

SIMÃO, A. K. G; DIOGO, J. V. Tradução e contrapoder: representações de gênero em webnotícias. **Tradterm**, 39, p. 21-50, 2021.

SIMÃO, A. K. G. STUPIELLO, E. N. A. Repensando a (in) visibilidade do tradutor de webnotícias: propostas para o contexto de formação acadêmica em tradução. **Caracol**, São Paulo, n. 14, p. 198-225, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/caracol/article/view/135285>.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica, 1995. In: HOLLANDA, H. B. (org.), **Pensamento feminista. Conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

TRASK, R. L. **Dicionário de linguagem e linguística**. Trad.: Rodolfo Ilari. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

TREMBLAY, M. Femmes politiques et medias: elements de réflexion. **Recherches Féministes**. v. 13, n. 2, p. 131-136, 2000.

TYMOCZKO, M. Ideologia e a posição do tradutor: em que sentido o tradutor se situa no “entre” (lugar)? (A.C. Teles, Trad.). In: BLUME, R.F. & PETERLE, P. (Orgs.), **Tradução e relações de poder**. Florianópolis: PGET/UFSC; Tubarão: Copiart, 2013, p. 115-148.

VAN DIJK, T. A. **Cognição, Discurso e Interação**. Trad. Rodolfo Ilari.: São Paulo: Contexto, 2000.

VAN DIJK, T. A. **Discurso e poder**. Trad. Judith Hoffnagel, Karina Falcone. São Paulo: Contexto, 2008.

VENUTI, L. **The Translator’s Invisibility: A History of Translation**. 2 ed. Londres: Routledge, 2008.

VENUTI, L. **Escândalos da Tradução: Por uma ética da diferença**. Tradução de Laureano Pelegrini, Lucinéia Marcelino Villela, Marileide Dias Esqueda e Valéria Biondo. Revisão técnica de Stella Tagnin. São Paulo: Editora UNESP, 2019.

VIEIRA, J. A.; MACEDO, D., S. Conceitos-chave em análise de discurso crítica. In: BATISTA Jr., R. L., SATO, D. T. B., MELO, I. F. **Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas**. São Paulo: Parábola, 2018.

VILLALVA, A.; SILVESTRE, J. P. **Introdução ao estudo do léxico**: descrição e análise do português. Petrópolis, RJ : Editora Vozes, 2014.

VINAY, J. P.; DARBELNET, J. **Stylistique comparée du français et de l'anglais**. Paris: Les Éditions Didier, 1958.

VINAY, J. P.; DARBELNET, J. **Comparative Stylistics of French and English: A methodology for translation** (Trad. ao inglês por Juan C. Sager e M. J. Hamel). Amsterdam: John Benjamins, 1995.

VON FLOTOW, L. Feminist Translation: Contexts, Practices and Theories. **TTR. Traduction, Terminologie, Rédaction**. Études sur le texte et ses transformations, v. 4, n. 2, Montreal, Concordia University, 1991.

VON FLOTOW, L. **Translation and Gender**. Translating in the 'Era of Feminism'. Manchester & Ottawa: St. Jerome Publishing & University of Ottawa Press, 1997.

YOUNG, I. M. **Justice and the politics of difference**. Princeton: Princeton University Press, 1990.

WALBY, S. **Theorizing Patriarchy**. Oxford/Cambridge, Basil Blackwell, 1990.

ZAVAGLIA, C. Os dicionários brasileiros e o palavrício. **DELTA. Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, v. 35, p. 1-20, 2019.

ZIPSER, M. E.; POLCHLOPEK, S. A. A tradução de notícias: novos rumos para a pesquisa em tradução. **Tradução & Comunicação**, n. 15, p. 45-53, 2006.